



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM  
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

DÉBORA UCHÔA CARNEIRO CARDOSO

**TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA NO  
ENSINO SUPERIOR: RELATOS DE TRADUTORES/INTÉRPRETES E ALUNOS  
SURDOS**

RECIFE  
2019

DÉBORA UCHÔA CARNEIRO CARDOSO

**TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA NO  
ENSINO SUPERIOR: RELATOS DE TRADUTORES/INTÉRPRETES E ALUNOS  
SURDOS**

Dissertação apresentada à banca da Universidade Católica de Pernambuco como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem, na linha de pesquisa sobre Processos de Organização Linguística e Identidade Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Wanilda M<sup>a</sup> Alves Cavalcanti.

RECIFE  
2019

C268t

Cardoso, Debora Uchoa Carneiro

Tradução e interpretação da libras/língua portuguesa no ensino superior : relatos de tradutores/intérpretes e alunos surdos / Debora Uchoa Carneiro Cardoso, 2019.

136 f. : il.

Orientadora: Wanilda Maria Alves Cavalcanti

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, 2019.

1. Tradutores. 2. Intérpretes de surdos. 3. Ensino superior.  
4. Língua portuguesa. 5. Língua Brasileira de Sinais. I. Título.

CDU 800.951

Mércia Nascimento - CRB-4/788

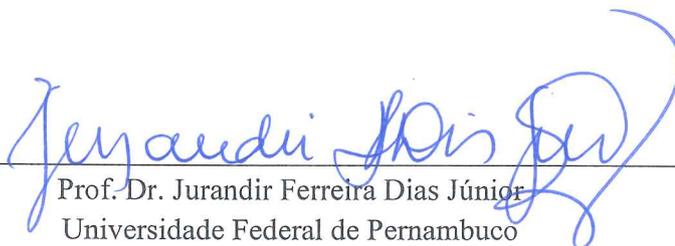
TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LIBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA NO  
ENSINO SUPERIOR: RELATOS DE TRADUTORES/INTÉRPRETES E  
ALUNOS SURDOS

Defesa pública em:

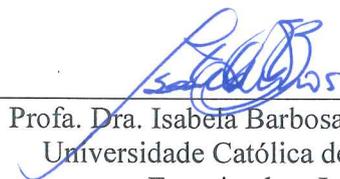
Recife, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.



Profª. Dra. Wanilda Maria Alves Cavalcanti  
Universidade Católica de Pernambuco  
Orientadora



Prof. Dr. Jurandir Ferreira Dias Júnior  
Universidade Federal de Pernambuco  
Examinador Externo



Profª. Dra. Isabela Barbosa do Rêgo Barros  
Universidade Católica de Pernambuco  
Examinadora Interna

Recife, PE, Brasil.  
2019

*Aos meus avós, Arnaldo, Irene, Plínio e Rosilda, que me deixaram marcas eternas de amor e foram fundamentais para o que tenho hoje:*

***Minha Família.***

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, obrigada por teus planos para a minha vida serem sempre maiores do que os meus sonhos.

Aos meus filhos, Dante (4) e Davi (2), que me mostraram do que sou capaz e que são a minha fortaleza diária, os filhos especiais que ganhei de presente na hora certa e que me enchem de amor e recarregam minha alma de esperança. Fazem-me seguir em frente, e, por eles, persisto e tento ser uma pessoa melhor todos os dias.

Aos meus pais surdos e professores, Adriana Cecília Uchôa e Antônio Carlos Cardoso, que me deixaram nascer nesse mundo de olhos e mãos e me deram esse universo de possibilidades desde muito cedo; ao legado que deixam na minha identidade: por serem surdos, tornaram-me uma Coda. Em especial, à minha mãe, que me deu suporte em todos os aspectos da vida de que precisei, estando SEMPRE ao meu lado.

À minha família Cardoso-Uchôa, que foi fundamental nessa caminhada tão íngreme, sorriram comigo nos dias de sol e abriram o guarda-chuva comigo nos dias de chuva; ajudaram-me a driblar os obstáculos e foram exatamente o que eu precisei que fossem no momento certo. Em especial, agradeço o apoio e paciência da minha irmã, Marianne Cardoso, minhas tias, Ângela Ribeiro, Rosângela Ribeiro, Rosane Uchôa, e meus primos mais próximos, Saulo Cardoso, Thiago Uchôa, Laís Cardoso e Rodrigo Paiva.

À minha querida professora, Dr<sup>a</sup>. Wanilda Cavalcanti, que me cativou e que, ao longo desses anos, me fez admirá-la cada dia mais, inspirando-me ao ver seu empenho cotidiano no trabalho, seu lado *máter*, sua prontidão e disposição para conosco, seus orientandos. Atrelado a isso, encantou-me por tamanho cuidado e amor pelos seus filhos, e, mesmo sem saber, fez-me acreditar que estou no caminho certo.

Aos meus queridos amigos, que me apoiaram com palavras de conforto e confiaram no meu potencial, especialmente Marcelo Pedrosa, que compartilhou comigo saberes e indagações que me motivaram no momento em que mais precisava. Às amigas que ganhei de presente pós-maternidade, cujos laços estreitaram-se com o passar do tempo, estando elas ao meu lado nos momentos difíceis dessa jornada dissertativa.

À instituição UNICAP, por ter me acolhido com profissional e aluna e por ter me dado a oportunidade de estar dentro do Programa de Pós-Graduação de Ciências da Linguagem (PPGCL), o qual me apresentou ao mundo acadêmico e a professores especiais, que me impulsionaram a querer sempre mais.

Aos meus amigos e colegas que ganhei durante o percurso no PPGCL, em especial, a Antônio Coutelo, que, com sua humildade e paciência, me orientou e deu a mim o empurrão de que eu precisava para o ingresso no programa; a Josemeire Caetano, que tem eternamente minha admiração pelo profissionalismo e dedicação honrosa, e a Pedro Henrique, pelas risadas que me arrancou nos momentos em que o que eu mais queria era chorar.

Aos meus locais de trabalho, por tamanha compreensão, em especial a Escola Professor Cândido Pessoa, e aos queridos Prof. Valdenito Feijó e Prof. Jonas Amaro.

Aos participantes dessa pesquisa, que sempre me atenderam de forma harmoniosa, colaborando com esta realização; às universidades pesquisadas e pesquisadores aqui citados, que, de forma direta ou indireta, contribuíram para esta pesquisa.

*Sou o que quero ser, porque possuo apenas uma vida e nela só tenho uma chance de fazer o que quero. Tenho felicidade o bastante para fazê-la doce dificuldades, para fazê-la forte, tristeza para fazê-la humana e esperança suficiente para fazê-la feliz. As pessoas mais felizes não têm as melhores coisas, elas sabem fazer o melhor das oportunidades que aparecem em seus caminhos.*

*Clarice Lispector*

## RESUMO

Diante da regulamentação da Lei 12.319/10, que trata da legitimação da profissão do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais (TILS), deparamo-nos com algumas questões que permeiam o exercício dessa atividade profissional e que, portanto, precisavam ser melhor analisadas em função da alta demanda dessa profissão. No momento em que estamos falando dos TILS, no estudo a que nos propusemos fazer, lidamos com a inclusão de surdos no Ensino Superior, assunto ainda pouco abordado no âmbito acadêmico. Sendo assim, o objetivo dessa pesquisa foi analisar a atuação dos TILS no exercício dessa atividade no Ensino Superior, através de seus relatos e de estudantes surdos universitários. Temos como objetivos específicos: i) analisar a legislação vigente no Brasil sobre o TILS, a fim de tornar possível alguma renovação nas práticas desse profissional; ii) averiguar, por meio dos relatos, como ocorre o processo de atuação do TILS no Ensino Superior; iii) verificar, através do relato dos alunos surdos, como eles veem a atuação dos TILS no atendimento às suas necessidades, identificando se existem lacunas no exercício desses profissionais; iv) observar aulas dos TILS, participantes da pesquisa em aulas inclusivas. Fundamentamos teoricamente este estudo em Lacerda (1996; 2010; 2011), Pagura (2013; 2015), Quadros (1997; 2004), entre outros. Empregamos a metodologia qualitativa e descritiva, utilizando como instrumentos de pesquisa uma entrevista semiestruturada, além de um roteiro de observação de aulas, as quais foram registradas em um caderno de campo. Os resultados dessa pesquisa mostraram que, dentre os problemas elencados, destaca-se a formação e a atualização dos TILS como o mais citado pelos TILS e pelos estudantes surdos. A capacitação promovida pelas instituições para as quais estão trabalhando, associada a uma busca individual pelo maior conhecimento das atividades que exercem, poderá minimizar os efeitos das lacunas identificadas como geradoras de dificuldades nesse atendimento.

**Palavras-chave:** Tradutor/Intérprete. Libras. Ensino Superior. Surdos. Língua Portuguesa.

## ABSTRACT

Given the regulation of Law 12.319/10, which deals with the legitimation of the profession of Sign Language Translator/Interpreter, we are faced with some issues that permeate the exercise of this professional activity, and therefore needed to be better analyzed due to the high demand of this profession. At the moment when we are talking about an Interpreter, in the study that we set out to do, we deal with the inclusion of deaf people in Higher Education, a subject still little addressed in the academic field. Thus, the objective of this research was to analyze the performance of the professional in the exercise of this activity in Higher Education, through the report of themselves and deaf university students. We theoretically substantiate this study with Lacerda, Lopes, Pagura, Perlin, Quadros, and others. We employ the qualitative, descriptive methodology. We used as research instruments a semi-structured interview, as well as a script of observation of classes that were recorded in a field notebook. The results of this research showed that among the problems listed as those that may compromise the performance of the TILS, their formation and updating stand out as the most cited being endorsed by deaf students. The training promoted by the institutions for which they are working, associated with an individual search for a better knowledge of their activities, can minimize the effects of the gaps identified as generating difficulties in this service.

**Keywords:** Translator/Interpreter; Libras; Higher Education; Deaf; Portuguese Language.

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

**ASU** – Aluno Surdo Universitário

**EAD** – Educação a Distância

**ES** – Ensino Superior

**FACHO** – Faculdade de Ciências Humanas de Olinda

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IBM** – International Bussness Machine

**IES** – Instituição de Ensino Superior

**ILS** – Intérprete de Língua de Sinais

**LDB** – Lei Diretrizes e Bases

**LIBRAS** – Língua Brasileira de Sinais

**MEC** – Ministério da Educação

**SECADI** – Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão

**TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**TILIBRAS** – Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais

**TILS** – Tradutor Intérprete de Língua de Sinais

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Respostas dos TILS referentes ao conhecimento que possuíam sobre a legislação pertinente ao exercício de sua profissão. ....	81
<b>Quadro 2</b> – Quantitativo de leis mais citadas pelos TILS.....	82
<b>Quadro 3</b> - Respostas dos TILS referentes às exigências que as IES fazem para a contratação de novo candidatos. ....	84
<b>Quadro 4</b> - Respostas referentes à percepção dos participantes sobre se a legislação vigente contempla a necessidade dos TILS. ....	86
<b>Quadro 5</b> - Resumo das respostas da pergunta nº 3.....	88
<b>Quadro 6</b> – Resposta da questão 4 (quatro).....	89
<b>Quadro 7</b> - Respostas dos TILS que elencam as dificuldades e/ou desafios do exercício da profissão. ....	92
<b>Quadro 8</b> - Respostas de como conseguem se reunir com outros TILS para discutir questões relacionadas às práticas de tradução e/ou desafios relacionados à profissão. ....	95
<b>Quadro 9</b> - Últimos eventos de reciclagens que os TILS participaram.....	96
<b>Quadro 10</b> - Respostas sobre a escolha da graduação que está cursando.....	97
<b>Quadro 11</b> – Respostas acerca da dificuldade de ingresso na IES.....	99
<b>Quadro 12</b> - Respostas com relação às dificuldades enfrentadas pelos ASU. ....	100
<b>Quadro 13</b> - Conhecimento dos ASU sobre a legislação vigente do TILS. ....	102
<b>Quadro 14</b> - Respostas dos ASU sobre sua opinião acerca da atuação do TILS em sala de aula. ....	104
<b>Quadro 15</b> - Respostas dos ASU sobre o atendimento às suas necessidades na IES. ....	106
<b>Quadro 16</b> - Resposta sobre a existência ou não de alguma dificuldade na relação dos professores com o TILS.....	108
<b>Quadro 17</b> - Respostas dos ASU sobre como tem ocorrido o atendimento às suas necessidades como aluno pelos TILS nas aulas das diversas disciplinas da universidade. ....	111
<b>Quadro 18</b> - Respostas dos ASU no que tange à melhoria do TILS. ....	112

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Principais seguimentos das Leis voltadas para acessibilidade. ....	38
<b>Gráfico 2</b> - Números de trabalhos por ano de publicação de 2006 a 2018. ....	62
<b>Gráfico 3</b> - Gráfico de comparação de experiência dos TILS: ensino regular e ensino superior. ....	78
<b>Gráfico 4</b> - Respostas dos TILS sobre o que acham que poderia melhorar ou trazer mais segurança para sua atuação.....	94

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Pergunta do IBGE sobre a surdez.....	41
<b>Figura 2</b> - Estratégia de melhoria nº1 - Dos TILS para os TILS.....	117
<b>Figura 3</b> - Estratégia de melhoria nº 2 - Das IES para os TILS.....	117
<b>Figura 4</b> - Estratégia de melhoria nº 3 - Das IES para os TILS.....	118
<b>Figura 5</b> - Estratégia de melhoria nº4 - Das IES para os TILS.....	118
<b>Figura 6</b> - Estratégia de melhoria nº 5 - dos TILS para os TILS e IES.....	119

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - O Tradutor e o Intérprete de Libras .....	24
<b>Tabela 2</b> - <i>Áreas de atuação do TILS</i> .....	28
<b>Tabela 3</b> - Categorias dentro da interpretação. ....	30
<b>Tabela 4</b> - Exigências para contratação dos Intérpretes de instituições particulares de Recife. .....	46
<b>Tabela 5</b> - Exigências para contratação dos Intérpretes das universidades públicas de Recife em Nível D.....	47
<b>Tabela 6</b> - Exigência para contratação dos Intérpretes de Universidade Pública de Pernambuco e Instituto Federal de Pernambuco para vaga em Nível E.....	47
<b>Tabela 7</b> - Diferença de exercício de cargos dos diferentes Níveis (D e E). ....	49
<b>Tabela 8</b> - Diferença de exercício de cargos dos diferentes Níveis (D e E). ....	49
<b>Tabela 9</b> – Registro dos títulos, autores, tipo e ano de publicação sobre o tema tradução e interpretação da Libras no Ensino Superior. ....	60
<b>Tabela 10</b> - Observação de aulas focando o TILS com o ASU e o professor da disciplina. ....	71
<b>Tabela 11</b> - Observação em sala de aula da relação TILS – professor. ....	73
<b>Tabela 12</b> - Observação da atuação do TILS em sala de aula. ....	75
<b>Tabela 13</b> - Perfil dos TILS participantes da pesquisa. ....	77
<b>Tabela 14</b> - Perfil dos alunos surdos universitários. ....	79
<b>Tabela 15</b> - Resumo das respostas da pergunta de nº 5. ....	105
<b>Tabela 16</b> - Aspectos mais citados nos achados da pesquisa.....	116

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	15
2. POR QUE INTERPRETAR? DE ONDE SURTIU ESSA NECESSIDADE?.....	18
2.1. Primeiros trabalhos dos intérpretes: trajetória histórica do exercício dessa atividade... 18	
2.2. Os primeiros intérpretes no Brasil .....	20
2.3. Definindo conceitos acerca do tradutor e intérprete .....	22
2.4. Traduzir ou interpretar: para onde vamos? .....	27
3. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS QUE ORIENTAM A ATUAÇÃO DO TILS NO ENSINO SUPERIOR .....	33
3.1. Das leis à operacionalização da atuação do TILS.....	33
3.2. Panorama do atendimento dos TILS em Pernambuco.....	40
<b>3.2.1. Exigências para contratação/admissão desses profissionais: discussão e análise</b> .....	45
<b>3.2.2. Um olhar acerca dos editais públicos dos TILIBRAS: diferença de níveis das universidades públicas</b> .....	47
3.3. O que a realidade revela: panorama dos cursos de formação/capacitação para o TILS	51
4. A ATUAÇÃO DO TILIBRAS NO ENSINO SUPERIOR.....	54
4.1. A chegada de alunos surdos ao ensino superior.....	54
4.2. Tendências das pesquisas atuais sobre o TILS no ensino superior.....	58
5. PERCURSO METODOLÓGICO .....	64
5.1. Local da pesquisa.....	64
5.2. Instrumentos.....	64
5.3. Desenho das instituições pesquisadas.....	66
<b>5.3.1. Desenho dos Participantes da Pesquisa</b> .....	67
5.4. Considerações éticas .....	68
5.5. Procedimentos de coleta de dados .....	68
5.6. Procedimentos de análise.....	68

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	70
6.1. Análise das observações de aulas .....	70
6.2. Análise das entrevistas .....	76
6.3. Entrevista com os TILS .....	81
6.4. Entrevista com os alunos .....	97
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	114
REFERÊNCIAS .....	120
APÊNDICE A – TCLE dos TILS .....	123
APÊNDICE B – TCLE dos ASU.....	126
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista destinada aos TILS.....	130
APÊNDICE E – Roteiro para observação da prática do TILS em sala de aula.....	131

## 1. INTRODUÇÃO

O modelo inclusivista, adotado pelo Brasil desde a década de 1990, trouxe o surbilinguismo como a filosofia que reúne um número cada vez maior de estudantes surdos que frequentam o Ensino Superior.

Iniciei o exercício da profissão de Tradutora/Intérprete de Libras (TILS) sem uma formação adequada. Nessa ocasião, percebi que saber Libras não era o suficiente para o bom desempenho dessa atividade, pois ainda “faltava mais”. A partir disso, surgiu meu interesse em aprofundar os estudos sobre a atuação desses profissionais em universidades. O desempenho dessa atividade trouxe para o meu cotidiano mais indagações, principalmente porque passei a ter a percepção de que eu poderia melhorar o meu desempenho como profissional e, então, melhorar os resultados que o aluno surdo poderia obter.

Através do contato cotidiano com os surdos universitários e ouvindo seus questionamentos sobre o atendimento às suas necessidades pelos TILS, consolidei a ideia de que minhas questões relacionadas com as lacunas que são conhecidas como aquelas que trazem mais dificuldades para a atuação desse profissional, como sejam a formação inicial e/ou continuada dos TILS, que, certamente se refletiram no âmbito do Ensino Superior, nível de ensino que estou atuando no momento.

O objetivo principal dessa pesquisa foi analisar a atuação dos TILS no Ensino Superior, através de seus relatos e dos de estudantes surdos universitários. Os objetivos específicos podem ser assim descritos: i) analisar a legislação vigente no Brasil sobre os TILS, a fim de tornar possível alguma renovação nas práticas desses profissionais; ii) averiguar, através de seus relatos, como ocorre o processo de atuação dos TILS no Ensino Superior; iii) verificar, por meio dos relatos dos alunos surdos, como eles veem a atuação dos TILS no atendimento às suas necessidades, identificando se existem lacunas no exercício dessa atividade.

Trago comigo o desejo de contribuir para a prática universitária de profissionais ILS, tendo como principal foco a melhoria na sua formação, para que sejam melhores qualificados para sua atuação.

A proposta dessa dissertação foi trabalhar com questões decorrentes desse crescente acesso de surdos a esse nível de ensino, representada pela oferta aumentada de condições de acessibilidade pelas instituições de Ensino Superior, sendo uma delas a contratação de TILS com formação adequada para o exercício dessa atividade. Tal atitude é necessária para garantir que a pessoa surda compreenda e participe de suas aulas em um patamar similar ao

do aluno ouvinte. Para isso, o emprego de estratégias coerentes para a apreensão de conhecimentos que, na maioria das vezes, ocorre em Língua Portuguesa devem ser mediados pela Libras, apresentando-se como de extrema relevância, uma vez que pode contar com o TILS.

Atuar no Ensino Superior exige do TILS um conjunto de competências e habilidades que devem fazer parte de um bom profissional, além de uma boa articulação com os professores das disciplinas e uma formação consistente no que se refere ao domínio das duas línguas – fluência em cada uma delas, ou seja, língua portuguesa e língua de sinais, pois, ainda hoje, a formação desse profissional mostra-se insuficiente para exercer essa atividade no Ensino Superior.

A abordagem teórica escolhida nos levou a trabalhar com autores como: Lacerda (1996; 2010; 2011), Pagura (2013; 2015), Quadros (1997; 2004), entre outros, que discutem o tema sob diversas óticas acerca do que é tradução e interpretação – consideradas por alguns teóricos como um mesmo conceito, enquanto outros as distinguem, atribuindo a cada um objetivos diferentes.

Esse trabalho está dividido em cinco capítulos, distribuídos da seguinte forma: o primeiro capítulo, “Por que interpretar? De onde surgiu essa necessidade?”, trata da historicidade da atuação do profissional intérprete ao longo das civilizações, os primeiros intérpretes brasileiros, a realidade pernambucana e os conceitos que definem o exercício dessa atividade.

O segundo capítulo, , refere-se aos aspectos legais que devem nortear a ação desses profissionais, além de discutir sobre o panorama da formação dos TILS.

No terceiro capítulo, , comentamos sobre a atuação dos TILS no Ensino Superior, fundamentando teoricamente o estudo e mostrando a chegada de alunos surdos a esse nível de ensino. Em seguida, abordamos as tendências das pesquisas e das novas propostas metodológicas nos estudos de tradução de interpretação.

O quarto capítulo apresenta a metodologia que orienta a pesquisa, com os procedimentos de coleta e de análise dos dados, esclarecendo sobre diversos aspectos do trabalho, quais sejam: observação das aulas dos TILS, participantes da pesquisa em aulas inclusivas, os locais da pesquisa, instrumentos, participantes etc.

O quinto capítulo trata da análise e da discussão dos resultados. A análise de dados foi inspirada em Bardin (2011), que procura reunir os dados contidos nos relatos dos entrevistados em categorias. Após seguir as fases orientadas pelo autor, analisamos os dados considerando sua articulação com a fundamentação teórica expressa nos capítulos anteriores.

Finalizamos com as considerações finais, nas quais procuramos trazer sugestões para a melhoria da atuação dos TILS quanto ao exercício de sua profissão junto aos surdos.

## 2. POR QUE INTERPRETAR? DE ONDE SURTIU ESSA NECESSIDADE?

A atividade de intérprete<sup>1</sup> não foi iniciada com previsão para ser exercida na educação. Segundo Pagura (2003, p. 192):

A tradução oral de grupos pertencentes a diferentes comunidades linguísticas é infinitamente antiga, havendo exemplos de seu uso nos diversos impérios da Antiguidade e de sua utilização em expedições militares, situações religiosas e reuniões diplomáticas.

Esses intérpretes não possuíam qualquer formação para essa atuação, pois não havia propostas para tal, estando essa atividade restrita ao domínio do francês e do inglês (línguas usadas pela diplomacia da época), além de um amplo conhecimento geral. Portanto, ainda de acordo com o autor citado, o desempenho exclusivo dessa profissão, recebendo honorários específicos para sua execução, é característica do século XX.

O nosso propósito com esse capítulo é fundamentar historicamente o exercício da tradução e/ou interpretação. Para isso, a partir de agora, faremos um preâmbulo acerca do trabalho feito pelo TILS desde o surgimento dessa atividade, abordando, ainda, o panorama do que aconteceu em Pernambuco.

A seguir, passamos a explicar como foi o início de tal atividade.

### 2.1. Primeiros trabalhos dos intérpretes: trajetória histórica do exercício dessa atividade

A princípio, é importante definir os termos para que possamos entender de que “lugar” estamos falando e salientar que é possível encontrar conceitos distintos para interpretação e tradução. Podemos, então, identificar o conceito que adotamos, baseado em Roma (2012), uma vez que, segundo o autor, **os tradutores** trabalham com documentos escritos, incluindo livros, documentos jurídicos, registros médicos, *websites*, manuais de instrução, legendas para cinema ou TV, ou com qualquer outra informação em forma escrita. Por outro lado, **os intérpretes** estão envolvidos em projetos que necessitam de tradução simultânea, por exemplo, conferências e reuniões de negócios, consultas médicas, procedimentos legais, entre outros.

---

<sup>1</sup> Pagura (2003) utilizava a nomenclatura intérprete, pois antigamente não havia desdobramentos maiores sobre o tema. Além disso, o autor acreditava serem atividades distintas: o traduzir e o interpretar.

Um aspecto que consideramos decisivo para que o trabalho de tradução/interpretação possa ter êxito é o de que esses profissionais necessitam aprofundar seus conhecimentos linguísticos e culturais nas línguas com as quais trabalharão, bem como ter a capacidade de comunicá-las de forma clara e sucinta. Essas demandas precisam ser observadas, e é o que o exercício dessa atividade propõe, segundo a maioria dos profissionais que trabalham com o tema, a exemplo de Lacerda (2010), Quadros (1997), Roma (2012), entre outros.

Os primeiros registros de interpretação foram encontrados em textos egípcios em anos a.C., os quais continham contos egípcios. Vale esclarecer que, neste trabalho, analisaremos um recorte temporal menor, pois tais desdobramentos fugiriam dos objetivos traçados.

Segundo Cavalcanti (2018), desde a Idade Média, nas expedições exploratórias, houve preocupação em possuir intérpretes, para que todos tivessem acesso ao que estava sendo dito, mesmo que as línguas faladas nesse novo mundo fossem desconhecidas.

De acordo com Pagura (2003), o trabalho do intérprete, em conferências, somente foi iniciado no século XX, em eventos da Primeira Guerra Mundial, sendo que, tradicionalmente, os debates internacionais eram realizados em francês.

Pelo fato de os Estados Unidos terem entrado não apenas nessa guerra, mas também na Segunda Guerra Mundial, tornou-se necessária a interpretação também em inglês, e a escolha, nessa ocasião, era pela “interpretação consecutiva”<sup>2</sup>.

No Julgamento de Nuremberg<sup>3</sup>, surge a necessidade de se trabalhar com quatro línguas: inglês, francês, russo e alemão. Ainda, segundo Pagura (2003), devido ao tempo muito maior que seria consumido para cada uma das interpretações, caso fossem consecutivas, precisava-se resolver a questão. Isso coube ao intérprete do General Eisenhower, fazendo com que a *International Business Machines* (IBM) emprestasse um equipamento de tradução gratuitamente, resultando no embrião da interpretação simultânea.

Pagura (2003) também comenta que a formação dos primeiros intérpretes se deu na prática. Somente em 1941 é que foi criada a primeira escola para formação desses profissionais na Universidade de Genebra, localizada na Suíça, seguindo-se a Universidade de

---

<sup>2</sup> Na interpretação consecutiva, o intérprete fala depois do orador na língua de partida parar de falar. O discurso divide-se em segmentos e o intérprete fica ao lado do orador na língua de partida (sentado ou em pé) e toma nota, à medida em que o orador vai apresentando a sua mensagem. Quando o orador faz uma pausa ou para de falar, o intérprete traduz parte ou toda a mensagem para a língua de chegada.

<sup>3</sup> Foi no Palácio da Justiça de Nuremberg, na Alemanha, com a formação inédita de um tribunal militar internacional, para julgar o alto escalão nazista por crimes de guerra e contra a humanidade durante a 2ª Guerra Mundial, que o alemão e o inglês começaram a fazer parte das línguas que eram interpretadas/traduzidas nesse tribunal. A cidade, que simbolizava um dos bastiões nazistas, foi escolhida pelos aliados para desmistificar a aura do regime de Adolf Hitler.

Georgetown, localizada em Washington, nos Estados Unidos, que, em 1940, tinha criado, nessa mesma universidade, uma divisão de interpretação. A Universidade Paris-Sorbonne, localizada, na França, adotou formas renovadas de formação de intérpretes.

## **2.2. Os primeiros intérpretes no Brasil**

No Brasil, o surgimento dessa atividade de interpretação formal de conferências se deu em um Encontro Internacional da Organização Panamericana de Saúde, realizado no Rio de Janeiro, em 1948, dando o pontapé inicial para a consolidação dessa atividade no país.

O aparecimento dos primeiros registros dos chamados na época de “intérpretes em documentos oficiais” apareceu no final da década de 1990, e, segundo Lacerda (2010), eles foram citados como profissionais responsáveis pela acessibilidade de surdos.

Portanto, a presença do TILS na educação é mais recente, devido ao fato de que adoção da filosofia oralista na educação de pessoas com surdez prescindia do tradutor e/ou intérprete de Libras, porque não havia espaço para a Libras.

Somente a partir da adoção da filosofia bilíngue para a educação de surdos é que os TILS foram observados, para que a interpretação se efetivasse com qualidade, tais como as expressões faciais, movimentos corporais, criando-se, a partir daí, critérios que deveriam estar presentes na interpretação simultânea. Desse modo, foi caracterizada a importância da presença desses profissionais.

O movimento inclusivista adotado no Brasil propôs mudanças, no processo de interação professor-aluno: no caso do aluno surdo, por apresentar características diferenciadas no que se refere à comunicação, a presença de um profissional como o TILS é praticamente indispensável, pelo fato de raramente podermos contar com professores bilíngues (CAVALCANTI, 2018).

No Brasil, antes da legitimação, em 2010, da profissão de TILS, que deveria atuar junto aos surdos, não existia apoio para a formação de profissionais especializados nesse ofício com a finalidade de melhor prepará-los para mediar a comunicação entre surdos e entre surdos e ouvintes.

Inicialmente, eram parentes de surdos, amigos e pessoas interessadas que aprendiam a Libras e, como eram os únicos a dominá-la, apresentavam-se como aqueles que podiam mediar a comunicação surdos-ouvintes.

Somente depois da adoção do modelo inclusivista, como já mencionamos, com a chegada de alunos surdos nos diversos níveis de ensino, é que a presença dos intérpretes se

tornou mais valorizada. Conseqüentemente, também foi evidenciada a necessidade de melhoria na sua formação, consolidando-se com a Lei 12.319/10 (BRASIL, 2015), que legitimou a profissão e fez recomendações sobre a formação profissional, cursos, ética profissional etc.

Em 2014, um trabalho realizado por TILS, linguistas e surdos reunidos em um grupo de estudos proposto pelo Ministério da Educação (MEC/SECADI) definiu, em um relatório, as políticas linguísticas dirigidas para a educação de surdos, mostrando a necessidade de adoção de políticas linguísticas que privilegiassem o bilinguismo nas escolas brasileiras. Com essa decisão, fizeram-se necessárias inúmeras providências, sendo uma delas a obrigatoriedade da presença de um profissional TILS nas turmas inclusivas, cujo professor não fosse bilíngüe.

Segundo Lacerda (1996) e Quadros (1997), ainda hoje, em diversos pontos do Brasil, a formação do TILS fica restrita ao conhecimento da Libras muitas vezes, sem a fluência necessária para o exercício dessa atividade). Esse único conhecimento não é suficiente para o exercício da atividade de traduzir e interpretar a Libras para a língua portuguesa e vice-versa, uma vez que é uma atividade que exige muito mais do que “só saber Libras”.

Isso porque esse profissional precisa apresentar outras condições para sua atuação, tais como: conhecimento da estrutura da Libras e da língua portuguesa; clareza sobre as necessidades do surdo; conhecimento da cultura surda através da convivência com ela, entre outros.

A maior parte dos surdos não apresenta domínio suficiente da leitura e da escrita em língua portuguesa. Essa afirmação encontra sua explicação na prática, dado que o trabalho educacional ainda não atingiu um bom nível, principalmente ao não respeitar o ensino da língua portuguesa como segunda língua<sup>4</sup> dos surdos.

Sendo assim, não tendo base de aprendizado na educação escolar, com professores que dominam a Libras e sem o profissional tradutor/intérprete que medie a comunicação desses alunos, provavelmente haverá reflexos em suas vidas acadêmicas, podendo levá-los à desistência.

---

<sup>4</sup> Uma **segunda língua** (L2) é qualquer **língua** aprendida após a primeira **língua** ou **língua** materna (L1).

### 2.3. Definindo conceitos acerca do tradutor e intérprete

Inicialmente, este capítulo tem a proposta de direcionar o leitor a conhecer os diversos conceitos das funções do tradutor/intérprete, mediante perspectivas fundamentais para entender o que permeia este trabalho.

A arte da tradução e da interpretação, para um TILS, é um assunto comumente praticado e usual, está presente em seu cotidiano. Porém, nem todos sabem as especificidades que cada modalidade possui, suas diferenças; em sua grande maioria, sabem apenas superficialmente aquilo que é de praxe. Entretanto, existem fortes áreas para segmentar novas pesquisas e aprofundar-se nos assuntos. Desejamos, aqui, alguns pontos que permeiam as características do processo tradutório e interpretativo.

Esse pode parecer um assunto comum aos TILS, uma vez que é papel desses profissionais buscar novos conhecimentos sem detrimento do que já foi adquirido. No entanto, a realidade do Recife, de realização do trabalho, é completamente distinta de outros estados, assunto que também veremos a seguir.

Dentre um rol de autores que pesquisam sobre as nuances da tradução e da interpretação e que nortearão esta discussão, podemos citar Cavallo e Reuillard (2016), Gile (1995), Pagura (2015), Silverio *et al.* (2015), Souza-Andrade, Barbosa e Lourenço (2015) e Lacerda (2009). Esses autores oferecerem diversos caminhos para que outros leitores possam aprofundar ainda mais o conhecimento através da leitura de seus textos.

Souza-Andrade, Barbosa e Lourenço (2015) afirmam que o trabalho do TILS *é composto por duas tarefas: a de tradução e a de interpretação.*

No entanto, vale ressaltar as diferenças básicas que as línguas envolvidas nesse processo apresentam, a saber: a língua portuguesa, de modalidade oral-auditiva, é produzida e expressa oralmente pela fala. Já a Libras é de modalidade espaço-visual, uma vez que é produzida e falada através das mãos, no espaço.

Além da teoria que permeia as diferenças das línguas, é necessário frisar o aspecto cultural das modalidades das línguas, pois estas perpassam os canais de reprodução (fala). “Ambos (o surdo e o Tils) precisam conhecer a cultura das línguas envolvidas e ter um repertório linguístico que os permitam transitar de uma língua para outra” (SOUZA-ANDRADE; BARBOSA; LOURENÇO, 2015, p. 3).

No entanto, o que, necessariamente, diferencia uma modalidade de outra no que podemos falar dentro das línguas? Além disso, quais as peculiaridades que definem as diferenças na área da tradução e interpretação?

Para elucidarmos alguns aspectos acerca das modalidades da tradução e interpretação, questionamentos foram levantados acima como ponto de partida do capítulo quanto às diferenças entre ambas. Sendo assim,

[...] chamamos de tradução a conversão de um texto escrito em uma língua, denominada língua de partida, para uma outra, designada língua de chegada; consideramos interpretação a conversão de um discurso oral, de uma língua de partida para uma língua de chegada. Em resumo, a tradução é escrita e a interpretação, oral (PAGURA, 2015, p. 183).

Tal trecho caracterizam bem as distinções mais superficiais. Porém, existem desdobramentos que “acarretam uma operacionalização distinta entre os dois processos” (PAGURA, 2015, p. 183). Assim, traduzir não é um processo superficial à interpretação. A interpretação também é um ato complexo, pois existem escolhas lexicais e adequações tradutórias que devem ser feitas em segundos, explorando aspectos cognitivos profundos.

De certo que, na interpretação, o tempo para adequação e adaptação da língua fonte à língua alvo é diminuída, uma vez que o fator tempo e a imprevisão do que será falado também se instalam. Conforme Gile (1995), o processo cognitivo do intérprete é:

- 1) Compreensão, o esforço de ouvir e analisar a mensagem;
- 2) Memória, o esforço de reter a mensagem;
- 3) Produção, o esforço de reproduzir a mensagem na língua de chegada;
- 4) Coordenação, o esforço de coordenar os demais desdobramentos.

Na tabela a seguir, serão apresentadas algumas características próprias de cada modalidade:

**Tabela 1 - O Tradutor e o Intérprete de Libras**

<b>Tradutor</b>	<b>Intérprete</b>
Deve dominar as línguas envolvidas e o assunto alvo em seu trabalho.	Deve dominar as línguas envolvidas e o assunto alvo em seu trabalho, além de dominar as expressões orais/corporais presentes em ambos os idiomas.
Tem acesso ao material a ser traduzido previamente.	Não tem acesso ao que será falado/sinalizado previamente; o assunto pode mudar no momento da interpretação.
Trabalha mais isoladamente, são horas de trabalho diante do computador, entre livros e outras fontes de pesquisa, e eventualmente troca de ideias com outras pessoas para consultas.	Atua em equipe, são vários os profissionais que se revezam num mesmo evento, atuam nas relações face a face, muitas vezes conversando com o conferencista ou com o público alvo, buscando ajustar sua atuação da melhor forma possível.

**Fonte:** Lacerda (2009, p. 18).

Anteriormente, pudemos perceber as diferenças que cada um possui, ainda que algumas delas aparentemente sejam sutis, apesar de muitas vezes ser somente um profissional para revezar entre traduzir e interpretar no mesmo local ou no mesmo evento. Acerca disso, muitos TILS nunca tiveram algum conhecimento acerca de tais distinções ou modalidades; embora atuem na área, sequer tiveram aulas aprofundadas sobre o tema e, principalmente, sobre a tradução em si.

Existem duas atuações para o TILS, que são, em sua grande maioria, mais comumente praticadas: (1) a interpretação da Libras para a modalidade voz e (2) a interpretação da língua oral para a Libras.

No que tange ao processo tradutório, ele é, em sua grande maioria, um assunto menos conhecido pelos TILS ou, pelo menos, pouco praticado, uma vez que não temos o curso de Letras/Libras na modalidade bacharelado no Recife, curso este que certamente trataria com mais atenção, cuidados e foco os desdobramentos dos estudos de tradução e interpretação, além de força a categoria TILS. Continuamos a comentar acerca das modalidades de tradução, interpretação e de seus desdobramentos.

Autores de trabalhos acadêmicos sobre o tema, tais como Segalla (2010), Souza-Andrade, Barbosa e Lourenço (2015), Silvério (2015), Gile (1995), Seleskovitch (1978) e Rodríguez (2001), trazem pontos de vista e conceitos importantes que podem nortear a nossa visão acerca das diferentes áreas que, ainda hoje, muitas pessoas confundem; outros ainda dizem que ambas correspondem à mesma coisa; já vimos, porém, que não.

Interpretação, o profissional precisa controlar os diferentes esforços de maneira simultânea, gerando uma sobrecarga no processamento cognitivo e resultando em um número maior de descontinuidades e hesitações (SOUZA-ANDRADE, BARBOSA; LOURENÇO 2015, p. 08).

Gile (1995) e Souza-Andrade, Barbosa e Lourenço (2015) explanam que, no ato interpretativo, vários esforços são desencadeados simultaneamente, como dito anteriormente: “compreensão, memória, produção e coordenação”; isto é, em um ato de interpretação, são desenvolvidos esses esforços, pois, dentro da interpretação, existem várias categorias que provavelmente não saberíamos se não fossem os estudos de Gile (1995):

As tipologias de interpretação dividem-se, geralmente, em quatro, isto é, interpretação de conferências, comunitária, judicial e de acompanhamento [...] suas modalidades (simultânea, consecutiva e sussurrada) e pelo nível de prestação (GILE, 1995, p. 12 *apud* CAVALLO; REUILLAD, 2016, p. 355).

As tipologias de interpretação dividem-se por áreas: (1) conferências, (2) comunitária, (3) judicial e (4) acompanhamento. Cada tipologia exige técnicas diferenciadas de convívio social e vocabulário específico de cada área. A modalidade (1): Consecutiva:

A modalidade:

(1) Consecutiva:

[...] é aquela em que o intérprete escuta um longo trecho de discurso, toma notas e, após a conclusão de um trecho significativo ou do discurso inteiro, assume a palavra e repete todo o discurso na língua alvo, normalmente a sua língua materna; (PAGURA, p. 211, 2003, *apud* LACERDA, p. 15, 2015).

(2) Simultânea:

[...] não ocorre ao mesmo tempo da fala original, já que há um tempo de processamento, por parte do intérprete, da informação recebida para então organizá-la para a outra língua. Outra possibilidade de haver interpretação simultânea é quando o intérprete se senta perto de alguns poucos ouvintes; (LACERDA, p.15 2015).

(3) Sussurrada/Cochichada:

[...] é aquilo que está sendo falado muito baixo (interpretação cochichada) (LACERDA, 2015).

[...] para Gile (1995) a interpretação pode ser sussurrada (baixinho).

Vale ressaltar a diferença de termos utilizados entre os autores Gile e Lacerda (2015). Embora ambos os conceitos correspondam à mesma modalidade, apenas mudam-se os termos.

Apesar de a modalidade consecutiva ser a menos usual, é, porém, a mais fidedigna, uma vez que, nela, o público não recebe a interpretação na hora em que a língua é falada, mas fica um tempo aguardando o TILS tomar notas para fazer o processo tradutório. Isso faz com que o TILS tenha mais segurança e pense melhor na hora das escolhas, e, majoritariamente, os surdos preferem acompanhar ao mesmo tempo em que se é falado, utilizando a interpretação simultânea (2).

A interpretação simultânea para o público (geral) é a mais utilizada na maioria dos âmbitos, porém, por ser no mesmo momento da fala original e ter pouco tempo de processamento para adaptar da língua-fonte para a língua-alvo, ocorre mais erros nas escolhas lexicais. Entretanto, quando a quantidade de ouvintes é pequena e a tradução encontra-se da Libras para a língua portuguesa oral, geralmente opta-se pela interpretação sussurrada/cochichada (3).

Essa escolha é feita pelos intérpretes, na maioria das vezes, quando existe uma pequena quantidade de pessoas que desconhecem a Libras e o palestrante a está utilizando como língua-fonte. Então, estes TILS optam por reunir os ouvintes ao seu lado e, em vez de fazer o trabalho no microfone para uma quantidade maior de público, cochicham para eles aquilo que está sendo falado (LACERDA, 2015).

Também encontramos a Teoria interpretativa da Tradução (SELESKOVITCH e col., 1978 *apud* SILVERIO *et al.*, 2014, p. 4), que

Tratam a interpretação como um processo reflexivo e de tomadas de decisão que envolve esforço cognitivo e que se realiza em etapas específicas de (1) *Percepção* – compreensão do sentido na língua fonte; (2) *desverbalização* – retenção desse sentido e (3) *reverbalização/reexpressão* - (re)produção desse sentido na língua alvo, ainda que as duas últimas etapas possam ser vistas em ordem inversa.

Percebemos, através de Seleskovitch (1978), que não são de hoje os estudos que se debruçam sobre a tradução e a interpretação. Além disso, para complementar a Tabela 1 (do tradutor e intérprete de Libras), no que tange à atuação do profissional em sua versatilidade, temos que:

Na tradução, o profissional não se encontra em um contexto de conflito de esforços, uma vez que o processo de compreensão da mensagem e o de produção da tradução não acontecem na mesma unidade temporal (SOUZA-ANDRADE, BARBOSA; LOURENÇO, 2015, p. 08).

O fato é que, na tradução, temos tempo de pensar, compreender, elaborar estratégias tradutórias e, quem sabe, mudar o que foi escrito, diferentemente da interpretação. Ainda, segundo Segalla (2010, p. 311), acrescentando informações sobre a dinâmica do processo tradutório, o autor pontua:

A palavra tradução não significa apenas um ato mecânico de se traduzir algo da língua-fonte para a língua-alvo, mas sim um conceito amplo e profundo que envolvem aspectos linguísticos, cognitivos, comunicativos, culturais e extralinguísticos, além da estrutura comum da palavra.

Ou seja, a tradução envolve muitos mecanismos das línguas escritas – tão importantes e equivalentes ao processo de interpretação –, que são uma submersão em conceitos, culturas e vocabulários. É dessa forma que o tradutor consegue passar corretamente o que os autores querem dizer em sua língua-fonte para a língua-alvo, com tempo para ler e reler, além de possibilidades de transpor para escrita. Já o ato de interpretar

Está ligado à tarefa de versar de uma língua para outra nas relações interpessoais, trabalhando na simultaneidade, no curto espaço de tempo entre o ato de enunciar e o ato de dar acesso ao outro àquilo que foi enunciado. Assim, o intérprete trabalha nas relações sociais em ato, nas relações face a face, e deve tomar decisões rápidas sobre como versar um termo ou um sentido de uma língua para outra, sem ter tempo para consultas ou reflexões (PAGURA, 2003; RONAI, 1987, entre outros, *apud* LACERDA, 2015).

Desse modo, as duas modalidades exigem muito do profissional, e, além de tudo, “ele precisa conhecer e compreender o tema para fazer um bom trabalho, mas não necessariamente ser profissional daquela área” (LACERDA, 2015, p. 17).

Além disso, já foram trazidos, neste trabalho, vários conceitos, métodos e estratégias acerca dos desdobramentos das áreas de tradução e interpretação. Porém, iniciaremos um aprofundamento maior quanto ao profissional TILS ou TILIBRAS. Ainda que busquemos mais conceitos que fundamentem a atividade desse profissional, precisamos pensar: quem é ele e o que faz?

#### **2.4. Traduzir ou interpretar: para onde vamos?**

Estamos falando de tradutor/intérprete ou Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais? Ou de apenas Tradutor de Libras ou apenas de Intérprete de Libras? Segundo Pagura

(2003), [...] ainda é bastante comum encontrar referências ao “tradutor/intérprete”, apesar de o autor defender a ideia da diferença entre a atuação do tradutor e do intérprete.

Além de diferenças no papel de traduzir e interpretar, existem diferentes áreas de atuação que o tradutor/intérprete pode optar. Dentre elas, temos:

**Tabela 2** - Áreas de atuação do TILS.

ÁREAS DE INTERPRETAÇÃO	DESCRIÇÃO
Intérprete no contexto social.	Que atua dentro de diversos setores da sociedade e que para isto, precisam se adaptar.
Intérprete no contexto educacional (Educação especial, Educação básica ou Ensino Superior)	O TILS em sala de aula.
Intérprete na área jurídica.	Aquele que conhece sinalário adequado diante de metáforas e jargões utilizados em audiência e que tem conhecimento contextualizado com vocabulário.
Intérprete religioso.	O profissional que atua em igrejas, reuniões e congregações religiosas.
Intérprete na área da saúde.	O profissional que atua em postos de saúde, hospitais, dando aula em cursos básicos para profissionais da área de saúde.

**Fonte:** Acervo IESDE BRASIL S.A ()

É muito importante saber as diferenças das áreas supracitadas, uma vez que a área modifica todo o contexto no qual o TILS se envolve, e, diante disso, modificam-se: (1) Sinalário; (2) Contexto social; (3) Postura ética (neutralidade) e (4) Formação.

Dentro dessas distintas áreas, a rede de sinais que é utilizada, por exemplo, na área religiosa, difere da rede de sinais utilizados na área jurídica. Como os TILS não são enciclopédias do saber, não conseguem adquirir todos os vocabulários das diversas vivências. Então, eles precisam assumir determinadas posturas para seguir algumas estratégias de atuação, de acordo com o teor de sua formação. Ademais, há de se convir que diferentes contextos sociais, dentre essas áreas descritas, emergem, tendo em vista que não vivemos em um país homogêneo.

A postura do profissional também tende a se flexibilizar, à medida em que o TILS muda de nível de ensino: infantil, fundamental, básico, ensino superior. Com isso, ele tende a assumir uma postura diferenciada, visto que não está no mesmo lugar e nem está lidando com o mesmo público, já que este muda. Além disso, quando esse profissional trabalha numa unidade educacional e, concomitantemente, aceita um trabalho em uma palestra, por exemplo, ele, naturalmente, modifica sua postura.

Atentando sempre para a sua formação, o TILS não deveria assumir um papel que não correspondesse a sua formação profissional, isto é, a área na qual ele tem mais facilidade, a área que ele escolheu, com a qual tem mais se identifica.

Na Lei 12.319/2010, que regulamenta a profissão do TILS, e, antes dela, no livro que instrui o profissional pelo código de ética, ambos não delimitam com clareza tais espaços, uma vez que, nessa época, o quantitativo de profissionais formados na área ainda não era suficiente para o contingente de demandas instituídas para a profissão, e, principalmente, não haviam profissionais formados em bacharelado Letras/Libras.

Contudo, é importante ressaltar que podemos contar com diferentes categorias dentro da interpretação, sendovistas, de maneira melhor, somente se os TILS pudessem contar com o curso Letras/Libras Bacharelado, uma vez que o foco é totalmente nas nuances do campo da interpretação:

**Tabela 3 - Categorias dentro da interpretação.**

<b>CATEGORIAS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Interpretação Relé	Existe entre línguas vocais, mas é distintiva no caso em que, por exemplo, uma palestra em Inglês seja interpretada diretamente para a Libras e só então para a língua portuguesa. [...].
Intérprete Tátil	Chamado, no Brasil, de guia-intérprete para pessoas surdocegas que utilizam a língua de sinais tátil. Se o mediador estiver utilizando outras técnicas para surdocegos, como, por exemplo, desenhar na palma da mão as letras do alfabeto latino ou tocar nas falanges de acordo com o sistema Braille, então não se trata de uma interpretação interlíngua, mas de uma transliteração.
Intérprete Surdo	Uma pessoa surda pode atuar normalmente como intérprete entre duas línguas de sinais. No caso em que uma pessoa surda não é falante competente da Libras e um ILS não consegue estabelecer um entendimento com ela, pode ser chamada outra pessoa surda que, por meio gestual, consiga uma comunicação primária, mas satisfatória. Não se trata de uma interpretação interlíngua, mas de uma comunicação gestual ou mímica.
Comunicador Pidgin	Nesta categoria, está o uso do português sinalizado, em que o léxico da língua de sinais é encaixado na estrutura da língua vocal, gerando, inclusive, a criação de sinais artificiais para suprir a equivalência literal entre as duas línguas.
Espelhamento	Quando um intérprete, em vez de interpretar, copia a sinalização de outro intérprete. Este é o caso em que, por motivos de localização no espaço, a plateia surda tem que se posicionar em diversos locais onde não seja possível a visualização de somente um intérprete.
Duplicador ou replicador vocal	É chamada assim a pessoa que duplica a fala vocal de outra pessoa para deficientes auditivos que não se sentem proficientes ou confortáveis com a língua de sinais. Não é uma interpretação interlíngua, pois o duplicador se posiciona de frente para a pessoa deficiente auditiva e, literalmente,

	reproduz, na mesma língua, tudo o que ouve, com uma articulação cuidadosa.
--	--

**Fonte:** Bélanger (2000 *apud* PEREIRA, 2008, p. 142-144).

Para alguns, essas categorias postuladas podem não ter sido vistas anteriormente. Portanto, também podemos contar com desdobramentos diferentes dentro das modalidades de tradução/interpretação. No caso deste trabalho, optamos pelo termo “tradutor/intérprete”, por ser o termo presente na Lei 12.319/2010.

Vale ressaltar que a consciência do próprio profissional é de extrema relevância para atuação no campo já conhecido por ele. Uma vez que ele aceite atuar em local de pouco conhecimento, seu reduzido sinalário para determinada área desconhecida poderá implicar em prejuízos tanto para o aluno surdo quanto para o profissional. Conforme Monteiro (2019, p. 49):

[...] A precariedade do domínio da LS de muitos intérpretes tem várias consequências infelizes:

1. Descrédito nos serviços de interpretação
2. Construção de uma imagem não profissional dos intérpretes;
3. Desvalorização da própria LS
4. Descontinuidade no desenvolvimento da competência tradutória [...]

Podemos dizer que na ausência de profissionais aptos para desempenho de determinada tradução/interpretação em áreas ou locais de pouco conhecimento, cabe ao TILS explicar ao Surdo ou responsável pelo convite que sua prática comum é em determinada área, não na do convite.

É importante lembrar que não foram encontradas agências de tradutores/intérpretes de língua de sinais; em busca de adicionar informações ao presente trabalho, conseguimos captar que existem TILS que têm CNPJ e que prestam serviços para as empresas. Além disso, convidam outros TILS para revezamento, porém não é uma atividade oficial que dê oportunidades para mais profissionais, aprendizes ou TILS que queiram treinar e observar.

Na procura de livros e artigos pesquisados para a elaboração deste capítulo, sentimos falta de mais desdobramentos sobre a categoria profissional na sua própria área: a tradução/interpretação da Libras ou trabalhos voltados para a necessidade de um TILS, já que essa categoria quer melhorar. Eles devem pesquisar dentro de suas respectivas áreas de tradução e interpretação o que mais lhes interessar; porém, hoje em dia, o que mais conseguimos perceber é que os dois públicos (surdo e intérprete) pesquisam sobre essa área: Surdez.

Precisamos reforçar a necessidade do fazer científico na categoria dos TILS, área pouco explorada, o que nos faz ressaltar a importância de profissionais de outras áreas afins. O mundo da acessibilidade espera por profissionais aptos e conscientes de suas posturas. Portanto, passaremos a entender um pouco sobre como surgiu essa necessidade interpretativa acerca de legislações e projetos afins.

### 3. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS QUE ORIENTAM A ATUAÇÃO DO TILS NO ENSINO SUPERIOR

Uma das discussões crescentes na comunidade surda sobre o TILS, além da Lei que assegura/orienta a atuação do profissional, é a questão da ética profissional, que se constitui um ponto importantíssimo para o exercício dessa atividade.

#### 3.1. Das leis à operacionalização da atuação do TILS

Para produzir esse capítulo, realizamos um apanhado da trajetória histórica da atuação daquele que hoje é identificado como TILS. As conquistas alcançadas mostram, aos poucos, a proporção que a Libras foi tomando na sociedade.

A conquista de leis voltada aos Tradutores Intérpretes de Libras nada mais foi do que parte dessa grande jornada que descreveremos a seguir, tendo como principal foco relatar as leis que contemplam essa profissão, embora já tenhamos comentado algumas delas.

Tendo em vista que o foco da pesquisa é a atuação desse profissional no ensino superior, procuramos resgatar dados sobre a viabilização dessa atuação, no âmbito desse nível de estudos.

Um dos principais documentos que marcaram a história da comunidade surda foi a **Declaração de Salamanca** (1994), que registrou: “independente de classe social, etnia ou necessidade especial, a educação é de direito de toda e qualquer criança, partindo daí para assegurar a comunidade surda de que eles também tinham direito”. Por meio dessa declaração, novas forças foram identificadas na comunidade surda, fazendo com que os pais desses grupos pudessem travar batalhas nas escolas em prol do direito à educação que a declaração assinala.

No Brasil, posteriormente, veio a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB), 9.394/96, abordando questões dos então denominados “portadores de necessidades especiais”. Ainda na LDB, há um artigo que versa sobre os professores de educação especial da seguinte maneira:

**Art. 59. [...]**

**III** – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Já podemos notar que, desde essa LDB e de algumas ações anteriores, são discutidos aspectos de formação dos profissionais que lidam com pessoas com deficiência.

Tendo como foco a promoção de acessibilidade dessas pessoas, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais, assegurando-as mais especificamente pelo art. 18, art. 19 do:

**CAPÍTULO VII - DA ACESSIBILIDADE NOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E SINALIZAÇÃO** **Art. 18.** O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. **Art. 19.** Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento (BRASIL, 2000).

A lei é ampla no que tange aos seus direcionamentos, contudo não deixa de ser mais uma base para que a comunidade surda tenha segurança. Já no Art. 18, percebemos menção à presença do profissional intérprete de Libras, a fim de proporcionar o acesso à comunicação do surdo.

A partir do século XXI, o tema da surdez e do “Tradutor Intérprete de Libras” e seus desdobramentos começaram a ganhar espaço, as pesquisas foram aumentando e as lutas, naturalmente, foram se intensificando. A comunidade surda e seus líderes (surdos e intérpretes) organizavam passeatas anuais com vários temas, contendo as principais reivindicações da comunidade, dentre as quais estava o reconhecimento da Libras. Finalmente, em 24 de abril de 2002, com a Lei 10.436, a Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão.

A conquista do ano de 2002 ficou na memória. Serviu como norteadora para a revista dos rótulos negativos, a qual afirmavam que os surdos não eram capazes de aprender ou de se comunicar, ou que Libras não era uma língua. Tais rótulos perpassavam a comunidade surda, e, infelizmente, algumas pessoas ainda desconhecem a capacidade desse grupo.

Por ocasião da promulgação dessa Lei, ainda não existia, oficialmente, a profissão de TILS, até que surge um projeto de Resolução que aborda a presença do profissional na programação da TV Assembleia. Tal projeto veio à tona através da Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos do estado da Bahia (Apada/BA), que cita a necessidade de tradução e interpretação, como podemos ver nos artigos dispostos abaixo:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 040/2003 - Art. 1º - A programação da TV Assembléia terá tradução simultânea na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.**

Esse projeto de Resolução trouxe à tona a visibilidade da profissão na Bahia, o que não deixou de ser mais uma conquista advinda do reconhecimento da Libras. Isso fez com que o olhar lançado para Libras fosse diferenciado, prestando-lhe mais assistência como acessibilidade comunicacional.

Em novembro de 2003, assinada por Rubem Fonseca Filho, a Portaria 3.284 dispõe requisitos de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiências, em uma tentativa de instruir os cursos e as instituições de ensino para a pessoa Surda. Também dá relevo à figura do TILIBRAS. A Portaria prevê o seguinte:

**Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 (DOU 11/11/2003 p. 12, seção 1) III - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso: a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; [...]** (BRASIL, 2003, grifos do autor).

A portaria citada tenta garantir a acessibilidade comunicacional dos surdos através do intérprete de língua de sinais, como também destaca a questão das correções das provas dos surdos.

Em 2004, surge o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro desse ano, que regulamenta duas leis anteriores: a Lei de nº 10.048/2000 e a 10.098/2000. O Decreto trata de normas gerais e foca nos critérios básicos da acessibilidade, além de estabelecer outros critérios:

**§ 3º - III - serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento; § 6º Para obtenção do financiamento de que trata o inciso III do art. 2º, as salas de espetáculo deverão dispor de sistema de sonorização assistida para pessoas portadoras de deficiência auditiva, de meios eletrônicos que permitam o acompanhamento por meio de legendas em tempo real ou de disposições especiais para a presença física de intérprete de LIBRAS e de guias-intérpretes, com a projeção em tela da imagem do intérprete de LIBRAS sempre que a distância não permitir sua visualização direta** (BRASIL, 2004, grifos do autor).

Apesar de lutar pela melhoria e segurança da profissão, nenhuma Lei até o ano de 2004 tratou de contratações, exigências, oficializações ou algo parecido do profissional TILIBRAS.

Para preencher as lacunas que existiam na contratação desse profissional, o Decreto de nº 5.626/05, de 22 de dezembro, foi aprovado e oficializado, regulamentando a Lei de Libras (nº10.436/2002) e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Tal decreto assegura e categoriza vários itens que não estavam presentes anteriormente, incluindo a formação do TILIBRAS e o Sistema Único de Saúde (SUS), na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas.

No seu **Capítulo IV**, esse decreto apresenta: “Do uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas e à educação da formação do Tradutor e Intérprete de Libras-Língua Portuguesa”.

No que tange à Legislação, até os dias atuais, este foi o Decreto mais completo para a profissão de TILS e para a comunidade surda como um todo, pois ele trata de várias perspectivas.

Posteriormente, em 2010, é promulgada a Lei nº 12.319, de 1 de Setembro de 2010, que regulamenta o exercício da profissão do TILIBRAS, abordando algumas peculiaridades que a profissão demanda, dentre elas: formação, tipos de tradução, o que compete ao TILS no desempenho de sua função e seus preceitos éticos.

Todavia, a Lei ainda é muito curta e sem previsões de mais artigos que contemplem os TILS, fazendo com que nos remetamos sempre ao Decreto 5.626/2005 como complemento, já que este seria mais adequado para maiores desdobramentos.

Para ressignificar as barreiras comunicacionais, além de outras barreiras provenientes de outras deficiências, na perspectiva da surdez, o Decreto prioriza a forma de interação seja por meio da Libras, seja por meio do Braille, caracteres ampliados, entre outros.

Uma das mais recentes e importantes Leis veio para tornar mais acessível e claro tudo aquilo que já existia de uma maneira mais branda. Neste segmento, a Lei Brasileira de Inclusão toma uma forma mais robusta, com o objetivo de tornar útil o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Dentre todos os aspectos que o Estatuto prioriza, a parte que cita os surdos e o TILIBRAS é bastante completa na a Lei Brasileira de Inclusão, no que tange aos seus desdobramentos. Ela aborda questões sobre formação do profissional TILS, assunto mais debatido entre a categoria, uma vez que nenhum documento antes teria apresentado tal completude.

**LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 - O capítulo XI dessa lei trata da:** XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; § 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do *caput* deste artigo, deve-se observar o seguinte: I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (BRASIL, 2015).

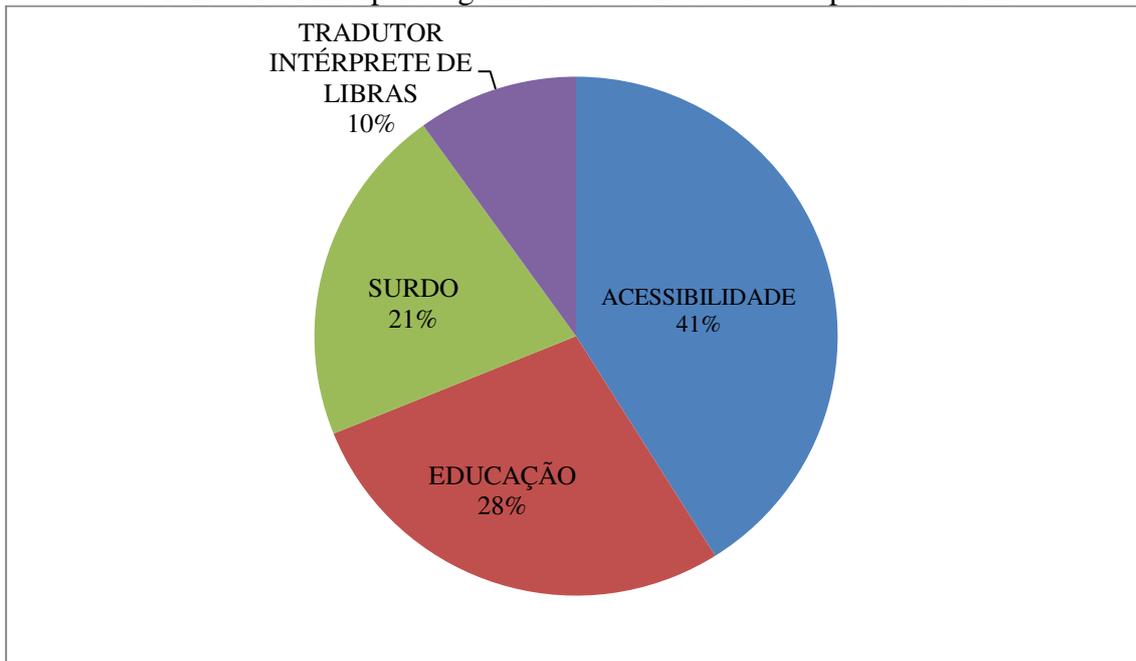
Por mais que existam ainda lacunas, essa lei refere-se ao TILS, exigindo deles capacitação para o exercício da sua atividade profissional nos diversos níveis de ensino.

Além de citar no Artigo 73 que “o poder público deve promover a capacitação de Tradutores e Intérpretes da Libras”, tornou-se uma das Leis de maiores referências, atualmente, pela comunidade surda, pela sua completude e sua atualidade.

Em 2016, duas conquistas foram adquiridas em relação à acessibilidade comunicacional: a Resolução nº 667, de 30 de Maio de 2016, que “aprova o Regulamento Geral de Acessibilidade em Serviços de Telecomunicações do interesse coletivo”, e a ABNT NBR 15.290/ 2016 no seguimento de “Acessibilidade em Comunicação na Televisão”, que engloba as questões relacionadas à legenda, audiodescrição, à Libras etc.

Já em 2017, a Federação Brasileira das Associações dos Guia-Intérpretes e Profissionais Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils) divulgou uma tabela para referência de pagamento de honorários na contratação do profissional. Essa decisão foi de grande valia para os profissionais, contudo muitas instituições não concordaram com os valores que estavam sendo cobrados na tabela.

Abaixo, encontra-se um gráfico que representa um recorte do presente capítulo, mostrando os maiores direcionamentos das Leis e dividindo-as em Educação, Surdos, TILS e acessibilidades.

**Gráfico 1** - Principais seguimentos das Leis voltadas para acessibilidade.

**Fonte:** dados obtidos pela autora.

De acordo com o Gráfico 1, observamos que o maior número (41%) em documentos/leis está voltados para a acessibilidade. Entendemos que esse percentual é adequado face ao que ela representa para o desenvolvimento do surdo, uma vez que possibilita o acesso aos espaços com qualidade. No caso da educação, ao nível de estudos em que ele almeja. A educação representa o segundo maior percentual, ou seja, 28%, especialmente em razão da sua importância para a vida da criança. O que se pensa sobre educação deve refletir os achados que proporcionam condições para que o surdo consiga atingir os objetivos por ele traçados para sua vida acadêmica.

O gráfico evidencia essa realidade, apesar de não aparecer expressões diretas ao surdo. O que foi divulgado (21%) parece pouco, no entanto os surdos podem usufruir dos benefícios do que preconizam todos os outros documentos. Quanto à menção aos TILS, de apenas 10%, pode se dar pelo fato de ser recente a legitimação da profissão, no ano de 2010, por isso o tempo não corresponde ao que os outros tiveram para produzir um quantitativo de dados similar.

Dando continuidade à trajetória de leis sobre os TILS, é pertinente explicar acerca do projeto de lei (PL) 9.382/2017 (KOKAY, 2017) que tramita no Congresso Nacional. Ele dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do TILS. Além disso, também revoga a lei em vigor, a 12.319/2010.

O novo projeto de lei pretende melhor instruir a categoria, valendo ressaltar que ele não exclui nenhum profissional, uma vez que suas exigências e categorizações focam mais na necessidade desse TILS. Alguns itens, por exemplo, já estavam incluídos na Lei anterior (12.319/2010). Porém, faltava ainda algumas mudanças importantes, tais como:

1. O TILS trabalhará por 30h e não mais por 40h;
2. O revezamento do profissional também está previsto no PL;
3. Nível superior para atuação.

Atualmente, o TILS tem carga horária de 40 horas semanais (como servidor público) em universidades, porém sabemos que o trabalho é cansativo e que ficar o turno da manhã e da tarde durante os cinco dias da semana é algo que pode prejudicar a saúde desse profissional para o resto da vida.

O revezamento é de suma importância para que ele consiga descansar física e mentalmente. Fisicamente, pelo cansaço das gesticulações; mentalmente, pelas competências de adaptações tradutórias, que é o que os TILS fazem constantemente ao interpretar de uma língua para outra, como de língua portuguesa oral para Libras ou vice-versa. O profissional precisa rapidamente adaptar as falas de uma língua para outra. Ainda, o nível de tradução e interpretação, após 1h sem alternância, faz com que o processo de tradução decaia, devido ao esgotamento mental e físico do TILS.

Além disso, estar atuando em universidade deveria requerer de um TILS a formação no mesmo nível de ensino, uma vez que este estaria mais familiarizado com vocabulários, sistemática e teria maiores conhecimentos acerca do mundo acadêmico, isso traria ao TILS mais maturidade no cotidiano.

Contudo, não é porque esse projeto está em pauta que os TILS terão que descansar e não lutar por melhorias na categoria, como:

1. Categorias para serem aplicadas aos TILS;
2. O tempo para revezamento;
3. O piso salarial;
4. Comentar sobre a presença de bolsistas juntamente com tradutores/intérpretes de Libras – não poderem substituir um profissional formado. – Estudantes do curso técnico de TILS e das diversas licenciaturas que conhecem a Libras;

5. Para os servidores públicos: a equiparação do nível D para o nível E de todos os TILS, entre outros.

Foram comentadas, nesse capítulo, leis, decretos, e diretrizes que mencionam, de alguma forma, o profissional TILIBRAS. Podemos perceber que ele foi ganhando espaço, com o passar dos anos, conforme pudemos observar nas Leis plotadas acima. Também é notável que o profissional, inicialmente, desconhecia onde estava inserido, uma vez que não citavam sua profissão dentro das Leis, ou muito menos eram instruídos para tal. Era algo que estava intrínseco, pois eles estariam ali fazendo parte da comunidade surda, portanto, estariam ‘inclusos’, mesmo sem serem claramente mencionados.

### **3.2. Panorama do atendimento dos TILS em Pernambuco**

A estimativa do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 indica a existência de aproximadamente nove milhões de surdos, o que leva a aproximadamente 5% da população brasileira. O que demonstra um grande aumento, comparando-os com o censo de 2000, conforme dados trazidos por Lacerda e Gurgel (2011 p. 482):

Estimativas do último censo demográfico (IBGE, 2000) indicam a existência de aproximadamente cinco milhões e 800 mil pessoas com surdez, segmento significativo da população que demandaria experiências linguísticas mediadas por uma língua de modalidade visual-espacial como é a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Mais recentemente, em 2017/ 2018, o IBGE adotou uma nova forma de realizar os questionários, modificando os parâmetros até então utilizados para as pesquisas, inclusive, alterando as perguntas, o que reflete no quadro de incidência dos diversos tipos de deficiência no Brasil, inclusive a surdez.

Uma vez que existem, no censo de 2010 do IBGE, várias peculiaridades no mundo da surdez, tais como: surdos usuários da Libras como primeira língua; surdos oralizados, que são aqueles surdos que não utilizam a Libras como primeira língua (ainda que possam utilizá-la) e sim, a língua portuguesa oral e escrita como língua que se sentem mais confortáveis para comunicar-se, deixando, assim, a Libras em segundo plano, ou nem a utilizando; existem deficientes auditivos, que têm uma leve perda auditiva ou que perderam após a aquisição da

língua portuguesa oral. Ainda vale ressaltar que o censo antigo do IBGE, de 2010, trazia apenas uma questão relativa à surdez, que consta no item 6.15 (na figura abaixo):

**Figura 1- Pergunta do IBGE sobre a surdez.**

ou se considerar indígena)			
Sigla 6.14			
DEFICIÊNCIA - PARA TODAS AS PESSOAS			
6.14 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE ENXERGAR? (SE UTILIZA ÓCULOS OU LENTES DE CONTATO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO OS ESTIVER UTILIZANDO)			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM	<input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE
			Sigla 6.15
6.15 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE OUVIR? (SE UTILIZA APARELHO AUDITIVO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM	<input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE
			Sigla 6.16
6.16 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE CAMINHAR OU SUBIR DEGRÁUS?			

Fonte: IBGE (2010).

Além do mais, estão associando a pessoa com surdez àquela que não consegue ouvir de forma nenhuma com aparelho auditivo, ou seja, essa pergunta correlaciona a pessoa ao aparelho auditivo, não levando em consideração se essa pessoa possui ou não tal tecnologia. Ademais, não aborda em nenhum momento se a pessoa é usuária da Libras como sua primeira língua. Também não existe pergunta sobre qual tipo de tecnologia ela utiliza, uma vez que existem inúmeras para o exercício da acessibilidade comunicacional, como, por exemplo, a utilização de amplificador de som ou o uso do implante coclear.

Contudo, uma vez crescendo a população surda, aumentam também as demandas e a necessidade de difusão acerca da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e, conseqüentemente, a necessidade do profissional TILIBRAS, que é apresentado por Lacerda e Gurgel (2011) como:

O TILS é um profissional fundamental para mediar o acesso aos conhecimentos para estudantes surdos que frequentam o ensino regular. Assim, é crescente a demanda por este profissional, já que muitos surdos têm ingressado e/ou retornado à escola a cada ano, sentindo-se acolhidos pela presença da Libras (LACERDA; GURGEL, 2011, p. 482).

Segundo essas autoras, crescem, em ambos os lados, a demanda pelo profissional, que é conseqüência do retorno (em um sentido de reascender a esperança) de concluir o ensino fundamental/médio.

Passando a comentar sobre como se constituiu esse cenário em Pernambuco, podemos afirmar que, nos anos iniciais da atuação desses profissionais, tal qual ocorreu em outros estados brasileiros, não existia a profissão regulamentada.

Com o passar dos anos, a militância surda, lutando por maiores conquistas, conseguiu tornar a Libras obrigatória em alguns cursos do ensino superior, exigindo a presença do TILS, caso não existissem professores surdos, em primeiro lugar, e professores bilíngues. Isso se deu em paralelo à promulgação da Lei 10.436/02, que oficializou a Libras enquanto “língua brasileira de sinais”.

Essa lei foi regulamentada pelo Decreto 5.626/ 2005, trazendo a descrição de aspectos importantes para que as necessidades do surdo fossem atendidas, como a inclusão obrigatória da Libras como disciplina curricular para a formação do professor e do instrutor de Libras; o uso e a difusão da Libras e da língua portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação; a garantia do direito a educação; a garantia do direito à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, entre outros.

Recentemente, por meio da Lei 12.319/10, que legitimou a profissão de TILS, foram corrigidas algumas lacunas existentes, que a Lei de Libras e o decreto 5.626/2005 não abordaram, como as delimitações da formação do profissional TILS, suas atribuições, valorizando, assim, essa categoria.

Pouco a pouco, a sociedade passa a enxergar o TILS não mais como um trabalhador voluntário, um mero mediador. Após pesquisas e leis se consolidarem em Pernambuco, esses profissionais passaram a ganhar espaço no ambiente acadêmico.

O TILS começa a ser desafiado. Muitas universidades, atualmente, já estão cientes de que este não pode ser um profissional que apenas saiba a Libras, pois sua formação exige que ele seja:

[...] capaz de verter enunciados produzidos em português para LIBRAS, ou vice-versa. Ele precisa ter um sólido preparo teórico, além de uma convivência profícua com a comunidade surda, que lhe permitam compreender o universo da surdez e, especialmente, os modos como os indivíduos surdos constroem e reconstróem a realidade por meio de seus discursos, que se explicitam através de outra modalidade linguística, bem diferente da modalidade oral-auditiva (NASCIMENTO; PEREIRA; FREITAS, 2010, p. 4).

Quando a presença desse profissional se tornou obrigatória nos diferentes níveis de ensino, a acessibilidade comunicacional, certamente, teve ganhos para o aluno surdo, diante do atendimento a algumas de suas necessidades.

Existem peculiaridades no processo de aprendizagem do aluno surdo e da tradução e interpretação em Libras. Portanto, considerando que as línguas envolvidas nesse processo

consistem em duas línguas de modalidades e peculiaridades diferentes, as estratégias metodológicas também devem ser diferentes do processo de aprendizagem.

Entretanto, para mediar essa comunicação, existem algumas dificuldades no processo de aquisição e de aprendizagem do aluno surdo, divididas, também, com o TILS, mesmo que este aluno, muitas vezes, tenha sofrido atrasos na aquisição da Libras e/ou, muitas vezes, não saiba essa língua. Além disso, ele pode sofrer pelos problemas referentes aos TILS, como afirma Dias (2010) em sua dissertação, no que se refere aos profissionais em uma escola de Recife:

Segundo os professores participantes desta pesquisa, há uma incompatibilidade de horário dos intérpretes para a real necessidade dos alunos e professores em sala de aula. Os ILS têm contrato de 150h/a quando a necessidade é de 200h/a [...]. Outro fator preocupante é o compromisso que os intérpretes assumem seu ofício. No período de nossas observações, pudemos ver ILS que chegavam bastante atrasados, permaneciam conversando na sala dos professores, faltavam, não acompanhavam os professores quando esses subiam para as salas de aula, etc. (DIAS, 2010 p. 111).

Comentando sobre esse trabalho, evidenciamos acima uma situação grave e acreditamos que essa atitude dos TILS a qual se refere Dias (2010) contribua negativamente para sua inserção profissional e para a aprendizagem do aluno surdo. Mesmo com uma segurança maior no que compete a essa inserção através das contratações dos TILS em escolas e universidades, ainda precisamos contar com o profissional que respeite o seu Código de Ética, segundo Quadros (2004, p. 31). O Código de Ética é um instrumento que orienta o TILS na sua atuação no concernete à postura e a posicionamento social no exercício de sua função.

O papel que o TILS exerce no cenário escolar é de um mediador que auxilia no processo de tradução e interpretação dos conhecimentos que são trazidos pelo professor para a sala de aula. Entretanto, no interior de Pernambuco, a realidade difere um pouco e nem todas as escolas podem contar com esse profissional.

No início desta pesquisa, verificamos que, em Pernambuco, as escolas particulares situadas em municípios do interior do estado não têm a participação direta do tradutor/intérprete de LIBRAS no processo de ensino aprendizagem. Apenas na capital, Recife, por imposição dos órgãos fiscalizadores, essa realidade vem mudando, pois esses profissionais têm sido inseridos nos quadros funcionais gradativamente (NASCIMENTO; PEREIRA; FREITAS, 2010, p. 3).

Nos dias atuais, em Pernambuco, constatamos que, segundo Nascimento, Pereira e Freitas (2010, p. 4), “a formação dos intérpretes de Libras tem se efetivado, nos últimos anos, por meio de uma política ainda em construção em todo o Brasil”. Pouco é sabido. Enquanto isso, a realidade de contratação e admissão desses profissionais em instituições, inclusive em concursos públicos, segue como uma constatação de que a profissão ainda está em construção, não só no estado de Pernambuco, mas também em tantos outros locais:

No último concurso realizado pelo governo do estado de Pernambuco para professores intérpretes de LIBRAS, em 2006, não pôde ser contemplada, nem pôde ser reconhecida oficialmente a função desse profissional no âmbito educativo. Sendo assim, os profissionais concursados, para atuarem como intérpretes de LIBRAS, tiveram que ser inseridos na Rede Estadual de Ensino como professores e não como tradutores/intérpretes. Essa situação tem sido igual em outros estados do Brasil, e diversos segmentos têm se levantado para tentar mudar essa história. Muitos desses segmentos têm a comunidade surda como precursora dessa luta (NASCIMENTO; PEREIRA; FREITAS, 2010, p. 4).

Não obstante o grande avanço das leis e de suas consequências ao proporcionar concursos públicos para a categoria, em Pernambuco, ainda deixam a desejar no que tange ao esclarecimento sobre a atuação desse profissional no cargo efetivo de tradutor/intérprete, pois ensinar não seria, de fato, sua profissão. Contudo, colocaram, por muitos anos, seu cargo como “Professor Intérprete de Libras”. Complementamos com Vasconcelos (2018):

Entretanto, não se pode pensar que tal profissional veio para resolver todos os problemas de acessibilidade ao conhecimento do estudante surdo, uma vez que tem uma função específica, ele não pode ser confundido com o professor da sala de aula. (VASCONCELOS, 2018, p. 169).

O que muitas vezes acontece é que muitos professores pensam que o TILS está em sala de aula para resolver todas as barreiras no que concerne ao ensino, à aprendizagem e à acessibilidade atitudinal, confundindo os professores em relação ao cargo dos TILS.

Ademais, para complementar a discussão, existe a contribuição das pesquisas de Nascimento, Pereira e Freitas (2010) sobre aspectos dos TILS nas salas de aula em Pernambuco. Dentre as dificuldades apresentadas pelos autores, podemos citar:

[...] **(1)** falta de diálogo entre intérpretes e professores, o que resulta a quase inexistência de planejamentos prévios para sua atividade;  
**(2)** a precariedade de sinais nas áreas específicas;  
**(3)** a não-flexibilização do tempo no processo da interpretação de uma prova, ou de exame avaliativo;

(4) falta de políticas de formação continuada. (NASCIMENTO; PEREIRA; FREITAS, 2010, p. 5, grifos).

Os resultados dessa pesquisa dão margem para transferir alguns desses achados para o que ocorre em IES. No entanto, também é preciso investigar o que ocorre desde o ensino básico. O que poderíamos fazer para corrigir as possíveis falhas? Tentaremos responder tal pergunta com o passar dos capítulos.

### **3.2.1. Exigências para contratação/admissão desses profissionais: discussão e análise**

Para que possamos entender melhor a sistemática de contratações dos profissionais, reunimos informações em IES da cidade do Recife sobre a exigência de contratação/admissão dos TILS.

Foi elaborada uma tabela que esclarece sobre as IES e as exigências para contratação de tal profissional nas instituições particulares e públicas. São informações não oficiais, mas que nos oferecerão um parâmetro para que entendamos como ocorrem tais contratações até o momento e o que é necessário, em relação à formação, para esse profissional.

É importante lembrar que não temos intenção de tecer considerações negativas sobre a forma de contratação das IES, apenas descrever as estratégias utilizadas por elas, uma vez que, quando o nível de exigência das universidades aumenta, também aumenta a necessidade de qualificação do profissional. O cuidado para não identificar as IES mostra o respeito ético que mantivemos durante todo o trabalho. As instituições que citaremos foram assim denominadas: IES1, IES2 e IES3.

Algumas informações foram adquiridas nos sites das instituições, enquanto outras foram registradas em um caderno de campo, pois nem todas elas publicam em sites o que solicitam dos seus contratados. Obtivemos informações de 7 (sete) IES privadas para compor o quadro abaixo, situadas na cidade do Recife.

**Tabela 4** - Exigências para contratação dos Intérpretes de instituições particulares de Recife.

<b>IES</b>	<b>PRÉ-REQUISITOS</b>	<b>ATRIBUIÇÕES DO CARGO</b>
<b>IES 01</b>	Ter diploma de graduação, preferencialmente em Letras/Português ou Letras/ Libras + Prolibras + Comprovar experiência em universidades anteriores com a função + Teste Prático.	Atender a demandas de sala de aula com o aluno surdo ou qualquer evento que esteja dentro da sua carga horária na instituição que precise de intérprete.
<b>IES 02</b>	Estar cursando uma graduação ou ter o diploma + Prolibras + Especialização na área.	Sala de aula com o aluno surdo ou qualquer evento que esteja dentro da sua carga horária na instituição que precise de intérprete.
<b>IES 03</b>	Diploma de Graduação + Curso de Intérprete.	Atender demandas de sala de aula com o aluno.
<b>IES 04</b>	Diploma de Graduação (ou estar cursando) + comprovar experiência.	Atender demandas de sala de aula com o aluno.
<b>IES 05</b>	Curso de Intérprete + comprovar experiência.	Sala de aula com o aluno. Função: Tradutor Intérprete de Libras.
<b>IES 06</b>	Teste prático de aptidão + Curso de Libras.	Sala de aula com o aluno – se tiver aluno surdo. Sala de AE – Atendimento especializado. Atua em outras áreas, desenvolvendo outras funções.
<b>IES 07</b>	Indicação de outro ILS atuante na Universidade.	Alguns em sala de aula com o aluno surdo. Caso não tenha aluno surdo, o intérprete é relocado e fica no Núcleo de apoio aos alunos especiais. Os intérpretes atendem todos os alunos que tenham necessidades especiais: desde uma grávida de alto risco a alunos com problemas psicológicos.

Fonte: IES.

Na tabela acima, podemos notar que as exigências para contratação dos TILS não são uniformes, o que mostra não haver articulação entre as referidas instituições. Assim, varia da mais exigente (IES 01) para a menos exigente (IES 07), que recebe o profissional TILS apenas por uma indicação de outro funcionário, sendo este também um TILS.

Quanto mais exigente a IES for, é possível ter mais certeza de que o aluno surdo será bem assistido e sofrerá menos problemas comunicacionais para assimilar os conteúdos ministrados pelo professor em sala de aula, em diferentes áreas que contemplam aspectos culturais, linguísticos e identitários.

Uma instituição de ensino superior deve ser cautelosa na contratação de um TILS, dado que o curso de Libras básico como um pré-requisito para a contratação é bastante perigoso, podendo afetar a integridade da mediação TILS-aluno surdo universitário (ASU). Além de tudo, é preciso garantir que o teste prático seja avaliado por alguém, de fato, apto para avaliar um outro TILS e ter a segurança de que o profissional consegue contemplar a área em que irá atuar.

### 3.2.2. Um olhar acerca dos editais públicos dos TILIBRAS: diferença de níveis das universidades públicas

É importante falar sobre alguns desdobramentos da profissão no âmbito público, empregos que estão cada vez mais sendo oportunizados e que mais têm crescido no momento através de concursos, contratações temporárias, e até mesmo bolsistas intérpretes têm cada vez mais atuado nesse meio.

Diante disso, foi feita uma pesquisa nos editais de contratação pública desses profissionais em duas universidades e um instituto<sup>5</sup> - situados em Recife –, que apresentaram as exigências expostas na Tabela 5.

A diferença das duas tabelas é o nível de contratação: uma recruta TILS nível D, enquanto outra, nível E<sup>6</sup>.

**Tabela 5** - Exigências para contratação dos Intérpretes das universidades públicas de Recife em Nível D.

LOCAL	PRÉ-REQUISITOS	ATRIBUIÇÕES DO CARGO
UFPE	Nível Médio Completo + proficiência em Libras + Prova prática.	Traduzir e interpretar a Linguagem de Sinais.
UFRPE	Nível Médio Completo + Certificado de proficiência em Libras + Prova Prática.	Traduzir e interpretar a Linguagem de Sinais.

Fonte: Editais de publicações.

**Tabela 6** - Exigência para contratação dos Intérpretes de Universidade Pública de Pernambuco e Instituto Federal de Pernambuco para vaga em Nível E.

IES	PRÉ-REQUISITOS
UFPE	Curso Superior Completo em Letras/Libras ou Letras + Certificado de proficiência em Libras + prova prática de nível superior.
IFPE	Bacharelado em Letras-LIBRAS; ou Licenciatura em Letras: tradução e interpretação em LIBRAS/Português; ou curso superior + certificação de proficiência em tradução e interpretação de LIBRAS + prova prática de nível superior.

<sup>5</sup> Nessas instituições, os candidatos são convocados por meio de editais públicos, por isso podemos colocar os nomes das respectivas instituições e expor tais requisitos, uma vez que são públicos.

<sup>6</sup> Níveis de contratação dos TILS: Nível D é quando apenas é solicitado do servidor o “nível médio”, ou seja, não precisa de um curso superior para a contratação, apenas de apresentar o certificado da conclusão do ensino médio; já o Nível E é quando o servidor possui nível superior e a contratação irá em frente apenas se ele apresentar o diploma, de acordo com as exigências do edital.

**Fonte:** Editais de publicações.

Tais universidades admitem os profissionais via concursos públicos; contudo, para isso, os dois níveis passam por duas fases: 1) prova teórica e 2) prova técnica.

As provas teóricas dos dois níveis são distintas, com o quantitativo de questões maior para nível superior, tendo mais disciplinas abordadas e peso maior nas questões.

As provas práticas dos TILS Nível D e Nível E são separadas, porém as duas passam por trâmites de gravação e banca avaliadora. O que difere as avaliações práticas são os temas. Os do nível E são mais densos, segundo os editais. Dentro da etapa da prova prática, a nota é dividida em três partes, dentro de três modalidades interpretativas do TILS:

1. Libras – Português Oral.
2. Português Oral – Libras.
3. Libras- Português escrito.

Caso o candidato consiga a pontuação das três modalidades igual ou superior a 60 pontos, ele será aprovado. Dessa maneira, as universidades públicas não contratam todo ou qualquer tipo de profissional, uma vez que sabem sobre o público com o qual o TILS terá que lidar no ensino superior.

Todos sabem da seriedade que é trabalhar com professores e alunos surdos em universidades e/ou em quaisquer outros níveis de ensino e da tamanha responsabilidade desses agentes, visto que são os responsáveis por mediar tais comunicações em grande parte das demandas que a IES tenha: congressos, simpósios, seminários, palestras, eventos, aulas de graduação, pós-graduação etc.

Nas tabelas anteriores, mostramos as contratações das universidades públicas, que admitem em níveis médio e superior. Nos dois níveis de ensino, os servidores públicos das instituições citadas acima publicam nos editais as funções e as nomenclaturas dos cargos que se diferem entre si, embora trabalhem o mesmo quantitativo de horas (atualmente, 40h semanais).

**Tabela 7 - Diferença de exercício de cargos dos diferentes Níveis (D e E).**

Cargo:	Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais.
Nível:	Nível D
Remuneração:	Vencimento básico de R\$ 2.294,81 (dois mil duzentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos).
Estrutura da prova:	A prova constará de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas.
Quantidade de questões:	PORTUGUÊS 15 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 45
Exigências:	Médio Completo + Certificado de proficiência em Libras.
Descrição sumária dos cargos:	Traduzir e interpretar a Linguagem de Sinais.
Conteúdo programático das provas escritas objetivas	1. Educação de surdos: fundamentos históricos, legais e teórico-metodológicos; 2. Língua Brasileira de Sinais: fundamentos históricos e culturais; 3. Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa: conceitos; Código de Ética; modelos e metodologias de tradução e interpretação; 4. Atuação do tradutor e intérprete em Língua de Sinais nos diferentes níveis de ensino; 5. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS: léxico, fonologia, morfologia e sintaxe; 6. Diferenças linguísticas entre a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa; 7. Inclusão de pessoas com deficiência em Instituições de Ensino.

**Fonte:** Edital Nº 84 (2016).

**Tabela 8 - Diferença de exercício de cargos dos diferentes Níveis (D e E).**

Cargo:	Tradutor Intérprete: Libras.
Nível:	Nível de Classificação E.
Remuneração:	Vencimento básico de R\$ 3.868,21 (três mil oitocentos e sessenta e oito reais e vinte e um centavos).
Estrutura da prova:	A prova constará de 80 (oitenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas
Quantidade de questões:	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 45 NOÇÕES DE INFORMÁTICA 15 P O R T U G U Ê S 20
Exigências:	Curso Superior Completo em Letras/Libras ou Letras + Certificado de proficiência em Libras.
Descrição sumária dos cargos:	Traduzir, na forma escrita, textos de qualquer natureza, de um idioma para outro, considerando as variáveis culturais, bem como os aspectos terminológicos e estilísticos, tendo em vista um público-alvo específico. Interpretar oralmente, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, discursos, debates, textos e formas de comunicação eletrônica, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes; tratar das características e do desenvolvimento de uma cultura, representados por sua linguagem. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Conteúdo programático das provas escritas objetivas	A) Interpretação e tradução de línguas de sinais - 1. Papéis e responsabilidades do tradutor-intérprete; 2. Formação do tradutor-intérprete; 3. Tipos e modos de interpretação (simultânea, consecutiva e sussurrada); 4. Tradução e transliteração; 5. Contextos sócio-políticos de tradução-interpretação; 6. Teorias dos Estudos da Tradução e Estudos da Interpretação; 7. Ética profissional; 8. O intérprete

	<p>de língua de sinais na escola inclusiva; 9. Intérprete educacional; 10. O intérprete de língua de sinais no ensino superior; 11. Noções de guiáinterpretação (formas de comunicação e técnicas de interpretação). B) Linguística das línguas de sinais - 1. Estrutura e processos fonológicos dos sinais; 2. Iconicidade e arbitrariedade nas línguas de sinais; 3. Estrutura morfológica dos sinais; 4. Derivação, flexão e incorporação em língua de sinais; 5. A sintaxe e a ordem das palavras nas línguas de sinais; 6. Semântica das línguas de sinais; 7. Sistema pronominal nas línguas de sinais; 8. Referenciação e pragmática nas línguas de sinais; 9. Sinais manuais e não manuais; 10. Classificadores; 11. Escrita de sinais (transcrição e tradução de língua de sinais); 12. Soletração Manual ou datilologia; 13. Sistemas de comunicação e formas de comunicação tátil. C) Educação de Surdos - 1. História da Educação de Surdos: da antiguidade à modernidade; 2. Abordagens da educação de surdos (oralismo, comunicação total, bilinguismo e inclusão); 3. Representações da surdez (visão clínicopatológica e visão socioantropológica); 4. Identidades surdas; 5. Cultura e comunidade; 6. Os surdos como minoria social; 7. Identidade e desenvolvimento escolar; 8. Políticas linguísticas e surdez; 9. Legislação e surdez; 10. Aspectos gerais da surdocegueira (definição, classificação e principais etiologias). D) Acessibilidade/Inclusão - 1. Legislação relacionada à acessibilidade e à educação inclusiva (nos diversos níveis e modalidades de ensino) voltada a pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, transtornos funcionais da aprendizagem e altas habilidades/superdotação; 2. Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) voltadas a pessoas surdas.</p>
--	--

**Fonte:** Edital Nº 84 (2016).

A partir das tabelas acima, podemos notar algumas diferenças entre os dois níveis,:

- 1) Nome do cargo.
- 2) Nível D e nível E para nível superior.
- 3) A diferença dos vencimentos básicos.
- 4) Quantitativo de questões/estrutura da prova.
- 5) Exigência para o cargo.
- 6) Descrição sumária dos cargos.
- 7) Conteúdo programático.

Vale ressaltar que o cargo nível D tem essa nomenclatura de acordo com o Código Brasileiro de Ocupações (CBO), que foi determinada antes mesmo da Lei de Libras e que, após a regulamentação da Lei do TILS e da profissão, não foi extinta; já no nível E, o cargo é registrado como Tradutor Intérprete, servindo este para todas as línguas. No entanto, neste caso, agrega-se o termo Libras ao final da descrição do cargo, para determinar de qual tipo de profissional estamos falando.

Isso explica as diferenças dos cargos, as quais devem ser destacadas. Inicialmente, há a diferença no nome do cargo, “Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais” e “Tradutor

Intérprete: Libras”, determinando o nível D para nível médio, isto é, nível do qual não se exige a formação em ensino superior; enquanto o nível E é para o superior, do qual se exige formação em Letras/Libras ou em apenas Letras. Embora haja essas distinções, os dois níveis podem ser certificados de proficiência em Libras. A estrutura da prova também é outra diferença, pois, o nível D abarca apenas português e conhecimentos específicos e nível E.

Além disso, coloca-se informática, uma prova com 60 questões e a outra com 80 questões, mais ainda é quando descrevem sumariamente os cargos: no nível D, apenas coloca-se que o profissional deve traduzir e interpretar a “linguagem” de sinais. O nível E descreve detalhadamente o que seria a tradução escrita e o que seria a interpretação. Este último leva, ainda, em consideração aspectos culturais e identitários da comunidade surda e trata da Libras como uma língua. Por fim, tem-se os conteúdos programáticos, que, em termos de tamanho, diferem um do outro, havendo apenas 7 itens para a prova no nível D e mais de 15 itens para o nível E. Vale ressaltar também que o nível E foca muito mais a prova em sua teoria, voltada para o Tradutor Intérprete de Libras.

Finalizando essa análise, temos um perfil básico da contratação dos TILS que atuam e querem atuar futuramente em IES. Para tanto, podemos observar falhas nos sistemas das instituições, como em relação às diferenças de níveis de contratação (e salarial) para atuarem no mesmo local de trabalho e, muitas vezes, na mesma sala de aula, com uma mesma demanda. Continuando a proposta da pesquisa, seguiremos para o próximo capítulo, que trata de alguns locais onde os TILS podem melhorar sua atuação.

### **3.3. O que a realidade revela: panorama dos cursos de formação/capacitação para o TILS**

Dentro da proposta de melhoria para os TILS como categoria, a pesquisa propõe novas reflexões sobre diversos aspectos da formação, atuação e contratação desses profissionais. Nesse contexto, procuramos levantar alguns locais de aprimoramento e capacitação do profissional, no caso de eles necessitarem. Esses pontos estão localizados na cidade do Recife.

Trazer tais informações que mostrem o cenário geral para as pessoas e para os TILS é importante, principalmente para aqueles que desejam se aprimorar. Também para os que ainda não têm formação nenhuma e desejam se especializar, seja na modalidade presencial ou na modalidade à distância.

Inicialmente, reunimos todos os cursos que têm como foco a formação do profissional TILS na cidade do Recife, na modalidade presencial. Foram encontrados os seguintes cursos:

1. Universidade Salgado Filho Oliveira (UNIVERSO)
2. Escola Técnica Estadual Almirante Soares Dutra (ETEASD)
3. Centro de Apoio ao Surdo (CAS)
4. Alpha TEC
5. Unintese
6. Edouart Huet Aceh

Expomos, a seguir, as ofertas de cursos de tradução e interpretação na modalidade EAD:

1. Wreducacional: curso de tradução e interpretação de Libras: 8 a 100h/a.
2. Curso gratis online: tradução e interpretação de Libras: h/a não informada.
3. Estude sem fronteiras: Formação de Tradutor e Intérprete de Libras 360h/a.
4. Inilibras: (1) Técnicas de Interpretação e Tradução de Libras 180 h/a (2) Intérprete Educacional de Libras 180 h/a (3) Tradução e Interpretação em Libras – Português e Português – Libras 300 h/a (4) Tradutor e Intérprete de Libras 180h/a.
5. Puc minas: Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa: 432 h/a.
6. Unieducar: curso online intérprete de Libras 280 h/a gratuito.
7. Central pronatec: Curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras h/a 1.200.
8. Ifnmg: Técnico em Tradução e Interpretação de Libras h/a 1500.
9. Portal educação: Curso Online de Intérprete de Libras h/a 60.

Contamos, ainda, com o curso Letras/Libras na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na modalidade presencial, que tem como pré-requisito para ingresso o conhecimento da Libras, já que a seleção é feita por meio de uma prova escrita e de uma prova prática de Libras com cada candidato. No que diz respeito às vagas, 70% são reservadas para candidatos surdos e 30% para os candidatos ouvintes – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Curso de Letras - Licenciatura em Libras com 3150 h/a – UFPE.

Outra modalidade do curso de Letras/Libras que vem sendo ofertada com bastantes opções é a educação à distância (EAD), todos com 8 semestres.

1. Licenciatura em Letras/Libras (UFSC);
2. Letras/Libras – à distância (UFSC);
3. Licenciatura em língua brasileira de sinais (UFSC);
4. Língua brasileira de sinais - Libras (UFSC);
5. Programa especial de bacharelado em Letras/Libras (UFSC.);
6. Curso de graduação em Letras com habilitação em Libras (UFBA);
7. Letras/Libras (UNINJA);

8. Letras/Libras (UFPB);
9. Licenciatura em Letras/Libras (UNIASSELVI);
10. Letras/Libras Licenciatura (Estácio);
11. Letras/Libras Licenciatura (Unintese);
12. Curso de bacharel em Letras/Libras (Faculdade Eficaz);
13. 2º Licenciatura Letras/Libras (Faculdade Eficaz).

Portanto, existem diversas oportunidades para formação que podem ser acessíveis a todos os que se interessam.

## 4. A ATUAÇÃO DO TILIBRAS NO ENSINO SUPERIOR

Situar as tendências das pesquisas que abordam o contexto do TILIBRAS no ensino superior implica um levantamento desse trabalho e da sua respectiva organização, à luz de um aporte teórico-metodológico aplicado. Tal análise é de extrema relevância para entendermos como se dá a abordagem dos autores e o pensamento científico compartilhado acerca desse profissional.

### 4.1. A chegada de alunos surdos ao ensino superior

Para falarmos sobre a inclusão dos alunos surdos no ensino superior, nada mais justo do que fazer um preâmbulo acerca de algumas temáticas que envolvem esses sujeitos.

Antes de chegar às universidades, durante muito tempo de suas vidas, esses estudantes tiveram sua experiência vinculada à educação básica e, posteriormente, ao ensino médio. Isso porque é nesse período que, naturalmente, acontecem fatos que trazem para o aluno experiências positivas e/ou negativas interligadas ao ensino-aprendizagem em sala de aula e/ou na escola.

Posteriormente à finalização do ensino médio, o ensino superior aparece como o novo desafio para os surdos e vem atraindo seus interesse cada vez mais.

Após a Declaração de Salamanca, em 1994, a determinação de que as instituições educacionais deveriam atender às pessoas com deficiência mostrou a necessidade de transformação em relação ao que seria exigido delas independentemente do nível de estudos que oferecessem. Nessa ocasião, segundo Daroque (2011, p. 12), “iniciam as discussões incluindo a educação especial no Ensino Superior, começando a consolidar essas decisões”, em 1996, quando o MEC sugere que:

[...] às instituições de ensino superior encaminhamentos dos alunos com deficiências para o ingresso no ES, alertando para a necessidade de atenção maior quanto ao desenvolvimento de ações flexíveis dos serviços educacionais na infra-estrutura e na capacitação de recursos humanos, atendendo a uma permanência de qualidade para estes alunos (MOREIRA, 2005, p. 12).

A partir desse instante, a autora comenta que as pessoas com deficiência começaram a ter a oportunidade de frequentar as escolas públicas, cuja organização deixou muitas lacunas na formação dos alunos com deficiência pela [...] “formação de baixa qualidade por toda a

extensão de escolaridade chegando ao Ensino Superior, gerando muitos conflitos e tensões” (MOREIRA, 2005, p. 12).

Nesse cenário, no qual as IES recebem os alunos surdos, elas devem atender às especificidades que esse segmento requer, além de se organizarem para as melhorias curriculares e metodológicas que precisem ser adaptadas para recebê-los.

As reformas necessárias para que o ensino superior comece a se adaptar a esses novos alunos que chegam para os seus cursos estão sendo instaladas tardia e gradualmente. Essas transformações significavam a eliminação de barreiras e de muitos preconceitos que precisam ser superados, a fim de que aconteça o acesso democrático de todos os alunos. Moreira (2005) assinala, ainda, que é necessário que toda a organização do sistema, incluindo o ensino superior, esteja atenta às especificidades do aluno com deficiência.

Apesar de objetivarem diminuir as dificuldades dos alunos, em termos didático-pedagógicos, não podem ser consideradas como uma proposta de ingresso alternativo ao ensino universitário, mas como uma iniciativa que se engaja num projeto de transformação social (MOREIRA, 2005, p.3).

Essa é uma posição que as IES deveriam adotar, garantindo atenção às pessoas com deficiência que se fizerem presentes nos diversos cursos que oferecidos.

Referente às tentativas de inclusão dos alunos com deficiência, seria necessário que as equipes das instituições estivessem capacitadas para recebê-los, especialmente aqueles que requisessem algum recurso mediador, como o aluno surdo, que necessita da presença do TILIBRAS, caso os professores não sejam bilíngues, o que não é fácil de encontrar. Para as tentativas de inclusão efetivadas ao longo dos anos, concordamos com Daroque (2011), quando afirma que:

Muitas tentativas de inclusão vêm sendo praticadas, mas, ao longo dos anos, produziram poucos resultados que realmente possam ser considerados eficazes. No Brasil, a educação dos sujeitos surdos continua sendo um problema, já que existem pouquíssimas escolas preparadas à condição bilíngue e às necessidades específicas das pessoas surdas (DAROQUE, 2011 p. 24).

Com o passar dos anos, identificamos avanços no concernente à comunidade surda e ao profissional TILIBRAS, tendo, como exemplo, as leis voltadas às necessidades dos surdos e dos profissionais. Essas leis, para Daroque (2011), vieram contribuir para um maior esclarecimento a respeito de ações que deveriam ser adotadas com a finalidade de melhorar a

acessibilidade desses alunos, que, de um modo geral, trouxeram consigo uma formação bastante precária.

Tais leis foram conquistadas pela comunidade surda aos poucos, primeiramente em 2000, com a Lei nº 10.098 (2002), que promove critérios básicos para acessibilidade das “pessoas portadoras de deficiência”<sup>7</sup>.

As novas políticas foram criadas e adaptadas gradativamente para essa minoria, e, com o passar dos anos, foi-se disseminando o conhecimento do novo para aqueles que desconheciam tais características. Segundo Lacerda e Lodi (2009), foram-se estabelecendo algumas peculiaridades, antes inexistentes, como:

[...] respeito à particularidade linguística dos surdos e do uso desta língua nos espaços educacionais” e, assim, uma atenção para o desenvolvimento de práticas voltadas às especificidades do sujeito surdo (LACERDA; LODI, 2009a, p. 13).

Deparamo-nos com as incertezas iniciais da escola, e não seria diferente nas universidades, as quais precisam proporcionar as mesmas oportunidades de aprendizado para seus alunos.

Decerto, as leis e alternativas vieram para amenizar as barreiras comunicacionais e atitudinais advindas da exclusão que essa comunidade sofreu ao longo do seu processo histórico.

No tocante ao ensino de surdos, o respaldo necessário para assegurar que eles são capazes (por mais que muitos já o soubessem) está na legislação, garantindo o acesso desse público à educação no ensino superior, com a equidade necessária para sua aprendizagem. Tal mudança ocorreu devido à evolução de uma educação inclusivista, para um ensino dentro de escolas e universidades, de fato, acessíveis, que possam ofertar aos alunos o que eles realmente necessitam, dentro de suas peculiaridades. Dessa forma,

Torna-se importante conhecer o histórico escolar do surdo que foi marcado por práticas inadequadas durante o processo de ensino aprendizagem, passando por uma escolarização que desconsiderou suas particularidades linguísticas de acesso às informações (por estas serem veiculadas pelas linguagens oral e/ou escrita da língua portuguesa) (DAROQUE, 2011 p. 28).

---

<sup>7</sup> A LDBEN apresentou uma reformulação, e o termo “portadores de deficiência” foi substituído por “pessoas com necessidades educacionais especiais”. Atualmente, outra reformulação foi feita pela portaria nº2.344, de 3 de novembro de 2010. O artigo 2º atualiza a nomenclatura do Regimento Interno do CONADE, aprovado pela Resolução nº35, de 6 de Julho de 2005, portanto, no qual se lia “Pessoas Portadoras de Deficiência”, lê-se “Pessoas com Deficiência” (DAROQUE, 2011, p. 11).

Ou seja, é preciso pensar e agir proporcionando o que o sujeito necessita para aprender, assim como aquele que ouve; significa a quebra de paradigmas instaurados anteriormente por ideias errôneas das pessoas com limitações, uma vez que o ser humano é um ser vestido por diversidades, o que torna cada indivíduo um ser único.

É pertinente trazer a afirmação de Daroque (2011, p. 28) acerca dos ASU:

Os que conseguem ingressar no ES são poucos e ainda sem formação para seguir a vida acadêmica; geralmente não contam com apoios significativos dentro da instituição de ensino superior, pois estas, em sua maioria, estão despreparadas para atender este aluno.

Em Pernambuco, no ano de 2003, a Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO) foi a primeira instituição a abrir vagas para estudantes surdos, no curso de Pedagogia, num marco histórico. A partir de tal iniciativa, outras instituições de ensino superior, especialmente as privadas, nas cidades de Recife e Olinda, começaram, lentamente, a oferecer acesso aos seus cursos para alunos surdos oriundos do ensino médio.

Podemos citar as seguintes IES que se comprometeram com essa inclusão: Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE), a Faculdade de Ciências Humanas Esuda (ESUDA), a Universidade Católica do Recife (UNICAP), a Faculdade do Vale do Acaraú (UVA) e a Faculdade Santa Helena (FSH). Em anos posteriores, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) começaram a receber esses alunos surdos. Contudo, sabemos do desafio que foi e que certamente ainda é proporcionar a inclusão de alunos com problemas graves de audição em salas de aula de nível superior. Moreira (2004, p. 200) reflete:

[...] Uma universidade com atitude inclusiva é um grande desafio: sugere a desestabilização do instituído e o reconhecimento de que nossa sociedade é matizada pela diversidade, pela diferença, que o ser humano é pluralidade e não uniformidade (MOREIRA, 2004, p. 200).

Atualmente, outras instituições, tanto privadas quanto públicas, oferecem acesso a estudantes surdos a suas diversas graduações e pós-graduações, ampliando o espaço de formação desses alunos. Mais recentemente, a prova do Ensino Nacional do Ensino Médio (ENEM) em Libras, os TILS dentro das universidades e a aprovação de muitos alunos surdos em várias IES mostram que a Libras começa a ser mais conhecida e praticada nesses espaços.

Diante dessa crescente participação de surdos nos diversos cursos universitários, aumentaram também as contratações dos TILS; desde então, um contingente de novos profissionais que não possuíam a qualificação adequada para o exercício dessa atividade profissional para o ensino superior passaram a atuar, muitos deles sendo inaptos para o exercício dessa atividade, multiplicando os problemas já existentes, sobre os quais já comentamos.

Esse aluno necessita de atenção pedagógica especial, uma vez que temos de considerar o bilinguismo, no qual estarão presentes duas línguas (Libras e Língua Portuguesa, preferencialmente escrita), devendo essa última língua ser ministrada como segunda língua, habilitando-o no ensino superior para enfrentar as disciplinas ministradas em língua portuguesa.

Portanto, torna-se importante ressaltar algumas explanações acerca da atuação dos TILS, que se tornaram figuras importantes no ambiente acadêmico, já que irão mediar a comunicação do aluno surdo, visto que, na maioria das universidades, pouco vemos a comunicação entre o professor bilingue e o aluno surdo.

Dessa forma, enxergamos a importância de trazer o perfil do intérprete no ensino superior através de seus relatos atrelados às respostas dos ASU. Os próximos capítulos se aprofundarão nos objetivos que norteiam nosso trabalho.

#### **4.2. Tendências das pesquisas atuais sobre o TILS no ensino superior**

A área da tradução e interpretação no ensino superior é o campo específico de pesquisa neste trabalho. Por isso, escolhemos trazer e situar as tendências das pesquisas que abordam o contexto do TILIBRAS no rol do ensino superior, pois pressupõe um levantamento dessas pesquisas, em sua respectiva organização, à luz de um aporte teórico-metodológico aplicado.

Tal análise é de extrema relevância para entendermos como se dá a abordagem dos autores e o pensamento científico relacionados ao TILS no ensino superior. Compartilhamos do mesmo pensamento de Lacerda e Gurgel (2011, p. 484), no que se refere à importância dessa pesquisa.

Neste contexto, interessa-nos conhecer mais de perto o perfil daqueles que vêm atuando como TILS especificamente no ES, para que tomando como base este perfil possamos pensar ações de formação que colaborem para uma melhoria e aperfeiçoamento da atuação deste profissional e para a qualidade de ensino oferecida aos estudantes surdos.

Para alcançar tal objetivo, foi realizada uma busca de trabalhos acadêmicos, leituras e fichamentos para dar início à nossa revisão. Levamos em consideração uma busca dos trabalhos que tenham até doze anos de produção, ou seja, nossa busca se limitou a produções realizadas a partir do ano 2006.

Esse levantamento nos levou à constatação de uma lacuna em relação às pesquisas voltadas a essa temática, do quantitativo reduzido de dados sobre o tema identificado. Para encontrar tais trabalhos, foram feitas buscas em páginas eletrônicas, como: (1) *Scielo - Scientific Electronic Library Online*, (2) Google Acadêmico, (3) Portal periódicos da CAPES e, também, (4) site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Em todas as páginas eletrônicas das bases de dados, foi utilizada a busca avançada (*advanced search*). Adotando as seguintes expressões-chave em português para pesquisar os trabalhos: “Tradutor Intérprete de Língua de Sinais - TILS”, “Intérprete de Libras e Ensino Superior”, “Tradutor intérprete de Libras e Ensino Superior”, “Universidade e TILS”, “Língua de sinais e Intérprete” e “Tradução e Intérprete e Libras e Ensino Superior” nos campos de busca dos sites mencionados.

Nesse sentido, é notável a importância de nos somarmos aos estudos, com o propósito de ampliar cada vez mais essas perspectivas, pois, segundo Pagura (2010, p. 12), “[...] a área é ainda incipiente, tendo sido pouquíssimas as pesquisas divulgadas”.

Como critério de inclusão, foram considerados trabalhos completos publicados no idioma português. Foram excluídos desta revisão os artigos repetidos nas buscas nas bases de dados; estudos que eram voltados à tradução de línguas faladas, como da língua portuguesa para a língua inglesa, ou, ainda, artigos que fugissem da temática do ensino superior.

Por conseguinte, foram selecionados, para esta revisão, trabalhos que abordassem o tema do TILIBRAS no ensino superior. Assim, realizamos a leitura dos títulos dos artigos recolhidos, a fim de encontrar correlação direta com nosso objeto de estudo.

O descritor TILS foi utilizado inicialmente de forma isolada e, em seguida, combinado com os demais descritores supracitados. Depois disso, designadas as bases de dados para a revisão, fomos em busca de trabalhos em uma janela de três quadriênios, porque, em uma janela de tempo menor, de, por exemplo, cinco anos, a quantidade de trabalho foi muito

inferior ao que esperávamos. Ao término da filtragem dos trabalhos a serem utilizados na revisão, obtivemos um total de quatorze textos científicos.

Esses trabalhos foram devidamente lidos, fichados e classificados para uma melhor visualização, em ordem crescente, assunto de trabalho, títulos, autores, tipo e ano da publicação. Estão indicados na tabela abaixo:

**Tabela 9** – Registro dos títulos, autores, tipo e ano de publicação sobre o tema tradução e interpretação da Libras no Ensino Superior.

ASSUNTO	TÍTULOS	AUTORES	TIPO	ANO
<b>C</b>	Implicações e conquistas da atuação do intérprete de língua de sinais no ensino superior.	Vanessa Regina de Oliveira Martins	Artigo	<b>2006</b>
<b>A</b>	Trajetórias de formação e condições de trabalho do intérprete de Libras em instituições de educação superior.	Diléia Aparecida Martins	Dissertação	<b>2009</b>
<b>C</b>	A atuação do ILS no âmbito acadêmico.	Diná Souza da Silva e Kartya Vieira Moreira	Artigo	<b>2010</b>
<b>A</b>	Práticas e formação de tradutores intérpretes de língua brasileira de sinais no ensino superior	Cristina Broglia Feitosa de Lacerda Taís Margutti do Amaral Gurgel	Artigo	<b>2010</b>
<b>C</b>	Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil	Cristina Broglia Feitosa de Lacerda Taís Margutti do Amaral Gurgel	Artigo	<b>2011</b>
<b>B</b>	A constituição do intérprete de língua de sinais no ensino superior na perspectiva dos surdos: o cuidado de si e do outro	Janete de Melo Nantes	Artigo	<b>2012</b>
<b>D</b>	(In)congruências sobre o papel do intérprete de Libras entre os participantes do processo de tradução	Vinicius Reis de Siqueira	Artigo	<b>2012</b>
<b>C</b>	O intérprete de Libras do ensino superior como recurso de inclusão aos estudantes surdos. Será?	Andreia de Lima Campos Rocha	Artigo	<b>2012</b>
<b>C</b>	A atuação do intérprete de Libras em uma instituição de ensino superior	Diná Souza da Silva	Dissertação	<b>2013</b>
<b>C</b>	Atuação de intérpretes de língua de sinais na pós-graduação lato sensu: estratégias adotadas no	Vânia de Aquino Albres Santiago	Dissertação	<b>2013</b>

	processo dialógico			
<b>B</b>	A atuação do intérprete de Libras no ensino superior: estudo de caso de um estudante surdo	Jessica R. da Silva Corrêa	Artigo	<b>2015</b>
<b>C</b>	O intérprete de Libras no contexto do ensino superior	Ronaldo Quirino da Silva	Artigo	<b>2016</b>
<b>A</b>	O intérprete de Libras na formação de estudantes surdos no ensino superior brasileiro	Reginaldo Célio Sobrinho Edson Pantaleão Alves Euluze Rodrigues da Costa Junior	Artigo	<b>2016</b>
<b>B</b>	A percepção de universitários sobre a atuação do intérprete de Libras no ensino superior	Jessica Roberta da Silva Corrêa Ricardo Ernani Sander Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins	Artigo	<b>2017</b>

**Fonte:** Dados obtidos pelo autor.

#### Tendências:

- a) 3 (tipo **A**) abordam a formação do intérprete e revelam trajetórias formativas, e, através da pesquisa do seu trabalho, seja ela com um ou mais TILS, mostram que tipo de profissionais estão presentes no nível do ensino superior e que formação eles têm. Expõem, também, suas condutas e falam sobre elas.
- b) 3 (tipo **B**) trazem discussões acerca da percepção do aluno surdo sobre o TILS, mostrando que os ASU também são lembrados como forma de receber um determinado retorno enquanto ao profissional.
- c) 7 (tipo **C**) discutem sobre a atuação do TILS no ensino superior e retratam, na maioria deles, além do perfil do profissional, as estratégias que utilizam
- d) 1 (tipo **D**) explicita as (in)congruências sobre o papel do TILS, mostrando a perspectiva do professor universitário acerca da função do TILS em sala de aula junto ao aluno surdo.

Observamos, com essa distribuição, que a maioria dos trabalhos procura mostrar aspectos da atuação do TILS no ensino superior, com ênfase nos seguintes pontos:

- 1) Perfil desses profissionais;

- 2) Proficiência do TILS;
- 3) Formação precária do TILS;
- 4) O papel que eles exercem no ensino superior;
- 5) Ajuda do TILS na inclusão do aluno surdo;
- 6) Estratégias utilizadas por esse profissional no processo de interpretação;
- 7) Conduta dos profissionais no ensino superior;
- 8) Relação TILS-alunos surdos e TILS-professores.

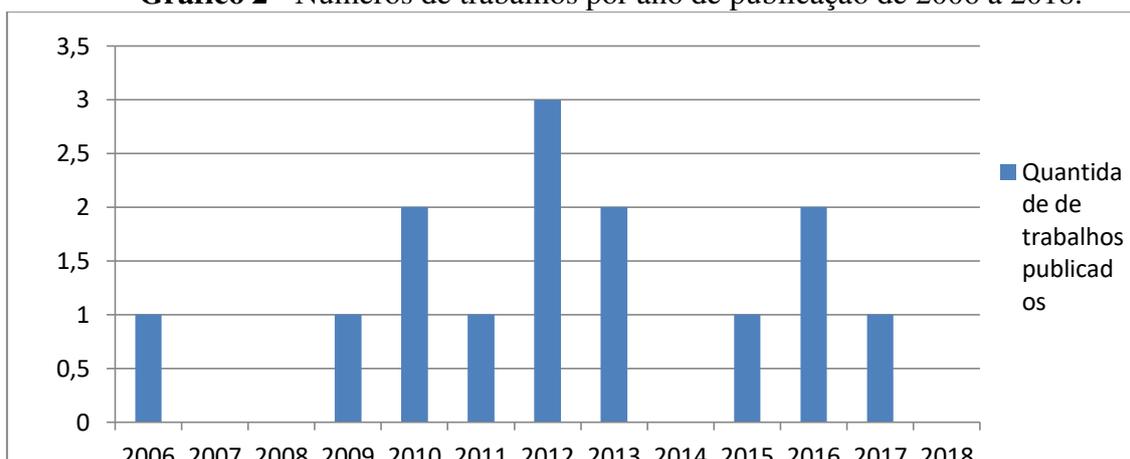
Outra preocupação expressa nas pesquisas, em número menor, se refere às dificuldades que o TILS enfrenta no ensino superior, preocupação que foi externada no capítulo 3.

Igualmente, a atuação do profissional pelo olhar do surdo merece nossa atenção, dado que tais observações podem contribuir para entendermos o atendimento ou não as necessidades desse aluno.

Apenas um artigo trouxe no título a palavra “tradução”, entretanto, quando fomos mais a fundo no texto, vimos que é atribuído um outro sentido ao termo, pois não tratava do estudo da tradução no nível de ensino de surdos dentro da profissão. A partir disso, podemos inferir que é uma questão pouco debatida, mas igualmente importante, porquanto, ao trazer a discussão teórica do processo de tradução, aumentamos possibilidades para os TILS e para o ASU.

Os trabalhos encontrados, conforme descritos anteriormente (Tabela 2), permitem-nos fazer um gráfico, ilustrado abaixo (Gráfico 3), que explicita a atividade de produção acadêmica relacionado aos TILS.

**Gráfico 2** - Números de trabalhos por ano de publicação de 2006 a 2018.



**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

O ano em que a temática mais gerou trabalhos foi o ano de 2012, totalizando três trabalhos que adotaram o viés do TILS no ensino superior (ES), seguido por 2010, 2013 e 2016, com dois trabalhos em cada ano, e por 2006, 2009, 2011, 2015, 2017, com apenas um trabalho em cada ano. Ademais, dos anos de 2007, 2008, 2014 a 2018, não observamos nenhum trabalho publicado que abrangesse a temática.

Identificamos os autores descritos acima advindos de diversas universidades. As pesquisadoras Cristina Broglia e Tais Margutti aparecem duas vezes, o que mostra um interesse maior pelo tema. A professora Cristina Lacerda, cuja formação e trabalho acadêmico têm foco principal do TILIBRAS, desenvolve trabalhos que são conhecidos em todo o Brasil.

Diante disso, Lacerda e Gurgel (2011, p. 483) comentam:

Na verdade, a Lei 10.098, de 2000, (BRASIL, 2000), orientada pela perspectiva da educação inclusiva, já previa a presença do TILS no nível superior, sem nenhuma descrição de como formá-lo. Deste modo, as instituições de ensino superior (IES) para atender às demandas judiciais ou da comunidade surda passaram a contratar pessoas que se dispunham a atuar como TILS sem atenção para uma avaliação pormenorizada de sua formação e competência para exercer esta função.

O ponto de vista das autoras mostra que a entrada do intérprete no ensino superior se deu sem um cuidado com uma formação prévia, o que, de certa maneira, continuou por um tempo. Ainda, afirmam que “ao mesmo tempo, o aluno surdo que chega ao ES muitas vezes tem domínio restrito da Libras e menor ainda do léxico da área de conhecimento específico na qual está estudando” (LACERDA; GURGEL, 2011, p. 483).

Desse modo, verifica-se a necessidade de mais estudos sobre a temática, para que tragam um norte maior ao leitor e forneçam mais pesquisas com melhores estratégias e soluções para a categoria profissional. Para mais, necessita-se de mais pesquisar no próprio ensino superior.

## 5. PERCURSO METODOLÓGICO

A legitimação da profissão do intérprete de Libras, regulamentada pela Lei 12.319/10 e a alta demanda decorrente dessa regulamentação geraram uma série de questões que precisam ser melhor analisadas em função do que exige o exercício dessa atividade profissional. Essa dissertação analisa o processo de atuação do TILIBRAS e o exercício dessa atividade no ensino superior, a partir do relato dos intérpretes e dos alunos surdos. Para atingirmos esse objetivo, empregamos a pesquisa qualitativa.

### 5.1. Local da pesquisa

O principal critério para a seleção dos locais de pesquisa foi o de ser uma das IES que mais concentram o número de alunos surdos e profissionais. Em Recife, temos algumas universidades/faculdades/institutos que, eventualmente, atendem a alunos surdos, e outras que mantêm mais permanentemente tais alunos.

Sendo assim, a pesquisa foi realizada em três IES, contemplando diferentes níveis acadêmicos, a saber: graduação, especialização e pós-graduação *stricto sensu*.

### 5.2. Instrumentos

Elaboramos os seguintes instrumentos: 1) dois roteiros de entrevistas, sendo um para os TILS e outro para os alunos surdos universitários (apêndice C e D); 2) um roteiro de observação de aulas elaborado antecipadamente (apêndice E).

O roteiro de perguntas da entrevista (Apêndices C e D) buscava provocar nos pesquisados reflexões sobre sua vivência e trazer para a dissertação um pouco da perspectiva de ambos sobre a temática abordada. Portanto, analisaremos, através das respostas dos entrevistados, as suas necessidades na vida acadêmica após ingresso na Universidade.

O roteiro de observações (Apêndice E) teve como objetivo registrar como atua o TILS em sala de aula; modalidade da interpretação; falta de sinais específicos; extensão da interpretação; comunicação do TILS com o professor sobre dúvidas do aluno surdo. O roteiro foi elaborado e inspirado em Manzini (2008, p. 2 *apud* Manzini 1990/1991, p. 154), que explica:

A entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.

Nenhum fato social pode ser compreendido de forma isolada. É preciso analisar a conjuntura do processo social e histórico; para isso, precisamos resgatar informações de forma mais espontânea, para que não tenhamos a mesma resposta de todos entrevistados (MANZINI, 2008). É por isso que o presente trabalho contém desdobramentos mediante tais instrumentos: roteiro e entrevista semi-estruturada.

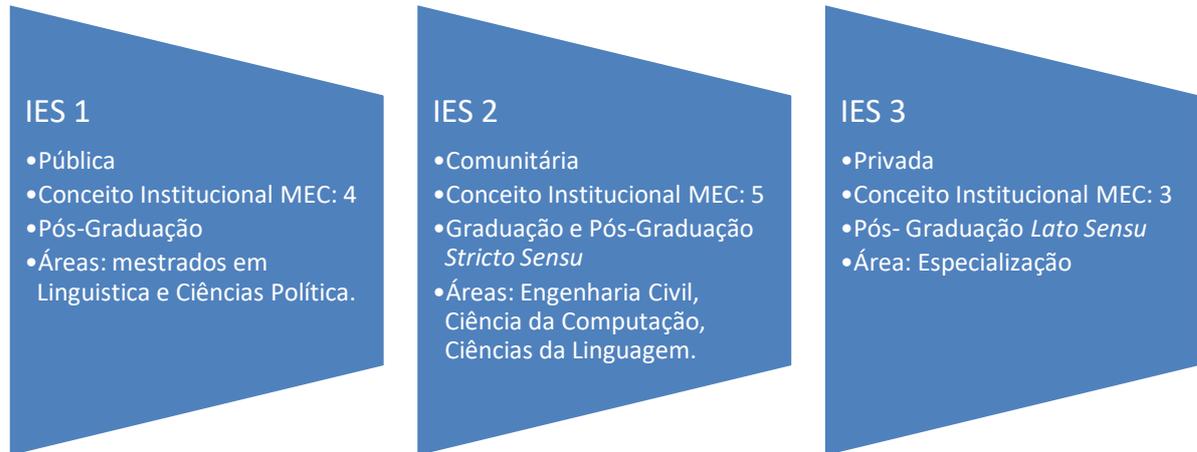
O que está em jogo é o ponto de vista a ser passado de maneira diferenciada. Traremos resultados de uma investigação que mostra um pouco das diversas realidades que o universo dos TILS pode apresentar, além de informações sobre: faixa etária, formação, prática etc. Dessa forma, conhecer um pouco do perfil dos profissionais nos leva a análises mais completas para entender suas atuações no ensino superior.

Após esse preâmbulo a respeito das motivações dos TILS em relação aos objetivos traçados neste trabalho e aos aspectos particulares da tradução e da interpretação, daremos início à descrição do trajeto da metodologia e, posteriormente, do contexto e dos participantes da pesquisa.

Buscamos representar o desenho do perfil das instituições que foram pesquisadas, a saber:

### 5.3. Desenho das instituições pesquisadas

**Figura 6** - Perfil das instituições pesquisadas



**Fonte:**

Ao apresentar o desenho das três instituições pesquisadas com suas principais características, podemos identificar os níveis de ensino que estão sendo trabalhados e a diferença entre elas. A primeira instituição (IES 1) é pública; a segunda (IES 2), comunitária e a terceira (IES 3), privada, o que nos mostra as perspectivas de cada uma. Logo em seguida, aparece o desenho dos atores sociais que fizeram parte da pesquisa. No momento, apenas a IES 2 tem alunos surdos na graduação, todas as outras são nos níveis de ensino supracitados anteriormente.

### 5.3.1. Desenho dos Participantes da Pesquisa

**Figura 7 - Atores sociais participantes da pesquisa**



**Fonte:**

<b>LEGENDA :</b>
<b>IES</b> – Instituição de Ensino Superior.
<b>TILS</b> – Tradutor Intérprete de Libras.
<b>ASU</b> – Alunos Surdos Universitários.

A amostra constará dos seguintes participantes que se disponibilizaram a participar da pesquisa:

- a) 9 (nove) tradutores/intérpretes de Libras.
- b) 7 (sete) estudantes surdos universitários, com idade superior a 18 anos.

Fizeram parte da pesquisa um total de 16 participantes, assim identificados:

- a) Tradutores/Intérpretes de Libras: TILS 1, TILS 2, TILS3, TILS 4, TILS 5, TILS 6, TILS 7, TILS 8 e TILS 9.
- b) Alunos surdos universitários: ASU 1, ASU 2, ASU3, ASU4, ASU5, ASU6 e ASU7.

Os critérios de inclusão dos TILS:

- a) TILS contratados pela IES;

- b) TILS que acompanhassem alunos surdos somente na graduação e/ou pós-graduação;
- c) Maiores de 18 anos.

Os critérios de inclusão dos estudantes universitários foram os seguintes:

- a) Estar matriculado na instituição;
- b) Frequentar qualquer um dos cursos da IES, seja da graduação, seja da pós-graduação;
- c) Ter acompanhamento permanente de um TILS;
- d) Ser maior de 18 anos.

#### **5.4. Considerações éticas**

O projeto de pesquisa foi aprovado sob o número do parecer nº 2.898.404, em 17/09/2018, sendo submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Católica de Pernambuco.

#### **5.5. Procedimentos de coleta de dados**

A coleta ocorreu em 4 (quatro) etapas:

- 1) Após a autorização do Comitê de Ética, fizemos contato com os participantes para a assinatura do TCLE. Além disso, combinamos, na ocasião, o local e o horário mais adequados para a realização da entrevista, a qual foi individual;
- 2) Observação de 1 (uma) aula, a partir de um roteiro planejado, na qual o intérprete atuasse junto ao aluno surdo, realizando atividades de tradução/interpretação. Os dados da observação de cada um dos TILS foram registrados em um caderno de campo;
- 3) Realização das entrevistas com os tradutores/intérpretes de Libras, que foram gravadas em áudio;
- 4) Realização das entrevistas com os alunos surdos, que foram gravadas em vídeo.

#### **5.6. Procedimentos de análise**

A análise dos dados foi inspirada em Bardin (2011) e em sua análise de conteúdo. Esse tipo de análise abrange as seguintes fases: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. Enquanto a primeira é, simplesmente, a organização do material, os elementos básicos da segunda fase consistem nos procedimentos de codificação, de classificação e de categoria; a terceira fase consiste no tratamento dos resultados.

Os procedimentos dessa análise de conteúdo organizam-se em torno de um processo de categorização. Esta é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento, segundo o gênero, com critérios previamente definidos.

Trivínos (1987, p. 160), comentando sobre a conceituação de Bardin acerca da análise do conteúdo, afirma que esta é

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

As entrevistas com os intérpretes e com os alunos surdos foram gravadas (em vídeo para os surdos e em áudio para os ouvintes) e transcritas literalmente. Após várias leituras das entrevistas contendo os relatos de intérpretes de Libras, os alunos surdos foram organizados em categorias, seguindo a orientação de Bardin (2011).

Segundo Dionísio (2004, p.75), uma das observações feitas por Marcuschi (1986) diz respeito ao fato de “não existir a melhor transcrição”. De acordo com seus objetivos, o pesquisador, ao transcrever obedecendo as normas descritas, deve assinalar o que é fundamental para suas análises, sendo necessário, no entanto, que a transcrição seja legível e sem sobrecarga de símbolos complicados.

Durante todo o percurso da análise, os dados obtidos foram articulados com o que a fundamentação teórica disponibilizava, com a intenção de verificar a compatibilidade ou não entre as pesquisas já existentes e os dados desse estudo, possibilitando novas reflexões que auxiliassem a adoção de medidas que preenchessem algumas das lacunas identificadas durante a sua realização.

## 6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente, analisaremos o registro da observação das aulas interpretadas pelos TILS. Vale esclarecer que, em uma das instituições, não foi possível realizar a observação de aulas interpretadas pelos participantes, uma vez que a profissional deixou de pertencer à instituição, não sendo substituída por outro profissional.

Em seguida, passaremos a analisar as observações de aulas e entrevistas realizadas com os TILS e os ASU.

### 6.1. Análise das observações de aulas

Procuramos comentar as observações feitas em sala de aula. Para tanto, observamos uma aula de cada TILS junto ao aluno surdo, reunindo, ao final, dados de oito observações, pois um deles não fazia mais parte da equipe de trabalho na data das observações.

As aulas observadas foram de disciplinas diversas, incluindo: aula de metodologia (Mestrado Ciências Políticas), aula de cálculo (Engenharia civil), aula das disciplinas de circuito (Ciência da Computação) e aula de política educacional. Salientamos que foram observados diferentes TILS na mesma disciplina. Em função disso, abrangemos áreas de humanas, ciências exatas e ciências humanas.

Durante a observação, a pesquisadora se posicionou de maneira que conseguisse visualizar o TILS. Em um caderno de campo, eram anotadas as observações (Apêndice E). Listamos abaixo os pontos observados, de maneira resumida, enumerados de 1 a 3, sendo 4 a conclusão geral das observações. O foco destas está na atuação dos tradutores/intérpretes de Libras.

Os TILS e os ASU já haviam respondido os questionários direcionados a eles, o que gerou certa intimidade e naturalidade durante a observação, podendo oferecer mais possibilidades de pesquisa para identificação da dinâmica da atuação do TILS e/ou outros dados que pudessem ter sido esclarecidos.

Destacamos que os ASU manifestaram dúvidas que buscamos elucidar referente a como deveria ser feita a mediação entre a dúvida que o ASU apresentava e o professor. Também observamos como se deu a aula, assim como se as intervenções que tinham sido feitas foram em momento oportuno (de dúvidas ou quando o professor estava falando). Além disso, também foi visto se era o TILS que tirava a dúvida do ASU ou se ele realmente passava para o professor da disciplina.

**Tabela 10** - Observação de aulas focando o TILS com o ASU e o professor da disciplina.

A RELAÇÃO TILS – ASU		TILS 1	TILS 2	TILS 3	TILS 4	TILS 5	TILS 6	TILS 7	TILS 8
1	Existiram dúvidas do ASU intermediadas pelo TILS?	S	S	S	S	N	N	N	N
2	O TILS tentou tirar a dúvida do aluno sem passar para o professor?	N	N	N	N	N	S	N	N
3	O TILS fez comentários positivos ou negativos sobre a disciplina ou sobre o professor para o aluno?	N/O							
4	O TILS ajudou o aluno surdo em algum momento ou em alguma atividade?	N	N	N	N	N	N	N	N
5	O TILS traduziu algum informativo ou texto escrito trazido pelo professor para o aluno?	N/O							
6	Em algum momento, o TILS disse para o ASU que não entendeu o que o professor explicou?	N	N	N	N	N	N	N	N
7	Em algum momento, o TILS não soube a datilologia da palavra ou não entendeu a palavra porque era em outra língua ou na mesma língua e disse para o aluno sem perguntar para o professor?	S	N	N	N	N	S	N	N

Fonte:

LEGENDA	
N/O	<b>Não observado</b>
S	<b>Sim</b>
N	<b>Não</b>

Conforme vimos acima, o roteiro de tais observações ajuda a elucidar a relação e a postura do TILS diante do ASU e do professor. Percebemos que apenas os TILS 1, 2, 3 e 4 tiveram que mediar as dúvidas dos alunos, ou seja, tiveram que traduzir a Libras para a voz, em língua portuguesa, para o professor. No tocante ao ponto número 2, apenas o TILS6 tentou tirar a dúvida do aluno, respondendo ao que ele estava perguntando acerca do assunto que estava plotado no quadro. O profissional respondeu e o aluno não pediu para que o professor repetisse nem para que o TILS o questionasse; ainda assim, percebe-se que a expressão do

aluno, no momento, ainda era de dúvida. No ponto 3, todos fizeram intervenções no momento adequado, tanto de dúvidas quanto das observações que quiseram fazer sobre a interpretação.

Outro ponto que chamou a atenção foi em relação a algumas palavras que o professor havia falado, visto que eram desconhecidas por alguns TILS, como, nome de autores em inglês ou sinais provenientes de áreas específicas.

O que se destacou positivamente foi a criação de sinais provisórios entre o TILS 7 e o ASU2. Eles criaram sinais, mas não externalizaram, o que deveria ser repensado, pois estariam ajudando outros surdos no mesmo curso.

Já em um outro bloco, cravamos anotações de como o professor reagia em relação ao TILS e vice-versa. Tais observações são importantes para tentar entender que liberdade esse profissional (TILS) tem em sala de aula e como este responde ao professor, se há diálogo entre eles etc. Além disso, é importante notar se os TILS interpretavam conversas informais entre o professor e a turma; se, ao final da aula, o TILS foi elucdar alguma dúvida do aluno para com o professor ou algum significado de palavra, o que é mais oportuno para não atrapalhar a aula; se, em algum momento, o TILS pediu para que o professor falasse mais devagar ou repetisse a frase para ele voltar a reformular a interpretação.

**Tabela 11** - Observação em sala de aula da relação TILS – professor.

<b>A RELAÇÃO DO TILS– PROFESSOR</b>		TILS1	TILS2	TILS3	TILS4	TILS5	TILS6	TILS7	TILS8
<b>1.</b>	O TILS mostrou ter um bom relacionamento com o professor?	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>
<b>2.</b>	O professor mostrou-se receptivo ao TILS?	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>
<b>3.</b>	Existiu algum diálogo entre eles antes, durante ou após a aula?	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>
<b>4.</b>	O professor preocupou-se, em algum momento, com a interpretação?	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>
<b>5.</b>	Durante as aulas, o TILS pediu para o professor repetir ou falar devagar?	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>
<b>6.</b>	O professor antecipou o conteúdo da aula para o TILS?	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	<b>N</b>
<b>7.</b>	O professor olhou para o aluno durante as explicações ou dúvidas do aluno?	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>N/O</b>	<b>N/O</b>	<b>N/O</b>	<b>N/O</b>

**Fonte:**

<b>LEGENDA</b>	
<b>N/O</b>	<b>Não observado</b>
<b>S</b>	<b>Sim</b>
<b>N</b>	<b>Não</b>

Foi observado que a relação do professor com o TILS e vice-versa é, de forma geral, harmoniosa. O único aspecto que pode precisar de melhoria é a falta do fornecimento de conteúdo prévio ao tradutor/intérprete, situação muito comentada pelo profissional. Além disso, todos os TILS foram percebidos na sala de aula, sendo cumprimentados, seja com um “bom dia” ou “tudo bem”. Os dois profissionais foram muito receptivos uns com os outros, o que, de certa forma, ajuda no cotidiano, e a sensação de abertura para tirar dúvidas é positiva.

Em nenhum momento os professores se preocuparam com a tradução ou interpretação do TILS, nem perguntaram se estava tudo bem, uma vez que o docente, normalmente, subentende que, se o aluno tiver algum problema ou dúvida, ele pode levantar a mão ou se

manifestar de alguma forma. Além do mais, subentende-se que o professor confia no trabalho do TILS, pensando na fidelidade da tradução, um dos preceitos do Código de Ética deste profissional.

Os TILS que tiveram, em algum momento, de utilizar a interpretação na modalidade voz<sup>8</sup> para interpretar a dúvida do aluno perceberam que o professor olhou diretamente para o estudante, com a intenção de respondê-lo, posicionamento adequado, visto que a dúvida é do aluno, não do TILS.

Nenhum TILS pediu para o professor repetir ou falar mais pausadamente, o que sdeixa subentendido que não houve dificuldade para atuar naquela aula.

Por fim, observamos as estratégias dos TILS usadas na ocasião. Se se utilizou mais da modalidade voz ou Libras ou se utilizou outras modalidades além da língua portuguesa-Libras; se o sinalário estava adequado ou se sentiu falta de sinais provenientes da área de atuação, descritos na Tabela 12.

---

<sup>8</sup> Consiste na interpretação da Libras (língua-fonte) para a língua portuguesa (língua-alvo).

**Tabela 12** - Observação da atuação do TILS em sala de aula.

TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS		TILS 1	TILS 2	TILS 3	TILS 4	TILS 5	TILS 6	TILS 7	TILS 8
1	O TILS estava em dupla?	S	S	S	S	S	N	N	S
2	O TILS mostrou-se informado acerca dos sinais provenientes da área que estava interpretando?	R	S	S	S	S	R	S	S
3	O TILS possui fluência?	S	S	S	S	S	S	S	S
4	O TILS parou a interpretação para perguntar sinais ao aluno surdo?	N	N	N	N	N	S	N	N
5	O TILS comentou sobre outros assuntos que não pertenciam à aula do professor?	N	N	N	N	N	N	N	N
6	A roupa do TILS estava de acordo com o Código de Ética da profissão?	S	S	S	S	S	N	S	S
7	O TILS agiu com imparcialidade na tradução/interpretação?	S	S	S	S	S	S	S	S
8	O TILS utilizou a modalidade Libras para voz?	N	S	S	S	N	N	N	N

Fonte:

LEGENDA	
N/O	<b>Não observado</b>
S	<b>Sim</b>
N	<b>Não</b>
R	<b>Regular</b>

Já nas respostas que foram feitas direcionadas ao profissional TILS, apenas dois deles não estavam em dupla e, por isso, não tinham a opção de revezamento. Ambos TILS fazem parte de uma mesma IES2 (comunitária), o restante, IES1 e IES3, estava revezando em tempo de 20 min. A IES1 é pública e a IES3 é privada.

Os TILS 1 e 6 mostraram mais dificuldades em sinais específicos da área, porém, de modo geral, mostraram-se fluentes e, para esses sinais desconhecidos, fizeram a datilografia, o

que não deixa de ser uma estratégia para passar adequadamente todo conteúdo para o ASU. Além disso, todos os TILS mostraram fluência para a atuação no nível superior.

Nesta aula, apenas o TILS6 parou para confirmar um sinal para o aluno surdo, o restante não perguntou ao ASU dúvidas de sinalário durante a aula, e nenhum deles comentou sobre outros assuntos com o ASU, ou seja, não atrapalharam a aula interpretada.

Além disso, apenas o TILS6 estava vestido com roupa que talvez confundisse um pouco a interpretação – vestuário estampado com cores vivas. É substancial que as instituições guiem-se pelo Código de Ética da profissão.

Entre as modalidades de tradução e interpretação, os TILS 2, 3 e 4 são da IES1, pública, da qual também fazem parte os TILS 1 e 5. No entanto, não foi observada a modalidade Libras-voz durante a aula.

De modo geral, foram satisfatórias as observações dos TILS. A maioria dos profissionais demonstrou estar preparada para exercer tais funções, pelo menos diante da prática, elemento fundamental para mediar a comunicação. Todavia, existem pontos que podem ser melhorados, apenas se forem melhor articulados entre si, como a falta de material prévio do professor para o TILS.

Para mais, uma situação inesperada ocorreu durante as observações de sala de aula, na qual a pesquisadora esteve presente. Uma TILS prestou esclarecimentos acerca de uma dúvida do aluno, sem tirar dúvida com professor. Pode ser que essa profissional também precise de um suporte da IES para entender melhor sua função e postura profissional.

## **6.2. Análise das entrevistas**

No tangente às entrevistas, foram 9 (nove) respondidas pelos TILS e 7 (sete) pelos ASU. A escolha das universidades, como já mencionado, foi feita devido à maior concentração de público nesses centros de ensino.

As transcrições foram feitas de duas maneiras:

- a) Dos TILS (ouvintes) foram transcritas literalmente;
- b) Dos estudantes surdos (que foram filmadas) foram traduzidas da Libras para a língua portuguesa.

Na tabela abaixo, apresentaremos uma visão geral do perfil dos participantes TILS1, TILS2, TILS3, TILS4, TILS5, TILS6, TILS7, TILS8 e TILS9, e, a seguir, dos ASU1, ASU ,

ASU3, ASU4, ASU5, ASU6 e ASU7. Nela, contém informações sobre o perfil dos profissionais TILS; consecutivamente, da mesma forma com os ASU.

**Tabela 13** - Perfil dos TILS participantes da pesquisa.

<b>N. de Part.</b>	<b>Participantes</b>	<b>Idade</b>	<b>Formação</b>	<b>Pro Libras</b>	<b>Especialização</b>	<b>Mes trad</b>	<b>Doutorado</b>	<b>Tempo de exp. TILS - Geral</b>	<b>Tempo de exp. TILS - Específico</b>
1	TILS1	33	Pedagogia	Não	Libras	N	N	11 anos	1 mês e 15 dias
2	TILS2	39	Pedagogia Letras Libras	Não	Libras	N	N	3 anos	1 ano e seis meses
3	TILS3	29	Geografia	Não	Libras	N	N	15 anos	3 anos
4	TILS4	30	Química/ Pedagogia	Sim	Libras	S	S	11 anos	9 anos
5	TILS5	30	Letras/Libras	Sim	Libras	N	N	13 anos	2 anos
6	TILS6	39	Pedagogia	Não	Libras	N	N	22anos	6anos
7	TILS7	48	Letras	Não	Libras	N	N	8 anos	6 anos
8	TILS8	25	Letras/Libras	Não	Libras	N	N	3 anos	2 anos e 5 meses
9	TILS9	31	Pedagogia	Sim	Nenhuma	N	N	19 anos	11 anos

**Fonte:** Dados da pesquisa.

<b>LEGENDA:</b>
<b>N. PART.</b> – Número de participantes.
<b>PART.</b> – Participante.
<b>Tempo de Exp. TILS GERAL</b> – Tempo de experiência como tradutor/intérprete de Libras em todos os contextos.
<b>Tempo de Exp. Tils ES</b> - Tempo de experiência como tradutor/intérprete de Libras no Ensino Superior.
<b>N</b> – Não
<b>S</b> – Sim

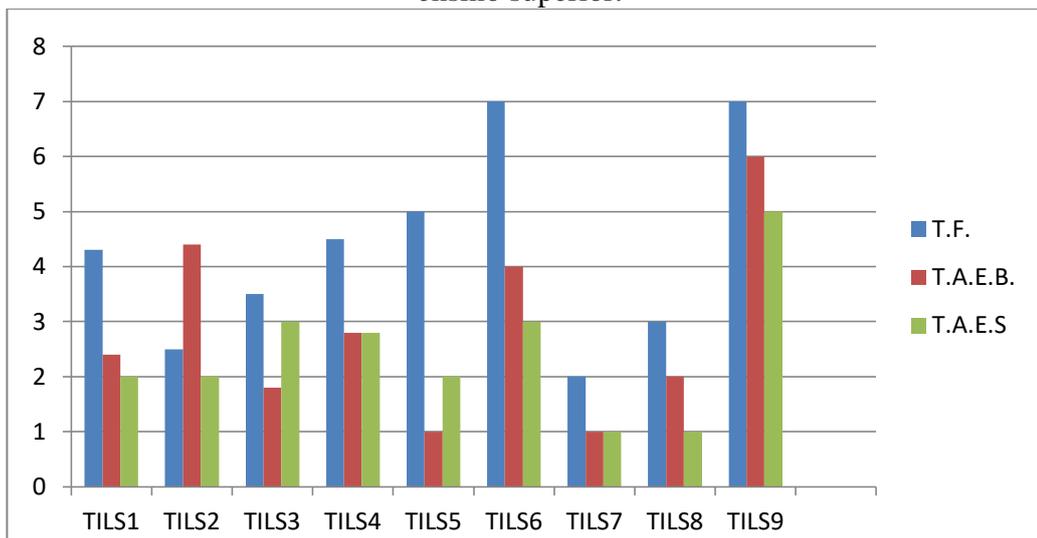
As informações apresentadas nesta seção foram obtidas por meio do preenchimento dos dados pessoais solicitados na entrevista, aplicada aos atores sociais. A maioria dos participantes demonstrou entusiasmo com a oportunidade de participar deste estudo, almejando melhorias para os alunos e para os TILS.

Após analisarmos o perfil dos TILS (Tabela 10), identificamos que eles se situam na faixa etária média de 32 anos e todos ingressaram em cursos de Licenciatura, com prevalência do curso

de Pedagogia. Registramos, também, que somente um dos entrevistados não possuía especialização em Libras, que, geralmente, é o curso mais encontrado entre os TILS desta pesquisa.

Em relação ao tempo em exercício de atuação dos TILS, é comprovado que todos possuem experiência de atuação; contudo, esta experiência no ensino superior, para alguns, somente ocorreu recentemente.

**Gráfico 3-** Gráfico de comparação de experiência dos TILS: ensino regular e ensino superior.



**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

<b>Legenda da figura:</b>
<b>T.F_ Tempo de formação</b>
<b>T.A.E.B – Tempo de Atuação na Educação Básica</b>
<b>T.A.E.S – Tempo de Atuação no Ensino Superior</b>

No gráfico acima, traçamos um comparativo entre o tempo de formação do TILS, o tempo de atuação na educação básica e o tempo de atuação no ensino superior, para podermos explicar ou associar algumas das respostas.

- a) TILS1, TILS3, TILS4, TILS 5, TILS6 e TILS9 possuem tempo de experiência como TILS no ensino básico maior que 10 anos, enquanto TILS2 e TILS8 possuem 3 anos de experiência e TILS7, 8 anos;

- b) No ensino superior, cerne principal desse trabalho, TILS4, TILS6, TILS7 e TILS9 possuem experiência há mais de 5 anos, enquanto TILS1, TILS2, TILS3, TILS5 e TILS8 possuem tempos distintos de, no máximo, 3 anos (TILS 3) em nível superior;
- c) TILS2 e TILS8 possuem menos tempo de atuação como profissional TILS; no entanto, a maior parte desse período foi no ensino superior, como é o caso do TILS1, com um mês e meio apenas de experiência nesse nível.

Apresentaremos, a seguir, o perfil dos ASU.

**Tabela 14** - Perfil dos alunos surdos universitários.

Número do participante	IES	Participante	Idade	Curso	Pós-graduação/Especialização na área (Libras)	Acompanhamento do TILS no ensino fundamental	Acompanhamento do TILS no ensino médio	Acompanhamento do TILS no ensino superior
1	2	ASU1	31	Ciências da Computação	Não	Não	Sim	Em parte
2	2	ASU2	20	Engenharia (Graduação)	Não	Sim	Sim	Sim
3	2	ASU3	42	Ciências da Linguagem (Mestrado)	Sim	Não	Não	Em parte
4	3	ASU4	25	Pós-graduação (Especialização em Libras)	Cursando	Sim (em partes)	Sim	Sim
5	3	ASU5	31	Pós-graduação (Especialização em Libras)	Cursando	Sim	Sim	Sim
6	1	ASU6	47	Mestrado em Linguística	Sim	Não	Não	Sim
7	1	ASU7	51	Mestrado em Ciências Políticas	Sim	Não	Não	Sim

Fonte: autora.

<u>LEGENDA:</u>
<b>NÚM. DE PART.</b> – Número de participantes
<b>IES</b> – Instituição de Ensino Superior
<b>PART.</b> – Participante
<b>ID</b> – Idade

Os sujeitos que aceitaram participar desta pesquisa demonstraram entusiasmo, tal qual os TILS, com a oportunidade de fazer parte deste estudo, almejando melhorias para o atendimento que recebem e para a comunidade surda.

Pudemos verificar os seguintes aspectos no perfil dos ASU:

- a) A média de idade é de 35 anos;
- b) Apenas o ASU1 e o ASU2 fazem parte da área de Ciências Exatas;
- c) Apenas o ASU1 e o ASU2 não estão cursando ou não fizeram o curso de Especialização na área de Libras (embora dominem essa língua);
- d) Os ASU3, ASU6 e ASU7 estão no curso de pós-graduação *scritu sensu* (Mestrado em Ciências da Linguagem (IES2), em Linguística (IES1) e em Ciências Políticas (IES1)), com idade superior a 40 anos;
- e) Apenas o ASU2 e o ASU5 tiveram acompanhamento de TILS no ensino fundamental;
- f) No ensino médio, o quantitativo de entrevistados que afirmou ter sido acompanhado por um TILS foi em número de 4 (quatro). Apenas 3 (três) deles (ASU3, ASU6 e ASU7) não receberam o apoio desse profissional. Esses três últimos possuem idade acima de 40 anos, e, no momento em que eles cursaram o ensino médio, a profissão de TILS ainda não tinha sido regulamentada;
- g) Todos os entrevistados tiveram acompanhamento de TILS no ensino superior. No entanto, alguns deles (ASU1 e ASU3) não conseguiram esse acompanhamento durante toda a graduação.

Outros dados ainda merecem comentários, especialmente porque revelam aspectos que ainda não puderam ser enfrentados, por causa da inexistência de um número suficiente de TILS com formação em áreas distintas para que as instituições os aproveitem coerentemente. Em relação a esse tema, outra observação necessita de destaque: não há garantia de um número de alunos surdos que, frequentando o ensino fundamental ou médio, se candidatem ao ensino superior, seja por falta de informação, seja por não terem vontade de cursar esse nível, assim como acontece com os ouvintes também. Portanto, para as instituições privadas, fica difícil manter sempre um número maior de TILS, mesmo sem existirem alunos surdos matriculados na instituição.

Por outro lado, podemos tentar responder a essa indagação a partir da ideia de que nem sempre as profissões desejadas pelos surdos são possíveis de serem cursadas, já que as notas

do processo seletivo podem não ser compatíveis com as exigências para entrada nos referidos cursos. Sabemos que, quando existem casos nos quais o intérprete e aluno são de mesma área de conhecimento, as dificuldades que possam existir serão superadas mais facilmente.

### 6.3. Entrevista com os TILS

Iniciamos a entrevista questionando-os sobre o conhecimento que tinham acerca da legislação vigente para atuar na área. Ao mesmo tempo, pedimos para que citassem as leis, decretos e portarias mais importantes para a atuação do TILS que consideram como indispensáveis conhecer.

#### Pergunta nº 1

Conhece a legislação vigente para atuar área? Cite as que considera como indispensáveis para o tradutor/intérprete conhecer.

**Quadro 1-** Respostas dos TILS referentes ao conhecimento que possuíam sobre a legislação pertinente ao exercício de sua profissão.

<b>TILS1</b>	A LEI 10.436/2002, DECRETO 5.626/2005, A LEI 12.319/2010 E O CÓDIGO DE ÉTICA
<b>TILS2</b>	5.626/2005 (CAP IV – TILS – PERFIL E CURSOS), 12.319/2010 (REGULAMENTA A PROFISSÃO E ATRIBUIÇÃO) LBI CAP. II – GARANTIR O ACESSO (CITA O TILS)
<b>TILS3</b>	DECRETO 5.626/2005, LEI 10.436/2002, LEI 12.319/2010.
<b>TILS4</b>	A LEI 12.319/2010, LBI/2015, LEI 10.436/02 E O DECRETO 5.626/05.
<b>TILS5</b>	LEI 10.436/2002, O DECRETO DE 2005, A REGULAMENTAÇÃO DA FUNÇÃO DE INTÉRPRETE 2010, LBI 2015 E LEIS DE INCLUSÃO.
<b>TILS6</b>	CÓDIGO DE ÉTICA
<b>TILS7</b>	CÓDIGO DE ÉTICA
<b>TILS8</b>	LEI 10.436, DECRETO 5.626 LEI 12.319/2010
<b>TILS9</b>	O DECRETO DE 5.626/2005, LEI DE ACESSIBILIDADE 10.098/2000 (CAP. V ART. 17-21), 12.319/2010.

**Fonte:** Dados obtidos pelo autora.

Optamos por dividir as respostas individualmente, pois observamos que a maioria citou que conhecia as legislações 10.436/2002, o decreto 5.626/2005 e a Lei 12.319/10, que trata da legitimação da profissão de TILS. Todavia, o que chamou a atenção foi que cada entrevistado deu uma resposta diferente, com exceção dos participantes TILS6 e TILS7, que, coincidentemente, pertencem à mesma IES (IES2), mas, ainda assim, não responderam da mesma forma, dado que a entrevista foi feita individualmente. Ambos apenas citaram o Código de Ética do TILS, o que é interessante, uma vez que todos os outros participantes

citaram várias leis que envolvem o TILS. O Código de Ética foi explanado no capítulo 2.

Reconhecemos que a maioria dos entrevistados citou as principais leis que regem o exercício dessa atividade profissional. É pertinente registrar que o participante TILS1, além das leis, também quis complementar com o mesmo Código de Ética, o qual orienta a atuação discreta e fiel da comunicação que circula nos diversos ambientes.

Para tanto, achamos importante fazer um quadro das leis citadas pelos TILS, para que percebamos quais são as mais conhecidas por eles, quais citam com mais frequência, sabendo que esse quantitativo só se deu no grupo dos 9 (nove) entrevistados.

**Quadro 2** – Quantitativo de leis mais citadas pelos TILS..

<b>POSIÇÃO</b>	<b>LEI/DECRETO/CONDUTA</b>	<b>CITADO POR</b>
<b>1º</b>	<b>LEI 12.319/2010</b>	<b>7</b>
<b>1º</b>	<b>DECRETO 5.626/2005</b>	<b>7</b>
<b>2º</b>	<b>LEI 10.436/2002</b>	<b>5</b>
<b>3º</b>	<b>LBI/2015</b>	<b>3</b>
<b>3º</b>	<b>O CÓDIGO DE ÉTICA</b>	<b>3</b>
<b>4º</b>	<b>LEI DE ACESSIBILIDADE 10.098/2000</b>	<b>1</b>
<b>4º</b>	<b>LEIS DE INCLUSÃO</b>	<b>1</b>

Fonte: autora.

Todas as Leis/Decretos e o Código de Ética citados estão presentes no capítulo 2 deste trabalho. Para representar as respostas de todas as questões, quando não colocarmos todos os entrevistados (TILS1-TILS9), traremos, então, 3 (três) diferentes respostas dos entrevistados.

**TILS2:** Sim, conheço. Nós temos, inicialmente, o **decreto 5.626**, que regulamenta a Libras como língua oficial da comunidade surda, e, nele, nós encontramos, no **capítulo V**, a questão da formação do tradutor intérprete de Libras/Língua Portuguesa. Ele destrincha lá como é o perfil a questão dos cursos que as pessoas precisam fazer para ter essa formação. Temos também a nossa **Lei 12.319**, onde regulamenta nossa profissão TILS, como tem que ser essa formação, sobre o exame (ProLibras), as atribuições, e temos também a **LBI no cap. II** Lei Brasileira de Inclusão, que ele vem garantir a questão do acesso à informação e à comunicação, e, conseqüentemente, cita a atuação do TILS. Eu acho relevante, sim, o intérprete conhecer a questão legal sobre nosso trabalho, tanto pra garantir sua atuação quanto para ter respaldo com relação a sua profissão.

**TILS 6:** Código de Ética. É a nossa base para ter uma profissão sólida, assim também uma aceitação na comunidade surda.

**TILS 9:** Sim. O Decreto 5.626 de Dezembro de 2005, que regulamenta a Lei de Acessibilidade 10.098, de 19 de dezembro de 2000, em seu Cap. 5, nos artigos 17 ao 21, já falava sobre a formação do tradutor e intérprete de Libras quanto à necessidade de formação em curso superior com habilitação em Libras/Língua Portuguesa, e a Lei Federal 12.319, de 1º de setembro de 2010 – que regulamente o exercício da Profissão de Tradutor e Intérprete Libras.

As três respostas abordadas acima foram de grande importância para conseguirmos enxergar as diferenças de cada profissional, se voltarmos para a Tabela 10 para refletir as peculiaridades de cada participante. Ou seja, o TILS2 possui apenas 3 (três) anos de experiência em todas as áreas e apenas 1 (um) ano e meio no ensino superior, enquanto o TILS6 possui 22 (vinte e dois) anos de experiência em todas as áreas e 6 (seis) anos no ensino superior; o TILS9 tem 19 (dezenove) anos de experiência profissional como intérprete, sendo 11 (onze) anos no ensino superior. Mostrar o quantitativo de tempo em que cada entrevistado atua como TILS é substantivo, pois, segundo Lacerda e Gurgel (2011 p. 483), “o intérprete se molda às demandas da prática e vai constituindo-se como TILS nas e pelas experiências vivenciadas.”.

Porém, podemos comprovar, aqui, que nem sempre o quantitativo de tempo de experiência relativiza uma resposta mais preparada, como podemos ver com o participante TILS 6, o qual responde apenas com o “Código de Ética”.

Dando continuidade à entrevista, entramos na pergunta de nº 2.

### **Pergunta nº 2**

Houve exigências pela instituição de Ensino Superior para a qual foi contratada (o)?

---

A **segunda pergunta** surgiu com a necessidade de tentar entender as exigências das IES e, conseqüentemente, a vontade do profissional de se especializar. As respostas seguem categorizadas no quadro **3** abaixo:

**Quadro 3** - Respostas dos TILS referentes às exigências que as IES fazem para a contratação de novo candidatos.

	<b>Quantidade</b>
Exigências previstas no edital: nível médio completo e certificado de proficiência em Libras.	<b>4</b>
Formação superior na área de Letras e Proficiência em Libras.	<b>1</b>
Formação acadêmica (concluída).	<b>2</b>
Local onde trabalha, experiências passadas, minha formação e minha certificação na área.	<b>1</b>
Prova prática e teórica.	<b>1</b>

**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

Podemos associar parte das respostas acima apresentadas ao capítulo 3, que abarca as exigências de admissão de algumas IES. Naturalmente, é esperado que variem os pré-requisitos, visto que as instituições são diferentes. Para melhor discutirmos essa temática, traremos recortes de 3 (três) respostas.

**TILS6:** Na última sim, formação acadêmica. Mas nas últimas só o magistério e o curso de Libras com mais de 300 horas.

**TILS7:** Basicamente, ter curso superior concluído, foi relevante ter pós-graduação (especialização) na área, o curso técnico em Libras também foi peso e também a questão da experiência em sala de aula e com o nível superior.

**TILS 8:** Sim, houve o interesse no local onde eu trabalho para saber sobre as minhas experiências passadas, quais foram os lugares que eu trabalhei, a minha formação e a minha certificação na área.

Os três participantes acima fazem parte das IES2 e IES3. Nenhuma das duas são instituições públicas. As respostas acima foram as escolhidas porque conseguem elucidar as diferenças de exigências para a admissão (percebe-se que não é a exigência principal, uma vez que os TILS 6 e 7 disseram “formação acadêmica” e “basicamente, ter curso superior concluído”), também porque complementam a discussão com informações importantes.

O participante TILS6 ainda diz que em instituições passadas nas quais já trabalhou “só” pediram o magistério e o curso de Libras com mais de 300 horas. Portanto, há mais heterogeneidade no quesito exigências das IES; além disso, apenas com o magistério concluído (o que era admitido antigamente apenas na educação infantil e no ensino

fundamental I) e com tais certificações de curso de Libras (somando mais de 300 horas), a pessoa estaria apta para trabalhar no superior.

Ademais, há outro dado que precisamos ressaltar, que se refere a quando o TILS7 explica que “[...] foi relevante ter pós-graduação (especialização) na área, o curso técnico em Libras também foi peso e também a questão da experiência em sala de aula e com o nível superior.”. Ou seja, não foi o pré-requisito (conforme já dito), mas “foi relevante” e “foi peso” ter outras experiências nas áreas. Isso fez com que o entrevistado se destacasse, garantindo, assim, mais facilidade na sua admissão.

Para finalizar, trouxemos o TILS8, que destacou na resposta essas exigências: “[...] experiências passadas (1), lugares que eu trabalhei (2), a minha formação (3) e a minha certificação na área (4)”; essa fala deixa que são as experiências dos TILS que fazem o profissional. Portanto, com uma bagagem interessante, além das comprovações de aptidão para o trabalho, o TILS estaria preparado para atuar nessa área.

Tal exigência (IES 3) nos chama a atenção positivamente, dado que demonstra preocupação efetiva com o tipo de profissional que se está sendo contratado.

A IES2, com o TILS7, também se destaca positivamente, pois faz uso da expressão “teve peso”. Pode-se dizer, então, que o TILS em questão foi questionado sobre tais certificações e tais formações, estando, assim, as IES2 e IES3 preocupadas com o tipo de profissional que contrata, para que o aluno surdo, principalmente, não seja tão prejudicado nas traduções e/ou interpretações de uma língua-fonte para uma língua-alvo, ou etc.

Vale ressaltar que, no caso da IES1, na equivalência dos editais, eles também fazem parte do processo de contratação de instituições públicas, as quais parecem ter uma homogeneidade maior nesse quesito, o que é bom, porquanto equilibra o processo de ingresso, de formação, e o torna equivalente para os profissionais que tentam ser admitidos.

Contudo, independentemente de editais ou exigências de contratação do TILS, Quadros (2004), citada no capítulo 4, conceitua que alguns desses critérios exigidos são fundamentais para o exercício dessa atividade profissional, mesmo porque elevam o nível do profissional. No subcapítulo 2.2.1, discorremos sobre as etapas de avaliação para aprovação dentro de uma universidade pública; também mostramos as diferenças de níveis (D e E, cf. Tabelas 7 e 8), que é o que acontece com o TILS5, uma vez que, embora seja da mesma instituição que os outros 4 (quatro) participantes, cita exigências diferenciadas para o ingresso. No nível superior, as exigências mudam, assim como as atribuições (conforme editais citados anteriormente).

No entanto, o que acontece posteriormente ao ingresso do TILS na universidade varia de acordo com o interesse de cada profissional, sendo possível que, se uma instituição não exige tanto do profissional no ingresso e não promove capacitações para sua melhoria ou liberações para cursos e congressos qualificatórios, não há garantias de que ele melhore profissionalmente.

### Pergunta nº 3

Você acha que a legislação vigente contempla a necessidade real do intérprete de Libras? Explique.

Partindo para a **terceira pergunta**, obtivemos algumas repostas dos TILS:

**Quadro 4** - Respostas referentes à percepção dos participantes sobre se a legislação vigente contempla a necessidade dos TILS.

	<b>Quantidade</b>
A legislação não traz nenhum direito, apenas obrigações e deveres.	<b>2</b>
A lei do intérprete (2010) é muito curta.	<b>2</b>
A legislação necessita de algumas complementações.	<b>4</b>
A legislação não atende às exigências da atuação do TILS.	<b>1</b>

**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

As repostas dos participantes variaram conforme a visão de cada um. Entretanto, todas elas compartilharam de quase o mesmo sentimento, ou seja, de que a legislação vigente não contempla a real necessidade do profissional TILS no cotidiano, seja por eventuais acontecimentos, seja por necessidade de melhoria para a categoria.

Devido à importância da pergunta, expomos as principais repostas dos participantes. O critério de escolha foi trazer repostas que eram sinônimas das demais. Consideramos, assim, um complemento às categorizações acima descritas, uma vez que dizem não se sentirem satisfeitos. Há real necessidade de expor tais insatisfações, para que discussões sejam feitas corretamente acerca da temática.

**TILS2:** [...] A nossa lei 12.319/2010 é uma lei curta, muito pequena, com apenas 10 artigos, ressaltando que dois foram vetados, o artigo oitavo e o nono. E como observamos que só temos deveres, obrigações, o que nos temos que fazer. Direito temos poucos. E é uma luta da categoria, lutar por esses direitos e aí muitas questões já estão sendo levantadas falando de um modo geral, nacionalmente falando, a questão dessa divisão de funções de

cargos Nível D e nível E, que ambos fazem o mesmo trabalho que é a tradução e interpretação de uma língua para outra e recebem valores diferentes e é uma questão que estamos discutindo pra tentar inserir na lei ou revogar esta lei ou criar nova lei, mas hoje ela não contempla nossa real necessidade que são várias: como por exemplo formação por áreas, essa questão das categorias, formação continuada que as instituições de ensino superior em que os tradutores intérpretes de Libras trabalham deveriam promover, dentre outras.

**TILS3:** Não. A legislação vigente, ela traz apenas obrigações para nós, intérpretes, não traz nenhum direito, eu acho que ela deveria trazer mais especificidades da nossa profissão. Tipo, garantir o trabalho em dupla para revezamentos, a carga horária de trabalho deveria ser de 30 horas porque isso é questão de nossa saúde, devido ao nosso trabalho ser de muito esforço físico e mental. Eu acho que a nossa aposentadoria deveria ser com menos tempo de contribuição e também deveria abordar a exigência do nível superior para se atuar no nível superior.

**TILS5:** A legislação vigente não contempla por completo as nossas necessidades como TILS. Porque não tem questões importantes como a formação para atuação, formação por área, questões sobre salário base, questões sobre a saúde dos profissionais que trabalham por horas e muitos acabam adquirindo lesões por esforço repetitivo. [...]

**TILS8:** Infelizmente não. Apesar da legislação ainda temos escassez na formação. Uma coisa que eu falo muito é sobre o prolibras, que o prolibras ele foi previsto na Lei dos TILS e foi previsto até 2015, e esse exame foi muito importante para poder certificar os intérpretes e também para avaliar o nível de proficiência

**TILS 9:** Não! Possuímos uma legislação elementar que não aprofunda questões de atuação na área, alguns exemplos: questões de tempo da atuação do intérprete de Libras e período de revezamento; a obrigatoriedade de apenas intérpretes com formação em graduação e pós-graduação para atuar em especialização, mestrado e doutorado; intérpretes que atuam na área jurídica e se deparam com situações traumáticas, necessitando de apoio psicológico, em delegacias, hospitais etc.

Observemos que o TILS3 responde de modo claro e objetivo à pergunta, sem precisar se aprofundar. Ele (e outros) considera que são poucos os direitos que constam nas leis do TILS e apresenta alguns direitos que, a seu ver, deveriam ser incluídos. É importante focar no que tange à legislação, pois foram unânimes as respostas trazidas pelos participantes acerca da lei 12.319/2010. Isso mostra que parte da lacuna apresentada por eles até aqui vem, também, da falta de concretização e de perspectivas reais da legislação.

Para facilitar a visualização das respostas e melhor entender o sentimento da majoritária insatisfação sobre a lei, trazemos abaixo um quadro organizado com as respostas advindas dos TILS.

**Quadro 5 - Resumo das respostas da pergunta nº 3**

<b>1. DIVISÃO DE FUNÇÕES DE CARGOS NÍVEL D E NÍVEL E.</b>
<b>2. FORMAÇÃO POR ÁREAS.</b>
<b>3. FORMAÇÃO CONTINUADA PROMOVIDA PELAS IES.</b>
<b>4. GARANTIR O TRABALHO EM DUPLA PARA REVEZAMENTOS.</b>
<b>5. CARGA HORÁRIA DE TRABALHO DEVERIA SER DE 30 HORAS SEMANAIS PARA IES PÚBLICAS.</b>
<b>6. APOSENTADORIA COM MENOS TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.</b>
<b>7. EXIGÊNCIA DO NÍVEL SUPERIOR PARA SE ATUAR NO NÍVEL SUPERIOR.</b>
<b>8. QUESTÕES SOBRE SALÁRIO BASE.</b>
<b>9. AVALIAR O NÍVEL DE PROFICIÊNCIA COM O PROLIBRAS.</b>
<b>10. OBRIGATORIEDADE DE APENAS INTÉRPRETES COM FORMAÇÃO EM GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO PARA ATUAR EM ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO E DOUTORADO, RESPECTIVAMENTE.</b>
<b>11. TILS QUE PASSAM POR SITUAÇÕES TRAUMÁTICAS, NECESSITANDO DE APOIO PSICOLÓGICO, EM DELEGACIAS E HOSPITAIS.</b>

**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

Percebamos que o Quadro 5 é realmente extenso. Uma das coisas que podemos inferir dessas respostas é o sentimento de vulnerabilidade dos participantes diante de sua profissão, já que não são assegurados pela lei. Pudemos perceber que muitas questões permeiam a cabeça deles no que concerne a suas questões trabalhistas.

Quanto à questão da capacitação, esta está prevista nas leis, embora as instituições formadoras e as contratantes dos TILS ainda não se prepararam para tal fim, porquanto, nesta entrevista, nenhuma das três IES pesquisadas ofertam cursos de capacitação para seus TILS.

Reafirmamos que o teor das Leis não satisfará a todos. No entanto, elas podem melhor atender à categoria que lida diariamente com dúvidas referentes à segurança legal de sua atuação.

Outro aspecto importante que o TILS2 da IES1 cita diz respeito à lei, mais especificamente às diferenças de níveis nas universidades públicas. Tal discussão tem gerado polêmica, uma vez que, na descrição do edital, Nível D (nível médio) e Nível E (ensino superior) (Capítulo 2) possuem atribuições diferentes; na prática, porém, fazem tudo igualmente. O que regulamentaria adequadamente tais condutas seriam regimentos internos, visto que, sendo universidade pública, a prática de regimento interno por setor é muito mais praticada.

De acordo com o novo projeto de lei, de número 9.382/17, que está tramitando no Congresso Nacional e que pretende revogar a legislação atual (Lei 12.319/10), caso seja contemplado, abrange **maior parte** da real necessidade do profissional TILS, esclarecendo e expondo itens que não vimos na legislação ainda vigente.

#### Pergunta nº 4

Você se sente preparado para trabalhar com alunos do ensino superior?

Seguindo com a entrevista, a **quarta questão** procura saber se o TILS se sente preparado para atuar nesse nível de ensino. Tentamos, com essa pergunta, conhecer mais da realidade universitária dos TILS.

**Quadro 6** – Resposta da questão 4 (quatro).

	<b>Quantidade</b>
Não se sente preparado	<b>3</b>
Sente-se preparados	<b>6</b>

**Fonte:** autora.

Enquanto os **TILS 1, TILS 3 e TILS 5** não se sentem preparados para atuar no ensino superior, os **TILS 2, TILS 4, TILS 6, TILS 7, TILS 8 e TILS 9** sentem-se aptos para tal função.

Somando 3 (três) participantes que responderam que não se sentem preparados, os TILS1, TILS 3 e TILS5 têm, no máximo, 3 (três) anos de experiência no ensino superior. Todos os TILS que responderam não se sentirem preparados pertencem a uma única IES (1).

O TILS 4 afirma, no final da resposta, sentir-se apto, porém ressalta, ainda, que “há muito para aprender nos desdobramentos da tradução e interpretação dentro do ES”, o que representa a sua vontade de crescer. Isso nos garante que o ideal seria possuímos, além do bacharelado em Letras/Libras, uma formação sistemática para os TILS, ofertada pela instituição de ensino de que façam parte, o que foi comentado no capítulo 3.

Foram selecionados alguns trechos das respostas que contemplam as categorias expostas no quadro acima, começando pelo TILS 3, seguido pelos TILS 4 e TILS 9, que expressaram o que realmente pensam sobre se sentirem preparados para a atuação. Além disso, o critério de escolha dessas respostas estão contextualizados pelo tempo de atuação dos TILS no ensino superior (Tabela 10).

**TIL3:** Não. Porque, para entrar aqui, foi apenas exigido o nível médio, porém a atuação aqui dentro passa pelas diversas áreas do conhecimento e pelos diversos níveis: vai desde a graduação até o doutorado. E o que exige de nós um constante estudo, né? A gente tem que estar sempre buscando e correndo atrás. Porém, esse sentimento de despreparo existe sim, muitas vezes, visto que a gente não consegue dominar tudo, né? Claro, e... a escassez de capacitação também é muito grande, então existe sim um sentimento de que não tô preparada para tudo não aqui dentro.

**TILS4:** Eu acredito que nós nunca estamos preparados, nós sempre temos algo a melhorar, a aprimorar, principalmente na nossa profissão, quando nós trabalhamos com uma língua, uma língua viva, que está sempre se atualizando, sempre se sofisticando, novos vocábulos estão sempre sendo criados e nós temos que estar em constante atenção e preparação pra atender da melhor forma os nossos alunos surdos em sala de aula, ou nos demais espaços ofertados pela universidade. Mas eu acredito sim que, a partir da minha experiência profissional e do quanto eu me preparei, eu estou apto para atuar nesse espaço que é o ensino superior. Contudo, acredito que sou um profissional em constante aprendizagem e, portanto, acredito que nenhum profissional deve se considerar plenamente apto e preparado para atuar em qualquer esfera de ensino, e, no nosso caso, no ensino superior.

**TILS9:** Sim. A experiência é importante, mas a formação é essencial! O curso técnico não prepara para os desafios da atuação no ensino superior, não temos o bacharelado em Letras/Libras em Recife, não temos uma classe representativa que forneça formações continuadas, e, como intérpretes, precisamos estar estudando, praticando e se atualizando de forma individual, e pouco são os que realmente se interessam e buscam.

Observemos alguns trechos do participante TILS 3:

- (1) “a atuação aqui dentro passa pelas diversas áreas do conhecimento e pelos diversos níveis: vai desde a graduação até o doutorado.”
- (2) “esse sentimento de despreparo existe sim, muitas vezes, visto que a gente não consegue dominar tudo, né?”
- (3) “um sentimento de que não tô preparada para tudo não aqui dentro.”

Esses três trechos de fala pertencem ao participante da IES 1, universidade pública, e que, notoriamente, atende a um leque maior de demandas. Os TILS dessa instituição atuam na universidade inteira (congressos, palestras, seminários, salas de aula de graduação e pós-graduação, reuniões, debates e traduções que alternam entre as língua oral e escrita e a Libras), não apenas com alunos surdos dos cursos, que passam, muitas vezes, o semestre inteiro podendo se atualizar, aprender novos sinais da área e pesquisar (caso de IES privadas). Por isso, escolhemos os três trechos acima, já que ela fala sobre “dominar tudo” e “não tô preparada pra tudo”.

Essa situação confirma o sentimento de despreparo, tendo em vista maiores exigências impostas sobre os TILS neste local. Conforme dito anteriormente, em razão do leque maior de demandas, a necessidade de se sentirem apoiados pelo seu ambiente de trabalho é um dos pontos principais que pudemos perceber em todas as respostas desse questionário. Os participantes TILS da pesquisa expressaram o sentimento de despreparo baseados na ausência de atuação das IES em que trabalham, uma vez que estas não oferecerem cursos de reciclagem e capacitação. Foi dito acima que a busca não pode ser apenas unilateral (apenas do TILS), é necessário que as empresas contratantes também valorizem sua equipe profissional e que deem oportunidades de melhoria para que esses profissionais atuem melhor e para que o aluno surdo tenha o mínimo possível de perdas na tradução de uma língua para outra, como já foi comentado. Achamos importante frisar, novamente, algo que está latente entre os TILS: a falta do bacharelado de Letras/Libras em Recife, isto é, o curso superior voltado para os TILS.

O TILS 4 traz uma dualidade na resposta dele: de um lado, a língua que se modifica o tempo todo e a necessidade deles de buscar tais atualizações; por outro lado, a confirmação do quanto ele mesmo se preparou, pois encontra-se apto, ou seja, atualmente, depende exclusivamente dos TILS a aptidão para atuação.

O TILS 9 afirma sentir-se preparado, porém confirma a ausência de capacitação para a categoria, que é o que a grande maioria também responde nessa questão, dado que eles dependem de experiências para se sobressair em suas funções. Assim, percebemos, sobretudo, a importância que a experiência tem na vida do TILS, desde a admissão de alguns deles (pergunta nº 2) até a sua permanência na IES (em relação ao compreender e ser compreendido pelo aluno surdo). Vale ressaltar que os TILS 4 e TILS 9 são os entrevistados com mais tempo de experiência de atuação no ensino superior.

### **Pergunta nº 5**

Quais são as dificuldades e/ou desafios que pode elencar no exercício dessa atividade no ensino superior?

---

Na **quinta pergunta**, achamos válido focar nas dificuldades e/ou desafios que os TILS podem encontrar no exercício de suas atividades no ensino superior. Nesse caso, todos eles externaram mais de uma dificuldade, que foram reunidas nos itens que estão expressos no quadro abaixo, e colocamos, ao lado, qual participante falou em tais dificuldades.

**Quadro 7 - Respostas dos TILS que elencam as dificuldades e/ou desafios do exercício da profissão.**

<b>1</b>	Trabalhar em área divergente da sua formação.	<b>TILS 1 e TILS 6</b>
<b>2</b>	Vocabulários específicos das diversas áreas.	<b>TILS 1, TILS 6 e TILS 7</b>
<b>3</b>	Laboratório de estudos para tradução.	<b>TILS 4</b>
<b>4</b>	Tempo disponível para realizar estudos de tradução.	<b>TILS 4</b>
<b>5</b>	Materiais específicos para tradução de alunos surdos.	<b>TILS 4</b>
<b>6</b>	Presença de um surdo consultor para suporte cultural, identitário e tradutório.	<b>TILS 4</b>
<b>7</b>	Desconhecimento das pessoas sobre o papel do intérprete.	<b>TILS 3</b>
<b>8</b>	Acesso prévio aos conteúdos.	<b>TILS 3, TILS 4, TILS 6 e TILS 7</b>
<b>9</b>	A falta de revezamento.	<b>TILS 6</b>
<b>10</b>	Falta de tempo para preparação do TILS para determinada atuação.	<b>TILS 5</b>
<b>11</b>	Estabelecer um processo tradutório técnico respeitando o nível linguístico do surdo e a relação do aluno com o intérprete no ensino superior.	<b>TILS 9</b>

**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

A sistematização citada acima foi feita para que possamos listar com mais clareza as dificuldades elencadas pelos participantes, as quais são de extrema relevância para a profissão do TILS. A ausência de tais fatores os torna mais vulneráveis quanto à segurança diante do leque que sua profissão demanda. As respostas ficaram divididas entre as dificuldades, no entanto as principais foram a falta de capacitação (um problema não só do profissional, mas também da IES) e a falta de vocabulários específicos das diversas áreas de conhecimento (um desafio que caberia à categoria tentar avançar, juntamente com os linguistas, procurando novas estratégias). Tais respostas estão interligadas aos principais desafios encontrados por estes profissionais quanto à sua atuação.

Para confirmarmos a sistematização, escolhemos 5 recortes de respostas dos entrevistados.

**TILS1:** O grande desafio é trabalhar em áreas divergentes da minha formação, e uma dificuldade bem específica encontrada diariamente é a ausência de sinais específicos de campos de conhecimento ainda não criados.

**TILS3:** Eu acredito que algumas das dificuldades são o desconhecimento das pessoas sobre o papel do intérprete, e isso causa situações bastante constrangedoras e que a gente tem que estar contornando. A dificuldade de se ter acesso prévio ao conteúdo que a gente vai interpretar. [...]

**TILS4:** Em especial, na instituição em que trabalho\*(adaptação da autora), não temos laboratório de estudos para tradução e sequer temos tempo disponível para realizar esses estudos a fim de aprimorar o processo tradutório. [...] Carga horária densa, [...] carecemos também de materiais didáticos, materiais de apoio ao processo tradutório, dicionários, câmeras de vídeo, que possam possibilitar o ensaio, a leitura e releitura das traduções que são realizadas e, por fim, o aprimoramento do material traduzido para o aluno surdo, [...] de outros tradutores/intérpretes para nos dar apoio porque há uma gama de demandas, [...] também carecemos de um profissional surdo intérprete que nos dê suporte cultural, indentitário, dando ainda mais foco às traduções.

**TILS6:** As dificuldades ou desafios que eu vejo é principalmente quando você interpreta um horário todo para um aluno, você pega 5h interpretando uma disciplina após outras ali. [...] O desafio é quando você está atuando num curso onde você nao se identifica tanto/não tem tanta familiaridade, aí o grande desafio é você buscar sinais”=.

**TILS9:** O principal desafio é estabelecer um processo tradutório técnico respeitando o nível linguístico do surdo mais a modalidade de ensino em que atuamos. [...] Outro desafio, em que eu acredito, é o estabelecimento de uma relação mediadora, vemos no ensino médio os surdos com muita dependência dos TILS, o que é diferente do TILs no ensino superior.

As respostas supracitadas descrevem o quadro anterior (7). Observamos que, nessas falas, podemos encontrar, claramente, o sentimento de desconforto diário dos TILS em sua função. Corroboramos a ideia de que ainda há muito o que se melhorar e que tais aspectos não dependem apenas do profissional, mas de uma conjuntura já abordada, que consiste em: IES, ASU e TILS.

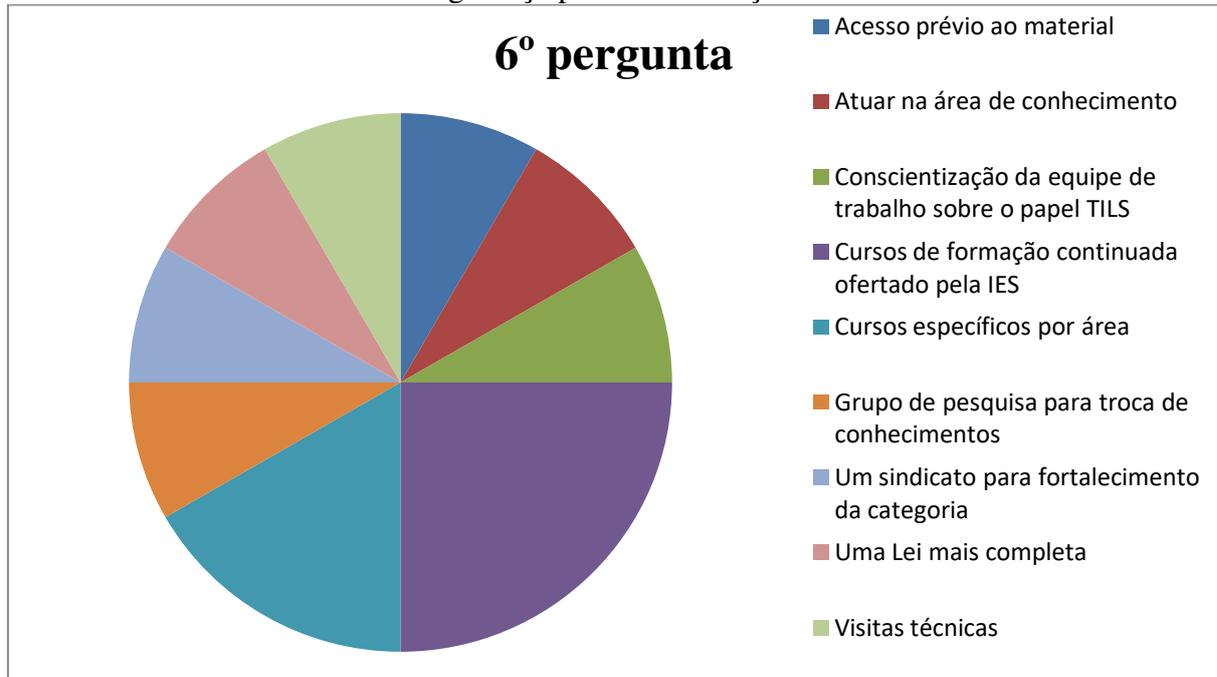
Além disso, pudemos perceber que os entrevistados destacam muito a tradução e comentam menos a interpretação; isso nos faz refletir sobre as diferenças de papéis, se eles realmente sabem quais diferenças permeiam tais conceitos e se realmente sua fala é sobre tradução ou interpretação.

### **Pergunta nº 6**

O que acha que poderia melhorar sua atuação nesse nível de ensino ou que propostas lhe trariam mais segurança no exercício dessa atividade?

Já na **sexta pergunta**, questionamos sobre o que os TILS acham que poderia melhorar na sua atuação, nesse nível de ensino, ou que propostas lhe trariam mais segurança no exercício dessa atividade. Para que possamos entender o que eles pensam sobre as melhorias, segue o Gráfico 4:

**Gráfico 4** - Respostas dos TILS sobre o que acham que poderia melhorar ou trazer mais segurança para sua atuação.



**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

O gráfico acima serve para entender melhor a divisão de sugestões para melhoria de sua atuação. Muitos TILS, individualmente, sugeriram mais de uma opção, o que evidencia a viabilidade de elaboração da sistematização de um gráfico. Entre todos os itens citados por eles, alguns partem de iniciativa da categoria, enquanto outros poderiam apenas partir de iniciativa da própria IES. Contudo, é preciso que tenham acesso às informações, não deixando de citar que muitos deles podem tentar oferecer sugestões de estratégias para a IES, elaborar projetos ou dialogar com o responsável pelos TILS, o que seria, de tal modo, uma iniciativa viabilizada pela IES. Muitas dessas instituições não entendem como funciona o processo de atuação desse grupo e necessitam de sugestões, porém precisam possibilitar tal acesso, caso este ainda não exista.

Como pudemos notar, a maioria dos TILS sempre toca no assunto dos cursos de capacitação ofertados pela IES contratante e dos cursos por área de atuação. Fizemos um recorte do participante TILS 4 para que enxerguemos ambas as responsabilidades.

**TILS 4:** [...] Eu acredito que cada profissional deve buscar a sua própria formação também e não acho que eu devo me furtar a isso. Eu devo também continuar buscando situações de capacitação e cursos de qualificação. Mas essa busca não pode ser unilateral, não pode ser apenas por mim, mas também tem que advir do empregador, [...] nós carecemos muito de visitas, de visitas técnicas. [...].

Segundo o TILS 4, a responsabilidade deve ser compartilhada com a própria instituição contratante, que precisa proporcionar ao TILS oportunidades de desenvolver um melhor trabalho. Partindo do trecho acima do TILS 4, que confirma a premissa de uma lacuna formativa, em nenhum momento alguma das três IES pesquisadas ofertou cursos de formação continuada ao profissional contratado.

Outra parte que não poderíamos deixar de mencionar é a importância da formação de grupos de pesquisas voltados para os TILS, o que serviria, assim, para atribuir maiores conhecimentos e melhorar a aquisição de novos sinais e a atuação profissional; isso teria de partir da iniciativa dos próprios TILS. Para isso, a pergunta de número 7 (sete) pode ser mais elucidativa.

### Pergunta nº 7

Você se reúne com outros tradutores/intérpretes para discutir questões relacionadas às práticas de tradução e/ou os desafios relacionados à profissão?

**Quadro 8** - Respostas de como conseguem se reunir com outros TILS para discutir questões relacionadas às práticas de tradução e/ou desafios relacionados à profissão.

	Quantidade
Apenas com os profissionais que estão no dia a dia no trabalho, de modo informal, nada registrado.	7
Não existem tais encontros por causa da grande quantidade de trabalho.	1
Não.	1

**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

Apesar de não se reunirem de modo sistemático, um trecho do participante TILS 4 ganha relevo, o que pode ser verificado no recorte abaixo:

[...] Mas eu considero fundamental esse movimento de sentar e dialogar acerca das possibilidades de interpretações que vão sendo encontradas no contexto que estamos inseridos, mas infelizmente esta não é a nossa realidade.

Ressaltamos, pela transcrição, que o TILS4, mesmo afirmando sobre a importância de esses profissionais se reunirem para discussões, ele explica que essa atitude não faz parte do contexto da categoria ou da universidade da qual ele faz parte. Porém, este mesmo TILS apresenta a realidade das universidades federais e das privadas, uma vez que 90% dos

entrevistados responderam que não se reúnem para discussão sobre assuntos em geral, apenas informalmente, sem registros e sem criação de propostas. É importante ressaltar que a busca por encontros entre os TILS deve ter a finalidade de melhoria em suas formações. Todavia,, elas precisam ser bilaterais: além dos TILS, as IES também precisam ser proponentes.

### Pergunta nº 8

Participa, anualmente, de cursos de atualização, eventos palestras, outros? Cite os que participou nos últimos cinco anos.

A **oitava e última** pergunta foi realizada para saber se eles participam, anualmente, de cursos de atualização, eventos, palestras etc., o que também nos faz analisar o interesse de cada um pela melhoria profissional.

**Quadro 9** - Últimos eventos de reciclagens que os TILS participaram.

<b>CURSO/CONGRESSO/ SIMPÓSIO ETC.</b>	<b>QUANTIDADE</b>
APENAS UM	<b>3</b>
TRÊS OU QUATRO EVENTOS	<b>1</b>
DE CINCO A 9 EVENTOS	<b>4</b>
A PARTIR DE 10	<b>1</b>

**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

Dos entrevistados, três não apresentaram muito interesse em melhorias, com apenas um evento no tempo de 5 (cinco) anos de atuação. Com esse resultado, vimos a diminuta busca por atualização, pois 4 (quatro) dos 9 (nove) entrevistados não frequentaram nem o equivalente a um evento anual (em cinco anos), totalizando, assim, o resultado de cinco anos ou mais.

Podemos perceber que apenas um tem uma participação assídua em congressos e eventos, o TILS4, o que pode se justificar pelo nível de formação que possui, pós-graduação. É possível justificar que a abertura da universidade/instituição à qual pertence permite ao servidor/funcionário sua frequência.

Os dados obtidos nas entrevistas nos permitiram entender sobre a realidade do TILS no ensino superior, e, para complementar esse panorama, procuramos averiguar o outro lado

(aluno surdo), para que consigamos compor um quadro geral do exercício da atividade do TILS.

#### 6.4. Entrevista com os alunos

Uma vez finalizada a entrevista com os TILS, daremos início aos relatos dos ASU, para que, assim como já mencionado, possamos concluir como alunos e o próprio TILS pensam sobre o exercício da atividade de interpretação e tradução da língua portuguesa para a Libras, no contexto de sala de aula.

Após a consulta às bases de dados da *Scielo* e da *Capes*, observamos que nenhuma pesquisa recente aborda a perspectiva do ASU e dos seus relatos.

O questionário para esse grupo contém 9 perguntas. As respostas serão explanadas no quadro abaixo na íntegra, já que os motivos pessoais de ingresso de curso divergem de pessoa para pessoa.

#### Pergunta nº 1

Por que você escolheu esse curso?

**Quadro 10** - Respostas sobre a escolha da graduação que está cursando.

<b>AUS1</b>	“Eu sou ciência da computação, eu quero me formar no futuro e ter um certificado para uma empresa me chamar para trabalhar e eu preciso saber trabalhar com computadores, administrar o linux, e windows, em outros cursos, por exemplo medicina e direito eu não conseguiria ter comunicação na hora do trabalho, pois sou surdo, então não combinaria comigo, computação combina com surdos, pois é fácil de comunicar.”
<b>AUS2</b>	“Eu escolhi porque era meu sonho desde criança, eu amo matemática, brincava de calcular, adorava ver materiais de construção e sempre tive brincadeiras relacionadas a engenharia quando criança.”
<b>AUS3</b>	“Porque eu me formei em Letras/ Libras e quis continuar na área da linguística, não teve linguística então eu fui pra aquisição de linguagem, a turma é boa, eu continuo a frequentar.”
<b>AUS4</b>	“Porque me incomodava ver surdos ao meu redor que desconheciam seus próprios direitos e direitos que lhe assistiam, então eu aproveitei a oportunidade para pesquisar mais na área e aumentar minha bagagem do conhecimento [...]”.
<b>ASU5</b>	“Eu quero ser futuro professor de Libras.”
<b>ASU6</b>	“Escolhi esse curso por vontade, pois já tinha curso como professora magistério e resolvi continuar a universidade para aprender mais como professora.”
<b>ASU7</b>	” Escolhi porque eu quis, para aumentar a bagagem e o conhecimento, eu me

	<p>formei em Letras/Libras, mas é meu direito querer e poder fazer o mestrado eu gosto muito da área em que estou (educação política) quero conhecer mais, é meu direito assim como os ouvintes.”</p>
--	---

**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

No quadro transcrito acima, podemos perceber que existiu, de fato, vontade própria para cursar tais graduações e/ou pós-graduação. O participante AUS1 vê limitação em outras áreas por ser surdo e fica no curso em que está porque acredita que é fácil de se comunicar, pois o trabalho é todo realizado com a utilização de um computador. Isso, entretanto, também acontece com ouvintes.

O participante AUS2 diz que era um sonho de criança e que “sempre se imaginou construindo prédios”. Ele não visualizou nenhuma limitação por ser surdo ou se sentiu incapaz por isso, mas simplesmente sonhou que queria e realizou.

Observa-se que o participante ASU4, por exemplo, começou a se incomodar com uma realidade que vivenciava, por isso, em prol da sociedade e do seu sentimento altruísta, resolveu ingressar na área e aumentar seu nível de conhecimento. Segundo Cruz e Dias (2009, p.7): “A área de Humanas parece mais apropriada para oferecer ajuda aos outros surdos em seu processo educacional.”. Além disso, também percebemos uma facilidade maior em lidar com seus pares. Podemos trazer uma colocação de Nicolucci (2006, p. 12) para nossa análise, reafirmando o que foi dito:

[...] ultrapassa a questão linguística “é ele que poderá construir, junto aos seus pares, estratégias de identificação que possam ser vislumbradas num processo sócio-histórico mais amplo, não fragmentado”.

Não é só a questão linguística que está atrelada ao processo de escolha, mas também o processo de identificação nessas escolhas para realizar um sonho individual diante do seu aspecto histórico vivenciado. Muitas vezes, apenas querem exercer seu direito de estudar o nível de ensino específico, como foi o caso do AUS7.

### Pergunta nº 2

Como foi o acesso à universidade?

Dando seguimento à entrevista, a questão 2 (dois) abordou o acesso do aluno à universidade, na tentativa de identificar possíveis barreiras que ele possa ter encontrado.

**Quadro 11** – Respostas acerca da dificuldade de ingresso na IES.

	<b>Quantidade</b>
Responderam que não tiveram problemas para ingressar nesse curso; todos tiveram acesso ao TILS.	<b>7</b>

**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

Essa resposta mostra que as universidades frequentadas pelos surdos são acessíveis e que estamos numa outra época – mostramos um pouco o processo histórico do TILS no capítulo 1 – e conseguimos ver quão lentamente se deu o desenvolvimento dos estudantes. Além disso, em outras épocas, não existiam TILS disponíveis, como podemos ver na Tabela 11, quando perguntamos sobre ter o intérprete no ensino fundamental ou ensino médio, apenas os AUS2, AUS4 e AUS5 confirmaram a presença desse profissional intérprete no ensino fundamental. O AUS4 ainda afirma que “Não tive o intérprete em todas as disciplinas do ensino fundamental, pois eram os pais que pagavam e não existia lei que obrigasse a presença do TILS. Só na sétima série meus pais obrigaram a escola a pagar o intérprete”. Anteriormente às leis recentes, numa universidade, dificilmente teriam acesso ao TILS, como é o caso dos participantes AUS1, AUS3 AUS6 e AUS7. Os quatro têm uma faixa etária acima de 30 anos.

Segundo os relatos, os ASU2, AUS3, ASU4, ASU5 e AUS7 fizeram o vestibular (prova para ingresso) já com acompanhamento do intérprete, pois, mediante a inscrição, já solicitaram e apresentaram laudo comprobatório. Diz o AUS3: “Eu fiz o vestibular com prova escrita em língua portuguesa com o acompanhamento de um intérprete da IES”. Isso indica que o aluno surdo procura uma universidade já conhecida para atendê-lo, pois, muito provavelmente, por indicações de outros surdos ou experiências positivas, eles escolheram fazer em locais específicos. Dessa forma, ratifica que o acesso e as barreiras de fato diminuíram.

### Pergunta nº 3

Teve dificuldades para conseguir o profissional tradutor/intérprete nas aulas da IES?

O acesso à universidade é importante, e conseguir o TILS para a sala de aula das disciplinas é uma ação que parece óbvia, mas não o é. Veremos isso com as respostas dadas acerca da barreira imposta pelas IES a todos os ASU, visto que eles, não tendo acompanhamento durante as aulas, apenas para a prova inicial, não são atendidos satisfatoriamente pelas IES. O surdo precisa ter acesso completo à universidade e ter os mesmos direitos de um aluno ouvinte.

**Quadro 12** - Respostas com relação às dificuldades enfrentadas pelos ASU.

	Quantidade
Não tenho problemas com o profissional dentro de sala de aula, mas nunca consigo o profissional para uma demanda extra sala de aula (aula de reposição, simpósios).	2
Não teve dificuldades.	4
Sim, tenho dificuldades.	1

**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

Podemos destacar dois trechos positivos; o primeiro, entretanto, com limitações advindas dos participantes AUS2 E AUS4, respectivamente:

**AUS2:** Aqui, na IES, eu não tive dificuldades de conseguir um intérprete, em todas as aulas tenho o acompanhamento do TILS. porém, um problema que encontro é que nunca encontro o profissional livre para demandas extracurriculares ou aulas de reposição.

**AUS4:** A primeira coisa quando fiz a matrícula foi procurar a coordenação (já tínhamos o direito do intérprete garantido por Lei), e a coordenação me tranquilizou e disse que já tinham profissionais em sua equipe e quando começaram as aulas o intérprete estava lá na sala de aula. Não tive problemas.

As duas falas transcritas acima demonstram que os participantes não encontraram barreiras comunicacionais/atitudinais na universidade relativas à presença de um TILS nas aulas. No entanto, não podemos garantir que, em relação a outros setores da instituição, isso poderia acontecer, no caso da IES 2, da qual o ASU2 faz parte, pois ele diz que consegue ir para as aulas, porém, para aulas extraclasse ou de reposição, não é disponibilizado um profissional para acompanhá-lo. Seria, então, uma garantia de acessibilidade pela metade? Ou apenas nas disciplinas obrigatórias? Sendo assim, o melhor seria analisar o plano pedagógico da IES, objetivando atentar para quais regras ela utiliza. Embora seja possível encontrar

alguma dificuldade, é imprescindível salientar ser significativo que os entrevistados não ressaltam dificuldades em sala de aula nas disciplinas obrigatórias.

Por outro lado, o relato do participante AUS1 mostra o grande acesso que teve e a quebra de barreiras atitudinais, como dito a seguir:

**AUS1:** Eu fui pra sala de aula e assisti à aula, o professor falava e falava e eu não escutei nada, pois sou surdo. Quando acabou a aula, eu me dirigi ao professor para tirar dúvida, o professor percebeu algo diferente e me perguntou se eu era surdo, eu respondi que sim e ele me acompanhou até a secretaria; fizeram uma ligação chamando um profissional intérprete para as salas de aula, foi muito bom, eu consegui intérprete.

O estudante mencionado faz parte da IES2, a mesma do AUS2. Logo, é importante perceber o quão acessíveis estas universidades se tornaram hoje para o surdo. O ASU1 teve acesso ao profissional assim que o professor notou que ele era surdo, pois entrou em contato para solicitá-lo.

O que geralmente acontece é que, muitas vezes, o aluno não aceita sua deficiência, e não aceita que o TILS faça parte de sua mediação com o professor. Muitos alunos surdos passam por um processo de aceitação durante a fase escolar/universitária, e muitos, também, aprendem Libras tardiamente ou ainda a estão aprendendo, mesmo sendo surdos. Por isso, é importante a informação e a aproximação dos pais com os filhos surdos.

Já o AUS7 foi o único que descreveu dificuldades para conseguir o TILS nas aulas de disciplinas obrigatórias. Ele expõe:

**AUS7:** Sim, como professor de Libras, também tive dificuldades para conseguir TILS nas aulas teóricas, e agora aluno do programa; o centro de educação tem seu próprio intérprete na equipe e o disponibiliza para as aulas de mestrado, porém o PPGCE não tem TILS em sua equipe e tem que usar o intérprete do CE, que é apenas um para todas as demandas do centro, porém também há possibilidades de solicitar (NACE) o apoio de mais um TILS para a demanda, pois os TILS atuam em dupla; porém, às vezes faltam e eu acabo prejudicado, pois um só não atua. Eu aguardo por novos concursos públicos e contratos e acredito que, a partir disso, aumentem o quantitativo de TILS na universidade. Vou torcer por isso, para posteriormente haver melhorias na universidade. Infelizmente, atualmente, há sim muitas barreiras no que se refere ao TILS. Por exemplo, se ele faltar, não temos substituto, pois a universidade tem muitos centros e demandas para suprir.

A resposta do ASU7 é a realidade que ainda temos que enfrentar e melhorar. Segundo ele, também tinha dificuldades enquanto profissional da casa e, ainda como aluno, continua com os mesmos desafios para conseguir agenda dos intérpretes. A IES é a de número 1, pública, e o que se observa é que a universidade é muito grande para poucos TILS. As demandas são diárias e em vários centros, e, como vimos na resposta acima, nessa instituição, os TILS atuam em dupla. Para isso, é preciso ter 2 (dois) intérpretes disponíveis, o que nem sempre acontece e faz com que o aluno seja prejudicado.

#### Pergunta nº 4

Você conhece a legislação vigente sobre a atuação desse profissional?

O questionamento acima também foi feito para saber um pouco sobre o conhecimento deles em relação à legislação vigente, no que concerne à atuação do TILS.

**Quadro 13** - Conhecimento dos ASU sobre a legislação vigente do TILS.

<b>AUS1</b>	Não conheço a lei.
<b>AUS2</b>	Não conheço. Não sei a lei.
<b>AUS3</b>	Conheço sim, é a 11 mil e alguma coisa, tem muitas regras nesta lei e eu não conheço profundamente.
<b>AUS4</b>	Conheço sim a lei do profissional TILS. Mas, infelizmente, o que acontece, ela é muito recente, é de 2010, e eu vejo que ainda precisa melhorar muitas coisas, principalmente o quê? O reconhecimento do papel TILS.
<b>ASU5</b>	Sim.
<b>ASU6</b>	A legislação desse profissional, conheço sim, é nova e foi aprovada em 2008.
<b>ASU7</b>	Sim, é a 12.319/2010 a lei do tradutor intérprete de Libras. Além dela, também existe a FEBRAPILS, que discute questões sobre os profissionais no Brasil todo; porém, falta o conhecimento desta mesma lei para muitos deles (profissionais TILS) e também para o público num modo geral, os professores, alunos e coordenação do curso, todos desconhecem e, inclusive, insistem para que se um faltar o outro interprete sozinho. Eu sempre entro em discussão sobre o assunto, tentando mostrar o que não seria viável. Além disso, querem colocar bolsistas também nesses momentos em que o técnico está sem a dupla, o que também fica inviável, pois o bolsista ainda não tem a fluência na língua. Estamos tentando mostrar aos poucos ao PPGCE, e falta também os TILS apresentarem a sua própria LEI para que todos saibam que existe uma lei e o que ela apresenta.

**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

Após coletar as respostas, traduzi-las e transcrevê-las, pudemos analisar que pelo menos 2 (dois) ASU sabiam do que se tratava a lei. Ademais, pudemos inferir que o surdo geralmente não se preocupa muito com os aspectos legais que fundamentam seus direitos na

sociedade, uma vez que não souberam responder sobre isso. De fato, eles querem que o direito do TILS seja garantido em sala de aula, como também a viabilização dos direitos igualitários para os ouvintes e os surdos. Porém, apenas os ASU4 e ASU7 descrevem e explicam acerca da legislação.

Alguns participantes até tentaram dizer que conheciam. Porém, quando tentavam explicar acerca da lei, o que foi pedido para que fizessem, comentaram que não conheciam muito sobre o tema.

Foi interessante notar que os 2 (dois) ASU (4 e 7) que conseguiram responder falaram de questões inerentes à problemática do TILS. O ponto em comum dos 2 (dois) foi a respeito do reconhecimento do papel entre os TILS e surdos e entre surdos e TILS, o que se observa nas respostas transcritas abaixo:

**AUS4:** [...] e eu vejo que ainda precisa melhorar muitas coisas, principalmente o quê? O reconhecimento do papel TILS.”

**AUS7:** [...] porém, falta o conhecimento desta mesma lei para muitos deles (profissionais TILS) e também para o público num modo geral, os professores, alunos e coordenação do curso, todos desconhecem.

Além disso, ASU7 ainda foi além, comentou sobre a interpretação em dupla, sobre bolsistas interpretarem quando não têm ainda a fluência necessária. Diante disso, o entrevistado ofereceu soluções para tal reconhecimento, as quais diriam respeito aos próprios TILS reivindicarem a legislação sobre a profissão na IES, para informar à equipe de trabalho acerca de sua função, com vistas a diminuir a falta de reconhecimento da profissão. Todavia, para isso, é preciso que seja dada abertura mínima a este profissional e que o professor e alunos também se interessem em saber.

A fala do AUS7 é muito proveitosa, pois ele reconhece que o aluno sabe e se interessa pela causa dos TILS, tendo em vista que o próprio estudante estaria se beneficiando, como também todos os outros alunos surdos, ao haver melhorias para a categoria em questão. Podemos, também, inferir de tal resposta que o AUS7 é o participante com mais idade da entrevista, o que talvez signifique bagagem cultural maior, além de experiência. É possível notar, na Tabela 11, que ele não teve TILS no acompanhamento dos níveis de ensino fundamental e médio, apenas no nível superior; essa ausência já pode ter implicado uma análise diferenciada dele no tangente à temática.

### Pergunta nº 5

O que você considera importante para que o tradutor/intérprete de Libras realize dentro de uma sala de aula?

A pergunta acima visa a identificar se os alunos possuem criticidade acerca da atuação do TILS, uma vez que este não deveria apenas atuar na mediação da comunicação e fazer traduções. Assim, o TILS deve ter postura ética e saber adaptar linguisticamente. Além disso, precisa saber se sobressair diante de imprevistos e sinais desconhecidos, e os ASU deveriam identificar a presença ou ausência de tais estratégias. Para refletir sobre essa questão, expomos abaixo as respostas dos entrevistados para uma análise mais íntegra e segura.

**Quadro 14** - Respostas dos ASU sobre sua opinião acerca da atuação do TILS em sala de aula.

<b>AUS1</b>	Enquanto o professor fala dentro da sala de aula, o TILS ouça e traduza em LIBRAS diretamente para mim, para que eu olhe e entenda claramente o que o professor quis dizer.
<b>AUS2</b>	O que ele já faz, o mais importante é que os TILS ajudam a traduzir a língua portuguesa para a Libras, isso traz mais segurança. Eles traduzem informativos, aulas, reuniões com coordenação, avisos, e isso é de grande importância.
<b>AUS3</b>	É importante que o profissional tenha expressão facial e corporal, fluência e contextualização na interpretação, e, para isso, é preciso melhorar a conjuntura da interpretação
<b>AUS4</b>	Para mim, que sou uma pessoa surda, é muito importante que haja esse TILS mediador, para que o surdo tenha acesso a todas as informações. Então, a presença dele é boa para o conhecimento pessoal e geral e aumenta o leque de conhecimento dos surdos, uma vez que já sofremos tantas limitações pela falta da comunicação. Então, o TILS tem um papel fundamental de facilitar a comunicação e passar as informações que eles não tenham acesso, esse é o que eu acho mais importante para a comunidade surda. Nós da comunidade surda temos muitos a agradecer ao TILS, por quê? Porque, sem eles, nós não teríamos acesso à informação, não digo na vida pessoal, digo na sala de aula mesmo, na sala de aula é extremamente importante tê-los presente.
<b>ASU5</b>	Sim, tudo que ele já faz em sala de aula é importante.
<b>ASU6</b>	Considero importante a ética deles.
<b>ASU7</b>	É extremamente importante que eles estejam em dupla, pois, pelo menos no meu nível de ensino (mestrado), as disciplinas são muito extensas e muito densas e por horas seguidas, além de muitas explicações que os professores dão sem intervalo de tempo. Por isso, é necessário que eles estejam em dupla para que eu não me prejudique nas disciplinas. Também vejo necessidade de TILS de nível superior para atuarem no mesmo nível de ensino e que tenham áreas semelhantes às de sua formação, para que o que seja passado para ele não seja de total desconhecimento. Também vejo necessário que os intérpretes façam anotações nas aulas de palavras que desconheçam, e, posterior à aula, eu e os intérpretes sentemos para discutir

o sinalário de tal palavra juntamente a seu significado ou conceito. É muito importante essa relação/interação com a dupla de TILS, sempre. Por isso que não podemos ficar mudando, a cada aula ter um TILS diferente, pois eles não terão a contextualização adequada.
---

**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

As respostas acima servem para reafirmar a importância de conhecer o papel do TILS, para que, dentro da sala de aula, os ASU atentem para o que pode ser melhorado. Além disso, os itens mencionados pelos alunos demonstram que eles têm TILS, que a acessibilidade está sendo atendida; precisa, porém, de mais diante da atuação deles, como, por exemplo, a formação deles serem do mesmo nível de atuação, discussão de sinalário, entre outros.

Para melhor resumir, elaboramos uma tabela com as respostas dos ASU, que contém apenas pontos em que os TILS precisam melhorar. Esse fato é muito importante para que consigamos entender, através do ponto de vista daquele que recebe o serviço do TILS, se os itens mencionados convergem ou divergem com os citados pelos próprios profissionais.

**Tabela 15** - Resumo das respostas da pergunta de nº 5.

**O que você considera importante para que o tradutor/intérprete de Libras realize dentro de uma sala de aula?**

1. **Que o TILS ouça e traduza diretamente para mim e que eu entenda claramente o que ele (o professor) quis dizer;**
2. **TILS fluente na tradução escrita (Língua portuguesa-Libras e vice-versa);**
3. **Expressão facial e corporal;**
4. **Fluência;**
5. **Contextualização na interpretação;**
6. **Ética;**
7. **Dupla para revezamento;**
8. **TILS de nível superior para atuar em nível superior;**
9. **Áreas semelhantes à da sua atuação;**
10. **Anotações na aula, enquanto um interpreta, de palavras desconhecidas;**
11. **Permanecer com o mesmo TILS durante a mesma disciplina.**

**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

Sendo assim, vale ressaltar que os ASU tiveram criticidade para elencar os aspectos que não veem nos TILS em sala de aula ou os que precisam ser melhorados. Complementando as respostas acima, partimos para o questionário com a sexta questão.

### Pergunta nº 6

Você considera que suas necessidades na disciplina que cursa estão sendo atendidas? Em caso positivo, explique.

**Quadro 15** - Respostas dos ASU sobre o atendimento às suas necessidades na IES.

<b>Categorização</b>	<b>Quantidade</b>
Estou sendo atendido completamente.	<b>4</b>
Estou sendo atendido com limitações.	<b>3</b>

**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

O que, de fato, aconteceu foi que apenas os surdos cujas necessidades não estavam sendo atendidas deram maiores explicações sobre o porquê. Sendo assim, aproveitamos essas explicações. Os que responderam que estavam sendo atendidos completamente apenas afirmaram que o intérprete está presente durante as aulas, traduzindo, quando necessário, e interpretando para ele e que “apenas” faltava-lhe maior fluência (AUS3) – o que mostra a importância de que sejam feitas melhores contratações.

Entre os ASU que disseram estar sendo atendidos com limitações, está o entrevistado AUS7. Segue um recorte de sua resposta:

**ASU 7:** [...] É preciso mais contextualização dos assuntos que são dados em sala de aula, e, para isso, é preciso que os TILS tenham acesso prévio ao conteúdo, para que eles possam estudar mais e conseguir passar o assunto com mais segurança ou, por exemplo, fazer voz com mais segurança, isso é importantíssimo. Também só atuam comigo TILS nível médio, eu gostaria de ver qual seria a diferença da atuação de um TILS nível superior.

Acerca da disponibilização antecipada do material, é ainda um problema constante. Os professores, também, muitas vezes, não conseguem produzir seus materiais a tempo de enviar para o TILS. Quando não, ele simplesmente não gosta de enviar o material da sua aula; porém, nesse caso, ele terá de entender que é para um profissional que segue preceitos éticos de atuação. Além disso, o docente necessita de procurar palavras que desconhece para determinar melhor suas escolhas lexicais.

Na fala do ASU2, percebe-se um descontentamento do aluno em relação à universidade. É notável que ele tem encontrado alguns problemas na relação AUS-IES pela

falta de disponibilização do profissional em suas aulas complementares, o que vai acabar por prejudicá-lo, já que não consegue concluir todas as horas extras.

**ASU2:** Nas disciplinas obrigatórias sim, porém o que me chateia muito é que eu estou nos períodos finais do meu curso e não consigo que a universidade me disponibilize o TILS para que eu consiga minhas horas complementares de certificado, porque a coordenação diz que só disponibiliza intérprete para as aulas curriculares do meu curso. Ora, se eu só colar grau se tiver essas horas complementares, elas não são obrigatórias pra meu curso? A coordenação não teria que atender essas demandas também?

Notamos, nesse caso, que a instituição não parece entender que a questão se trata de um mesmo assunto – atividades acadêmicas, embora com o formato de horas adicionais de fácil solução. Esse depoimento mostra a necessidade da presença da língua de sinais trazida pelo TILS, para que o ASU tenha acesso ao conteúdo desejado.

Além dos dois alunos, AUS6 também respondeu que é atendido com limitações, pois afirmou que “Algumas disciplinas tive dificuldades, porque, às vezes, o intérprete não entendia o que se tratava da explicação do professor”. Essa resposta nos faz pensar um pouco sobre o processo de tradução e interpretação e sobre a importância do AUS estar com um TILS que esteja inserido na sua própria área de conhecimento, para que os termos não se distanciem muito do que acontece quando o professor fala e para que a interpretação da disciplina do professor seja o mais verossímil possível.

Portanto, é compreensível que o aluno sinta dificuldades durante o percurso, uma vez que ele precisa ultrapassar essas barreiras.

**Pergunta nº 7**

Existe alguma dificuldade na relação dos professores com o TILS?

**Quadro 16** - Resposta sobre a existência ou não de alguma dificuldade na relação dos professores com o TILS.

<b>AUS1</b>	Eu tenho dificuldades relacionadas aos professores, quando os assuntos são muitos densos, a programação é em inglês, disciplinas difíceis e isso também dificulta o entendimento com o intérprete. Mas entre os dois não vejo nenhuma dificuldade.
<b>AUS2</b>	Nenhuma dificuldade, pois é possível uma comunicação entre eles, existe uma troca entre eles, por exemplo, termos técnicos, palavras desconhecidas, falas do professor em que o TILS não consegue acompanhar. Tudo isso o TILS pergunta ou pede para o professor repetir; assim como quando eu tenho dúvidas, ele também pede para o professor repetir ou voltar a frase anterior. Os professores são muito tranquilos em relação a isso, nunca tive problemas com os professores e TILS.
<b>AUS3</b>	Agora eu não vejo dificuldades não, porque coincidiu em pegar uma disciplina em que a TILS já tinha um conhecimento, tanto do professor quanto do assunto, pois ela cursou a mesma disciplina também. Tem uma outra disciplina que o assunto é muito difícil pra mim, mas o que me deu sorte foi o quê? A intérprete já conhecer o curso, por isso me deu sorte em exercer a comunicação do aluno-professor.
<b>AUS4</b>	Na minha graduação, eu encontrei mais dificuldades, pois fui a primeira surda a entrar no curso de Direito na época, mas no mestrado não, pois a maioria já me conhecia.
<b>ASU5</b>	Não existe.
<b>ASU6</b>	Já tive, depende de cada professor.
<b>ASU7</b>	Sim, porque os professores desconhecem o papel da profissão do intérprete e é principalmente um desafio. Por exemplo, a distância em que o intérprete senta diante do aluno, sobre andar na frente da interpretação interrompendo o canal visual. Eu preciso acreditar que as coisas vão melhorar, pois eu sou o primeiro aluno surdo dentro do programa e, por isso o desconhecimento diante dos fatos citados, futuramente diante um novo aluno surdo, eles já saberão como lidar, eu sempre cobro dos professores materiais antecipados para os TILS e um dia eles irão se acostumar. Outro exemplo também é em um debate, eu não sei quem está falando, pois eu não ouço, e tento conscientizá-los de sempre levantar a mão para que eu veja quem está com a voz. Outro exemplo é o tempo estipulado para o professor de apresentação de seminários, ele pede, às vezes, apenas 10 minutos, e eu explico que para mediação e tradução e adaptação: pode ser que 10 minutos apenas não seja possível. Alguns aceitam minhas sugestões e ouvem minhas explicações, pode ser que seja porque eu sou professor da casa, além de aluno, e por isso seja mais fácil de conversar.

**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

Diante das dificuldades relatadas pelos ASU sobre a atuação do TILS e sua relação com os professores. No entanto, um participante (ASU2) relatou que se incomoda com apenas uma questão: “A única coisa é o professor que ainda escreve de costas para o quadro nas aulas de cálculo, que fala muito rápido ou que faz ditado durante suas aulas”, fator este que incomoda esse aluno, pois desloca sua atenção para o fato de que o professor não lembra da sua presença dentro de sala de aula. Portanto, presume-se que seja por isso que o ASU também diz que tem dificuldades.

Outro entrevistado, o ASU4, comentou sobre outro tipo de dificuldade relacionada não diretamente com a pergunta, mas sobre a presença do TILS em sala de aula, que entendemos ser importante relatar.

Narrou, portanto, uma história que já havia acontecido com ele no curso de graduação da mesma instituição. O participante chama a atenção para o seguinte:

**ASU4:** No primeiro dia de aula, o intérprete estava sentado com a cadeira na frente da minha e o professor chegou na sala já falando para que o intérprete se sentasse direito pois a aula iria começar. Foi aí que tive de intervir e dizer que quem estava ali era um intérprete que iria mediar as aulas para mim (aluna surda) que estava ali. Ele não entendeu muito, mas durante as aulas foi aceitando mais.

A ASU4 ainda apontou outro acontecimento:

**ASU4:** O que me marcou foi quando o professor pediu para que, na hora da prova, o intérprete se retirasse. Então, eu tive que intervir e dizer que eu precisava dele ali, pois era importante saber sobre os avisos que ele poderia dar durante a prova, desde o início até o fim. Outro problema que ocorreu também foi a quantidade de horas em que a intérprete trabalha sozinha, então, era um problema ligado à coordenação do curso que disponibilizava o intérprete, a burocracia é muito grande dentro da universidade.

Algumas cenas que foram vivenciadas pela aluna poderiam ter sido resolvidas com informações acerca do papel do TILS ou com o reconhecimento da instituição acerca do papel do profissional; isso evitaria tal comportamento do professor e o constrangimento da aluna.

Atualmente, ela relata: “Na minha graduação, eu encontrei mais dificuldades, pois fui a primeira surda a entrar no curso de Direito na época, mas, no mestrado não, pois a maioria já me conhecia”. Fica claro que as barreiras comunicacionais e atitudinais foram enfrentadas na graduação, visto vez que a aluna conseguiu superá-las. No momento, não enfrenta tantas dificuldades assim, já que ela menciona “Na minha graduação, eu encontrei **mais** [...]”.

Na fala do ASU4, falta a compreensão de que, na sala, há um aluno surdo e um intérprete o acompanhando. Além disso, é possível perceber que o professor desconhece completamente o papel do intérprete, não sabe que ele é norteado por um Código de Ética e possui lei própria.

Ainda, outro problema que o ASU4 comenta é a interpretação sem apoio, por horas seguidas, da intérprete que a acompanhava. Com certeza, isso acarreta prejuízos para a aluna, dado que, com o passar das horas da interpretação, sem revezamento, sem apoio, vai-se perdendo a qualidade do trabalho. Desse modo, ao final, essa intérprete vai apresentando cansaço físico e mental. Nesse caso, pode ocorrer de a mensagem não ser passada corretamente para o aluno, que terá prejuízos por não ter recebido a informação completa e no mesmo padrão de interpretação que estava recebendo no começo da aula.

Um ponto em comum entre os ASU4 e ASU7 é que ambos enfrentaram/enfrentam dificuldades por serem os primeiros surdos a ingressar no programa. Sendo assim, o desconhecido gera dúvidas e é preciso que todos estejam dispostos a saná-las.

Vale lembrar que interpretar e traduzir demandam atividades muito intensas e que o indicado, para que a interpretação seja de qualidade, é o revezamento, pois, além de alternar a interpretação, você ainda terá o intérprete como suporte de atuação, de vocabulário em Libras ou de modalidade vocal. Isso faz com que um auxilie o outro na hora da tradução/interpretação, situações já mencionadas no capítulo 2.

### **Pergunta nº 8**

Como tem ocorrido o atendimento às suas necessidades como aluno pelos TILS nas aulas das diversas disciplinas da universidade?

No que tange ao atendimento de suas demandas acadêmicas, questionamos o aluno sobre como tem ocorrido o atendimento às suas necessidades pelos TILS nas aulas das diversas disciplinas da universidade, para tentarmos explicitar um pouco sobre como a universidade trata de questões relativas às demandas de sala de aula ou às atividades extras. Não obstante muitos já tenham pontuado questões inerentes a essa temática, vale direcionar a pergunta para isso.

**Quadro 17** - Respostas dos ASU sobre como tem ocorrido o atendimento às suas necessidades como aluno pelos TILS nas aulas das diversas disciplinas da universidade.

<b>AUS1</b>	Fora da sala, eu peço ao TILS para me ajudar a ir comigo nos locais dentro da universidade, como, por exemplo, no atendimento pedir declaração, histórico escolar, e o intérprete me ajuda na comunicação.
<b>AUS2</b>	Desde que entrei, eu não só tive um intérprete, tive três intérpretes, mas em diferentes disciplinas, e foi tranquilo, combinávamos sinais de palavras mais difíceis e termos técnicos e mantemos uma relação muito boa. E se tiver alguma atividade extra, eu preciso comunicar à coordenação, solicitando um TILS; às vezes, eu consegui, e em outras, não podem me ofertar, pois alegam preenchimento de horário do TILS e não posso ter esse acesso.
<b>AUS3</b>	As disciplinas do mestrado são um pouco diferente das graduações que fiz: algumas são apenas 5 encontros, e, muitas vezes a gente só descobre o evento muito perto a ele, e aí temos que solicitar à mulher (coordenação), pedindo um intérprete, avisando o horário certo e o dia certo. Às vezes, fica muito em cima pra pedir. Às vezes, é difícil coincidir a disponibilidade de ambos, mas depois a coordenação ajeita e fica fácil.
<b>AUS4</b>	Quando eu precisei de algum apoio ou de TILS para comunicação ou atividades extra-classes, a universidade sempre me atendeu. Nunca tive problemas.
<b>ASU5</b>	Estão sendo bons, satisfatório.
<b>ASU6</b>	Os atendimentos foram bons, dependendo do dia e da disciplina.
<b>ASU7</b>	Sim, há limitações. Por exemplo, meu orientador não sabe Libras, a minha co-orientadora sabe, portanto as orientações têm que ser com ela junto ou junto de um TILS. Ou também se tiver reunião de grupo com os alunos, dificulta muito pra mim na comunicação e leitura, portanto eu preciso chamar um intérprete também. Há falta de acessibilidade e comunicação também na biblioteca também. O mais difícil pra mim é a questão dos alunos.

**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

No geral, as respostas dos alunos foram de satisfação à maioria das necessidades. Entretanto, as respostas acima, aparentemente, divergem entre si; por exemplo, o AUS1 e AUS4 dizem ter acesso aos TILS para processos fora da sala de aula, enquanto o AUS2 afirma que, para atividades extras, às vezes, não consegue. Vale ressaltar que os alunos trazem à tona questões relativas ao atendimento de sua necessidade no cotidiano da universidade, o que difere esta pergunta da de número 3, quando todos afirmam que, inicialmente, nunca tiveram problema para conseguir um TILS para as aulas de sua carga horária da IES. As IES 1, 2 e 3, de modo geral, correspondem às solicitações dos alunos, mesmo que em menor escala, como afirmou AUS2. Contudo, acredito que estejam em busca de melhorias.

### Pergunta nº 9

Tem alguma sugestão para que o TILS melhore sua atuação como profissional tradutor/intérprete nas aulas do ensino superior?

Finalizando a entrevista com a pergunta 9 (nove), questionamos se os ASU teriam alguma sugestão para que o TILS melhorasse sua atuação como profissional tradutor/intérprete nas aulas do ensino superior, o que é de extrema relevância. Essas respostas poderiam nos ajudar a entender melhor a perspectiva do aluno sobre o que ele gostaria de que melhorasse ou mudasse. Segue a síntese do que os ASU comentaram.

Algumas respostas foram selecionadas dentre aquelas que teriam algum fator a sugerir para a melhoria da atuação dos TILS. Logo, abaixo estão os AUS2, AUS3, AUS4, AUS6 e AUS7. As respostas representam uma questão séria, pois, ao olhar do aluno, o profissional parece demonstrar que não está preparado para o exercício da atividade que está exercendo. Dessa forma, expressam sobre o que tem acontecido no cotidiano das aulas, as situações que incomodam os alunos; são a elas que se referem ao desconforto desses entrevistados, como podemos perceber nos recortes a seguir:

#### Quadro 18 - Respostas dos ASU no que tange à melhoria do TILS.

AUS2	É importante que todos os TILS de dentro e fora daqui da universidade, mesmo sabendo que ainda há questões falhas referentes à acessibilidade, sabemos que a sociedade ainda não está pronta para a questão da acessibilidade. Ainda temos muito a melhorar e a configurar. Então, a minha sugestão é que quando o intérprete estiver em sala de aula comigo, ele se relacione comigo, me ajude e troque experiências. Escutem bem o que o professor ou palestrante tem a dizer e passem a informação correta, sem falhas e formalmente. Dessa forma, ele consegue me fornecer a acessibilidade comunicacional de forma adequada e eu consigo desenvolver [...].
AUS3	Vejo que é preciso melhorar muito a questão da fluência em Libras. Usam muito a datilologia e me perguntam muito durante as aulas de como é tal palavra, parece que são dependentes da gente, falta treino e estudo por parte dos intérpretes.
AUS4	O surdo não tem tempo de ficar ensinando o intérprete em sala de aula, dessa forma acabamos nos prejudicando. É preciso que o TILS se prepare antes de entrar na sala de aula, e o mais importante de tudo: que o intérprete seja <b>fluyente</b> .
AUS6	Tenho, sim, sugestão, que o TILS não deve tirar férias no período de aulas, caso o trabalho dele esteja vinculado à sala de aula (educação). Caso tire férias, tenha substituto para que não prejudique os alunos, deixando-os sem TILS.
AUS7	Eu acho importante que eles tenham formação acadêmica equivalentes onde atuam, de acordo com sua área de formação. É preciso que eles treinem na prática, não só em sala de aula, mas que também de seis em seis meses, por

	<p>exemplo, participem de um minicurso de modalidade de voz (por exemplo), de língua portuguesa. Eles melhorando, melhoram também para mim, e também tradução de livros, é preciso que eles leiam os livros solicitados junto ao surdo, para, mediante a leitura, irem traduzindo e apresentando a tradução para o surdo entender mais claramente. A troca, interação, estudo de sinais, sinalário, vídeos ao finalizar da aula, com novos sinais de conceitos novos, e o arquivamento desse material para que não se esqueça nem perca.</p>
--	--

**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

A interrupção dos alunos nas aulas pelos intérpretes, questionando sinais relativos à fala do professor, atrapalha, inclusive, no desenvolvimento do processo cognitivo estabelecido por ele. Caberia, então, ao TILS fazer uso de estratégias para englobar tais palavras ou até mesmo para tentar evitar o uso demasiado da datilologia. Talvez, combinar sinais provisórios com os alunos, para que sempre, durante as aulas dessa disciplina, utilize-se esse mesmo sinal, o que é prática comum das estratégias estabelecidas pelos TILS. Essas estratégias na interpretação, que são provenientes dos Estudos da Interpretação, prejudicariam menos o aluno surdo e não o colocariam como única fonte de vocabulário daquela disciplina. Compete ao intérprete procurar vocabulários relacionados a essa matéria, o que nem sempre acontece.

Para um surdo, o aprender pode ser difícil, se considerarmos o processo histórico que cada sujeito vivencia em sua individualidade, como, nesse caso, a aquisição tardia da Libras, o atraso no ingresso à escola, a pouca leitura, o pouco contato com a língua portuguesa, entre outros. Imaginemos, então, o que peso que deve ser para um surdo aprender (em uma graduação ou pós) e, ao mesmo, tempo éter que ensinar ao intérprete, que seria o responsável por mediar a comunicação e por facilitá-la.

Todos esses relatos dos universitários surdos remetem ao processo de aquisição e desenvolvimento da Libras pelo TILS. Em todos os relatos relacionados ao TILS, é notável o incômodo com situações que poderiam ter sido resolvidas se, por exemplo, o intérprete buscasse mais conhecimentos sobre o vocabulário dessa língua.

Segundo os depoimentos desses alunos, o que se destaca com relação ao TILS são: (1) falta de fluência do profissional; (2) uso demasiado da datilologia; (3) ausência de expressões faciais; (4) busca em relação aos sinais das áreas das disciplinas interpretadas.

No que diz respeito à IES, seriam: (1) disponibilização do intérprete para a demanda contingente; (2) informação da IES aos seus docentes e demais agentes educacionais acerca das diferenças existentes em sala de aula; (3) indisponibilização do trabalho em dupla na instituição de ensino privada.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O essencial é invisível aos olhos, e só se pode ver com o coração.*

O Pequeno Príncipe

Finalizando esse trabalho, na esteira do objetivo que nos instigou a trabalhar com a temática, trazemos os resultados que devem nos levar a elaborar algumas reflexões sobre o que foi expresso pelos estudantes universitários surdos e os TILS. Como TILS, pude, durante o exercício dessa atividade, sentir que algumas das concepções que trazia comigo no início de minha atuação mostravam uma base frágil, como o fato de que dominar a Libras, por si só, não supre as necessidades do surdo. Nesse caso, ao identificar que o atendimento às políticas linguísticas brasileiras orienta para o emprego do bilinguismo, maiores são as exigências a que devemos atender. Por outro lado, o desconhecimento dos docentes das disciplinas, no ensino superior, sobre o papel de um TILS em sala de aula inclusiva resulta em um complicador na relação triangular professor-TILS-aluno surdo.

Após coletar e analisar os dados desta pesquisa, discutimos sobre as principais conclusões identificadas no contexto que estudamos. Sendo assim, de acordo com o nosso objetivo geral, que foi analisar a atuação dos TILS no exercício dessa atividade no ensino superior, a partir de seus relatos dos de estudantes surdos, foi possível observar a necessidade de muitas mudanças. Esse dado nos levou à constatação de que, apesar da fragilidade da formação desses profissionais, pela ausência de cursos que os preparem para atuar no ensino superior, muito pouco é feito para sanar tal dificuldade.

Entre os objetivos específicos, pudemos entender mais a fundo o que os participantes conhecem, destacando o que os TILS sabem sobre a legislação vigente no Brasil com relação ao seu exercício profissional. Além disso, verificamos como ocorre o processo de tradução e interpretação do TILS nesse nível de ensino nas instituições pesquisadas. Outrossim, expusemos a diversidade de exigências das IES para a contratação dos TILS; analisamos, ainda, as observações que realizamos em turmas inclusivas, entre outras questões.

Nesse sentido, compreendemos que, apesar de os TILS informarem que conhecem as leis, alguns pontos necessitam de um maior aprofundamento, igualmente para os estudantes surdos.

Um aspecto que também se sobressaiu foi o fato de que o estudante surdo universitário não demonstra buscar melhorias para si, seja a melhoria da aquisição do conhecimentos, seja

o intérprete de Libras capacitado para essa atividade, seja informando-se melhor acerca dos seus direitos e deveres, o que nos parece ainda não estar claro para esse grupo. Podemos citar, como exemplo, o fato de que cabe a eles exigir um bom profissional, caso a IES contrate algum TILS que não esteja mediando a comunicação de forma competente.

A dificuldade gerada por uma formação ainda frágil desse profissional para a atuação, especialmente, no ensino superior é um fato identificado em quase todo o Brasil. Até o momento, poucos são os cursos de formação de TILS, motivo pelo qual ainda temos um contingente razoável de profissionais dessa área que ainda não atingiu um bom nível de qualificação para atuar nessa fase de ensino. Os próprios TILS puderam avaliar sua formação como deficitária; porém, eles também esperam que a IES que os contratou possa agregar algo para seu crescimento profissional, uma vez que a busca, segundo o grupo, não pode ser unilateral.

Compete à IES se empenhar em divulgar quem é o TILS, qual é o seu papel, especialmente diante dos professores, dos estudantes ouvintes, dos surdos e dos demais agentes educacionais da instituição.

No que tange às respostas dos entrevistados, passamos a comentar. De acordo com elas, reafirmamos a necessidade de que as Instituições de Ensino Superior devam tomar a iniciativa de promover políticas de capacitação para os Tradutores/Intérpretes de Libras, embora não possamos esquecer que o profissional também deve buscar melhorias para seus conhecimentos. Também compete a IES dar visibilidade ao profissional TILS diante dos professores, alunos ouvintes e outros agentes educacionais da Instituição que precisam conhecer quem são e qual o papel que os TILS devem desempenhar junto aos alunos surdos.

A maioria desses estudantes surdos sempre teve acompanhamento de TILS, não achando que houve dificuldade para serem acompanhados. Quando comentam sobre a atuação desses profissionais no Ensino Superior, afirmam que eles precisam melhorar a fluência em algumas áreas, tais como o significado de algumas palavras, e que não deixem de usar expressões corporais e faciais. Comentam, ainda, sobre o desconhecimento que alguns têm de sinais de algumas áreas, dificultando a compreensão dos estudantes surdos sobre o assunto que está circulando nas aulas.

O crescimento de surdos que frequentam o ensino superior não trouxe consigo a melhoria dos profissionais TILS, visto que não cresceram o número de formações. O desafio desses profissionais de alcançar melhores níveis tem sido permanente e, podemos dizer, individual; ou seja, cada um que deve se sentir desafiado a ir em busca de possibilidades de capacitações e aprimoramentos, a fim de conseguir preencher as vagas, de acordo com as

exigências de instituições, as quais, certamente necessitam de melhorar os critérios de admissão desse profissional.

Nesse sentido, buscando atender a nossas indagações do início desse trabalho, confirmamos que tanto os TILS quanto os ASU do ensino superior identificaram a existência de lacunas na atuação desse profissional, resultantes, principalmente, das deficiências encontradas na formação inicial e da quase inexistência de capacitações para complementar e atualizar sua formação. Durante as observações realizadas, pudemos confirmar as conclusões dos TILS e dos estudantes surdos acerca das faltas identificadas pelos entrevistados, no que concerne à formação e à operacionalização das atividades desse profissional, como também o destaque de aspectos positivos pela presença do TILS junto ao surdo.

Ficou comprovado, através do que foi expresso principalmente pelos TILS, que, até agora, a legislação vigente, conhecida pela maioria dos entrevistados, não contempla as necessidades da profissão. Esse conhecimento serve de subsídio para a renovação da sua prática, ajudando na atuação de cada um no ensino superior. Tal posicionamento difere dos estudantes surdos, porquanto alguns desconheciam a legislação acerca do profissional TILS, não sabendo quais desdobramentos ela trazia nem se preocupando com o pouco conhecimento que tinham sobre ela.

**Tabela 16** - Aspectos mais citados nos achados da pesquisa.

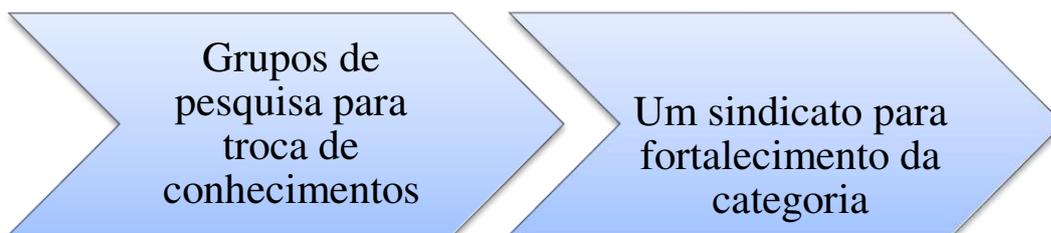
1. Contratação para trabalhar no ensino superior com formação em nível superior na graduação (indispensável), mestrado e doutorado para a pós-graduação. A exigência de nível médio para atuação nesse nível de ensino deve ser extinta.
2. Discrepância salarial do nível D para o nível E (em instituições públicas federais), quando ambos atuam no mesmo nível e exercem a mesma função no dia a dia.
3. Falta de conhecimento de sinais específicos já existentes nas diversas áreas.
4. Oferta de cursos/capacitação pela própria IES para os TILS.
5. Horário disponível dentro da carga horária para estudo.
6. Possibilidade de atuar na sua própria área de formação.
7. Legislação ainda não condizente com as necessidades do TILS.
8. Falta de promoção de políticas da IES voltadas para o TILS.

**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

Com a proposta deste trabalho de inovar estratégias e estreitar laços para a categoria dos TILS, formulamos uma arte de ações processuais que dariam início a apenas uma das atitudes que viabilizariam a melhoria dos TILS. Para tanto, elaboramos cinco caminhos que

levam a estratégias de melhorias, dentre várias que possam ainda surgir. São ações inovadoras para a categoria e as IES. Tais estratégias dividem-se, basicamente, em iniciativas dos TILS e em iniciativas da IES. Ainda, foram formuladas pela autora do trabalho diante dos dados da pesquisa. Uma estratégia se difere da outra, o que as torna independentes umas das outras. Portanto, pode ser que tenham possibilidades parecidas com as dos outros. O que muda em cada caminho elaborado é o ponto de partida, seja este feito por TILS ou pelas IES.

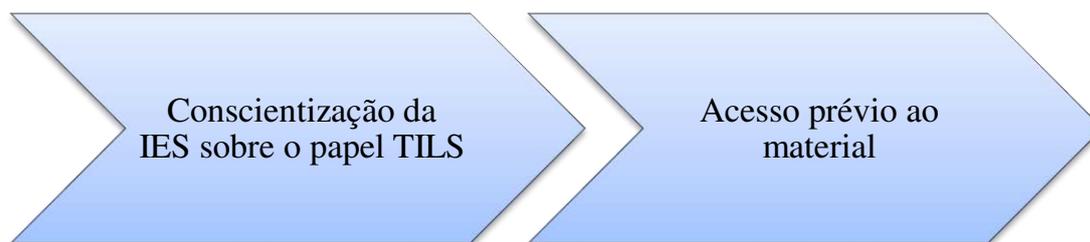
**Figura 2** - Estratégia de melhoria nº1 - Dos TILS para os TILS.



**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

A estratégia de melhoria nº 1 viabiliza a possibilidade de os TILS criarem um grupo de pesquisa entre eles para a troca de conhecimento e para a desenvoltura do sinalário. A partir disso, poderiam fortalecer laços e estreitar relações para a criação de um sindicato.

**Figura 3** - Estratégia de melhoria nº 2 - Das IES para os TILS.

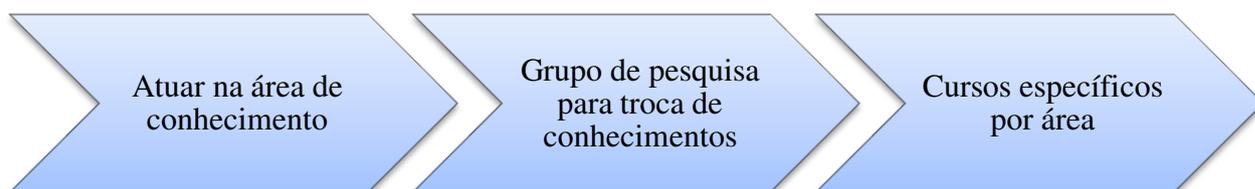


**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

A estratégia de melhoria nº 2 da IES contratante, no que concerne à conscientização da equipe de trabalho acerca do TILS, envolve todos aqueles que teriam contato direto e indireto com esse profissional: professores, secretaria, aluno etc. Diante disso, é uma ação que melhora o contato entre todos os cientes da importância de viabilizarem acesso prévio aos

conteúdos das aulas para os TILS. Outra estratégia foi pensada para fortalecer a categoria profissional.

**Figura 4** - Estratégia de melhoria nº 3 - Das IES para os TILS.



**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

A estratégia de melhoria nº 3 é muito importante, mesmo que saibamos que nem sempre é possível atendê-la, devido à falta de profissionais aptos para exercer tais funções no ensino superior. No entanto, isso permitiria que o TILS atuasse na sua grande área de conhecimento, proporcionando um tempo para para que ele (nas férias de ano letivo, por exemplo) participe de debates e discussões acerca dos conhecimentos, palavras e sinalário adquiridos em consoância com essa área.

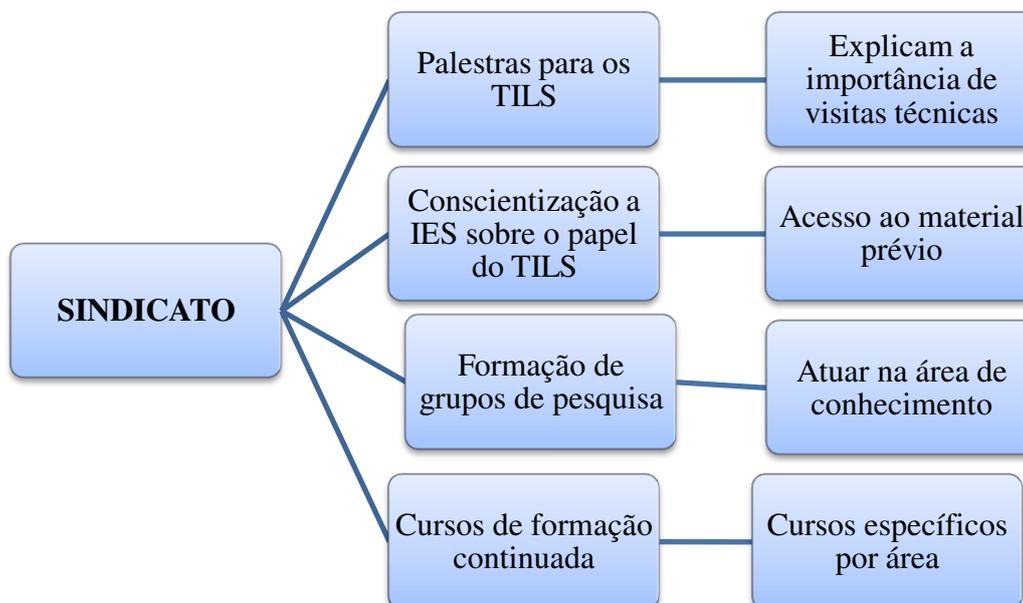
**Figura 5** - Estratégia de melhoria nº4 - Das IES para os TILS.



**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

A estratégia de melhoria nº 4 parte das IES. Tal atitude forneceria cursos de formações continuadas para os TILS, dentro da qual estariam inclusas palestras para eles acerca da sua função no ensino superior. Essa ação acarretaria vários pontos positivos no progresso da categoria, como visitas técnicas a IES de referência, para que os TILS vejam como funcionam o trabalho e como podem melhorá-lo. Além disso, a promoção de cursos específicos por área de trabalho.

**Figura 6** - Estratégia de melhoria nº 5 - dos TILS para os TILS e IES.



**Fonte:** Dados obtidos pela autora.

A estratégia de melhoria nº 5 é derivada da proposta de criação do sindicato, e, para isso, os TILS teriam que se organizar melhor, pois, com um representante legal da categoria, teríamos mais facilidade de avançar em muitos outros pontos considerados vitais para o desempenho da categoria.

Esperamos contribuir para a melhoria da prática universitária dos profissionais TILS, promovendo a divulgação desse estudo e de seus achados, para que novas ações sejam adotadas. Além disso, temos como intuito colaborar, também, para uma formação de qualidade e, conseqüentemente, para o aprimoramento da atuação dos profissionais TILS. Por extensão, para o atendimento à comunidade surda. Pretendemos, desse modo, prover de informações os formadores de TILS, melhorando a qualidade dessa formação, estimulando o surgimento de novas pesquisas sobre o tema.

Precisamos reforçar a necessidade do fazer científico no tocante à categoria dos TILS, área pouco explorada. O mundo da acessibilidade espera por profissionais aptos e conscientes de suas posturas. Nesse sentido, entendemos que esse trabalho não termina aqui, pois muitos aspectos precisam ser melhor compreendidos, se considerarmos que existem muitas peculiaridades na formação do TILS, assim como nas condições oferecidas por cada IES.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edição, 2011.

BRASIL. Lei n. 12.319, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LÍBRAS. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em 26 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146 de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

CAVALCANTI, W. M. A. O tradutor/intérprete de libras no ensino superior: algumas considerações acerca desse ofício. *In: ATAÍDE, Cleber et al. (Org.). Nome do livro*. São Paulo: Pá de Palavra, 2018.

CAVALLO, P.; REUILLARD, P. C. R. R. Estudos da Interpretação: tendências atuais da pesquisa brasileira. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 32, n. 1, p. 353-368, 2016.

CRUZ, J. I. G.; DIAS, T. R. S. Trajetória escolar do surdo no ensino superior: condições e possibilidades. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.15, n.1, p. 65-80, jan./abr, 2009.

DAROQUE, S. C. **Alunos surdos no Ensino Superior**: uma discussão necessária. 2011. 92 p. Dissertação (Mestrado em xxx). Instituição, 2011.

DECRETO nº 9.508, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018. Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/42157452/do1-2018-09-25-decreto-n-9-508-de-24-de-setembro-de-2018-42157323](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/42157452/do1-2018-09-25-decreto-n-9-508-de-24-de-setembro-de-2018-42157323)>. Acesso em: 26 nov. 2018.

Decreto nº DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que

específica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

DIAS JR., J. F., **Ensino da língua portuguesa para surdos: contornos de práticas bilíngues**. 2010. 132 p. Dissertação (Mestrado em xxx). Universidade Católica de Pernambuco, 2010.

DIONÍSIO, A. P. Análise da Conversação. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 00-00.

GILE, D. **Basic Concepts and Models for Interpreter and Translator Training**. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1995.

IBGE. Censo demográfico 2010: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 27 de abril de 2012. Disponível em: <>. Acesso em: 25 set. 2018.

LACERDA, C. B. F. de. **Os processos dialógicos entre aluno surdo e educador ouvinte: examinando a construção de conhecimentos**. 2010. 000 p. Tese (Doutorado em xxx). Faculdade de Educação – Universidade de Campinas, 1996.

LACERDA, C. B. F.; GURGEL, T. M. A. Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, p. 481-496, 2011.

LACERDA, C.B.F. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação (Ufpel)**, v. 36, p. 133-153, 2010.

MANZINI, E. J. **A entrevista como instrumento de pesquisa em Educação e Educação Especial: uso e processo de análise**. Marília: UNESP, 2008. Disponível em < [http://www.oneesp.ufscar.br/texto\\_orientacao\\_transcricao\\_entrevista](http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista) >. Acesso em:

NASCIMENTO, G. R. P.; PEREIRA, L. L.; FREITAS, A. R. O intérprete de Libras: sua formação e atuação na educação básica de Pernambuco. *In*: **II Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira**, v. 2. Florianópolis: UFSC, 2010.

PAGURA, R. J. A Interpretação de Conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 19, p. 209-236, 2003.

\_\_\_\_\_. Tradução & interpretação. *In*: AMORIM, L. M.; RODRIGUES, C. C.; STUPIELLO, É. (Orgs.). **Tradução & Interpretação: perspectivas teóricas e práticas** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 183-207. Disponível em < >. Acesso em:

PORTARIA Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

\_\_\_\_\_. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

SANTOS, F. M. dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista eletrônica de educação**, São Carlos, v.6, n. 1, p. 383-387, mai. 2012.

SELESKOVITCH, D. **Interpreting for international conferences**. Washington: Pen and Booth, 1978.

SILVERIO, C. C. *et al.* Reflexões sobre o processo de tradução-interpretação para uma língua de modalidade espaço-visual. In: **Anais - III Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa**. Florianópolis: PGET-UFSC, 2012, p. 01-07.

SOUZA-ANDRADE F.; BARBOSA E.; LOURENÇO G.; Diferenças entre tradução e interpretação na língua brasileira de sinais (LIBRAS): uma análise sobre hesitações. In: **I congresso nacional de Libras da Universidade Federal de Uberlândia**, I Conaslibras – UFU, 2015.

STUMPF, M.; QUADROS, R. M. de. Tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais: Formação e Pesquisa. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 26, 2010.

VASCONCELOS, N. A. L. M. L. **Histórias e memórias de lideranças surdas em Pernambuco**. 2018. 271 p. Tese (Doutorado em xxx). Universidade Federal de São, 2018

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – TCLE dos TILS

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O INTÉRPRETE DE LIBRAS– TCLE

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa cujo título é “TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LIBRAS X LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO SUPERIOR: RELATOS DE INTÉRPRETES E ALUNOS SURDOS”.
2. Você foi selecionado para participar de uma entrevista e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.
3. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.
4. O objetivo deste estudo é analisar a atuação dos TILS no exercício dessa atividade no Ensino Superior, através do relato deles próprios e de estudantes surdos universitários.
5. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder uma entrevista semi-estruturada composta de perguntas sobre sua atuação como tradutor/intérprete de Libras no Ensino Superior.
6. **Os riscos** relacionados com sua participação na pesquisa podem ser identificados através da ocorrência de algum constrangimento que possa acontecer durante a entrevista ao falar sobre a própria atuação, e/ou expondo sua opinião a respeito do que foi perguntado. Caso isto ocorra procuraremos oferecer mais esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, tirar dúvidas que por acaso existam, ou, caso necessário, oferecer apoio psicológico.

**Os benefícios** relacionados com as participações, estão vinculados à: Melhorar a atuação como tradutor/intérprete de Libras (TILS) após reflexões em torno dos achados da pesquisa possibilitando a geração de novas práticas que conseqüentemente, trarão um melhor desempenho para o aluno surdo universitário.

7. As informações obtidas através nessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.
8. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

DADOS DO PESQUISADOR PRINCIPAL (ORIENTADOR)

---

Nome

---

Assinatura

---

Endereço completo

---

Telefone

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP, localizado na RUA DO PRÍNCIPE, 526 – BOA VISTA – BLOCO C – 3º ANDAR, SALA 306 – CEP 50050-900 - RECIFE – PE – BRASIL. TELEFONE:(81)2119.4041 ou 2119-4376 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: [cep\\_unicap@unicap.br](mailto:cep_unicap@unicap.br)

Havendo dúvida / denúncia com relação à condução da pesquisa deverá ser dirigida ao referido CEP no endereço acima citado.

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP  
 SEPN 510 NORTE, BLOCO A, 3º Andar  
 Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde  
 CEP: 70750-521 - Brasília-DF

Contatos

Conep:

Telefone: (61)

3315-5878

Telefax: (61) 3315-5879

Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

---

Sujeito da pesquisa (\*)

---

Pai / Mãe ou Responsável Legal ( \*\*)

OBSERVAÇÃO:

Incluir informação sobre patrocinador (se pertinente); incluir informação sobre destino e guarda de materiais (se pertinente); incluir informação sobre estudo multicêntrico (se pertinente); utilizar linguagem compreensível para população alvo. No caso de pesquisas relacionadas com ações terapêuticas ou diagnósticas, explicitar os métodos alternativos, os riscos e benefícios de não utilizá-los. (\*) Quando o sujeito da pesquisa for criança, adolescente, ou pessoa com discernimento

prejudicado pegar também a assinatura do Pai / Mãe ou Responsável Legal (\*\*), além de apresentar o TALE (Termo de Assentimento Livre e Esclarecido).

## APÊNDICE B – TCLE dos ASU

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O ALUNO – TCLE

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa cujo título é “TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LIBRAS X LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO SUPERIOR: RELATOS DE INTÉRPRETES E ALUNOS SURDOS”.
2. Você foi selecionado para participar de uma entrevista e sua participação não é obrigatória.
3. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.
4. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.
5. O objetivo deste estudo é analisar a atuação dos TILS no exercício dessa atividade no Ensino Superior, através do relato deles próprios e de estudantes surdos universitários.
6. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder uma entrevista semi-estruturada com perguntas sobre como tem ocorrido o atendimento às suas necessidades com os tradutores/intérpretes de Libras nas aulas das diversas disciplinas que você participa na Universidade.
7. Os riscos relacionados com a participação na pesquisa poderão ser identificados através da ocorrência de algum constrangimento que possa acontecer durante a entrevista ao expor sua opinião a respeito do que foi perguntado. Caso isto ocorra procuraremos oferecer mais esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, tirar dúvidas que por acaso existam, ou, caso necessário, oferecer apoio psicológico.
8. Os benefícios relacionados com sua participação poderão ser concretizados a partir do momento em que é oferecido a você uma oportunidade para que “fale” sobre a contribuição do tradutor/intérprete e/ou de possíveis dificuldades que considere relevantes na atuação desse profissional, a fim de que elas possam ser revistas.
9. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.
10. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.
11. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

DADOS DO PESQUISADOR PRINCIPAL (ORIENTADOR)

---

Nome

---

Assinatura

---

Endereço completo

---

Telefone

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP, localizado na RUA DO PRÍNCIPE, 526 – BOA VISTA – BLOCO C – 3º ANDAR, SALA 306 – CEP 50050-900 - RECIFE – PE – BRASIL. TELEFONE:(81)2119.4041 ou 2119-4376 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: [cep\\_unicap@unicap.br](mailto:cep_unicap@unicap.br)

Havendo dúvida / denúncia com relação à condução da pesquisa deverá ser dirigida ao referido CEP no endereço acima citado.

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP

SEPN 510 NORTE, BLOCO A, 3º Andar

Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde

CEP: 70750-521 - Brasília-DF

Contatos Conep:

Telefone: (61) 3315-5878

Telefax: (61) 3315-5879

Recife, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Sujeito da pesquisa (\*)

---

Pai / Mãe ou Responsável Legal ( \*\*)

OBSERVAÇÃO:

Incluir informação sobre patrocinador (se pertinente); incluir informação sobre destino e guarda de materiais (se pertinente); incluir informação sobre estudo multicêntrico (se pertinente); utilizar linguagem compreensível para população alvo. No caso de pesquisas relacionadas com ações

terapêuticas ou diagnósticas, explicitar os métodos alternativos, os riscos e benefícios de não utilizá-los. (\*) Quando o sujeito da pesquisa for criança, adolescente, ou pessoa com discernimento prejudicado pegar também a assinatura do Pai / Mãe ou Responsável Legal (\*\*), além de apresentar o TALE (Termo de Assentimento Livre e Esclarecido).

**APÊNDICE C – Roteiro de entrevista destinada aos ASU****ROTEIRO PARA ENTREVISTA DESTINADA AOS ALUNOS SURDOS UNIVERSITÁRIOS**

Dados Pessoais

Nome:

Idade:

a) Assinale com um “x” indicando os locais que teve acompanhamento do Intérprete de Libras:

( ) Ensino Fundamental

( ) Ensino Médio

( ) Ensino Superior

Qual a graduação que faz atualmente? \_\_\_\_\_

Fez outra graduação antes? \_\_\_\_\_

**PERGUNTAS**

1. Por que você escolheu esse curso?
2. Como foi o acesso a universidade?
3. Teve dificuldades em conseguir o profissional tradutor/intérprete?
4. Você conhece a legislação vigente sobre a atuação desse profissional?
5. O que você considera importante para que o tradutor/intérprete de Libras realize dentro de uma sala de aula?
6. Você considera que suas necessidades na disciplina que cursa estão sendo atendidas? Em caso positivo
7. Existe alguma dificuldade na relação dos professores com o TILS?
8. Como tem ocorrido o atendimento às suas necessidades como aluno, pelos TILS nas aulas das diversas disciplinas da Universidade?
9. Tem alguma sugestão para que o TILS melhore sua atuação como profissional tradutor/intérprete nas aulas do Ensino Superior?

**APÊNDICE D – Roteiro de entrevista destinada aos TILS****ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS TRADUTORES/INTÉRPRETES DE LIBRAS**

Dados Pessoais

Nome:

Idade:

Locais de trabalho:

Há quanto tempo atua como tradutor/intérprete?

Há quanto tempo atua como tradutor/intérprete no Ensino Superior ?

b) Assinale com um “x” indicando qual é sua formação em Libras :

( ) Ensino Médio

( ) Ensino Superior

c) Fez ProLibras ou Letras/Libras ?\_\_\_\_\_

d) Qual a Graduação que fez ?\_\_\_\_\_

1. Conhece a legislação vigente para atuar área? Cite as que considera como indispensáveis para o tradutor/intérprete conhecer.

2. Houve exigências pela instituição de Ensino Superior para a qual foi contratada (o)?

3. Você acha que a legislação vigente contempla a necessidade real do intérprete de Libras?

Explique.

4. Você se sente preparado para trabalhar com alunos do Ensino Superior?

5. Quais são as dificuldades e/ou desafios que pode elencar no exercício dessa atividade no Ensino Superior?

6. O que acha que poderia melhorar sua atuação nesse nível de ensino ou que propostas lhe trariam mais segurança no exercício dessa atividade?

7. Você se reúne com outros tradutores/intérpretes para discutir questões relacionadas às práticas de tradução e/ou os desafios relacionados à profissão?

8. Participa, anualmente, de cursos de atualização, eventos palestras, outros? Cite os que participou nos últimos cinco anos.



	trazido pelo professor para o aluno?								
<b>7</b>	Em algum momento o TILS disse para o ASU que não entendeu o que o professor explicou?								
<b>8</b>	Em algum momento o TILS não soube a datilologia da palavra ou não entendeu a palavra porque era em outra língua ou na mesma língua e disse para o aluno sem perguntar para o professor?								



olhou para o aluno durante as explicações ou dúvidas do aluno?								
--	--	--	--	--	--	--	--	--





## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LIBRAS x LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO SUPERIOR: RELATOS DE INTÉRPRETES E ALUNOS SURDOS

**Pesquisador:** Wanilda Maria Alves Cavalcanti

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 95806318.6.0000.5206

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE CATOLICA DE PERNABUCO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.866.056

#### **Apresentação do Projeto:**

As pesquisadoras afirmam que a legitimação da profissão do Intérprete de Libras regulamentada pela lei 12.319/10 e a alta demanda decorrente desta regulamentação gerou uma série de questões que precisam ser melhor analisadas em função do que exige o exercício dessa atividade profissional. Nesse sentido, no projeto se pretende analisar o processo de atuação do Intérprete de Libras e o exercício dessa atividade no Ensino Superior, a partir do relato dos intérpretes e dos alunos surdos. Serão empregadas como base teórica deste estudo, autores tais como: Albres (2012), Lacerda e Gurgel (2011), Lacerda e Lopes (2012) Quadros (1997; 2007), Perlin (1998) Pagura (2003), dentre outros e adotada a metodologia qualitativa, descritiva. A pesquisa será realizada em três Instituições de Ensino Superior da cidade do Recife, nos diferentes níveis acadêmicos: Graduação, Especialização e Pós-Graduação Stricto Sensu. Serão utilizados como instrumentos de pesquisa uma entrevista semiestruturada (uma para os tradutor/intérprete de Libras - TILS e outra para estudantes surdos), ambos do Ensino Superior, além de um roteiro de observação de aulas que serão elaborados antecipadamente, seguindo o roteiro de Manzini (2008). As pesquisadoras esperam com este trabalho, contribuir para a formação e, conseqüentemente, para a melhoria da atuação dos profissionais Intérpretes de Libras e, por extensão, o atendimento à comunidade surda.

**Endereço:** Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco C - 3º Andar - Sala 306

**Bairro:** Boa Vista

**CEP:** 50.050-900

**UF:** PE

**Município:** RECIFE

**Telefone:** (81)2119-4041

**Fax:** (81)2119-4004

**E-mail:** cep\_unicap@unicap.br



Continuação do Parecer: 2.866.056

**Objetivo da Pesquisa:**

Analisar o processo de atuação do tradutor/intérprete de Libras e o exercício dessa atividade no Ensino Superior, a partir do relato dos próprios intérpretes e dos estudantes surdos.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos e benefícios foram apresentados de forma clara e objetiva e atendem as questões éticas.

Em relação aos riscos as pesquisadoras afirmam que poderão ser identificados através da ocorrência de algum constrangimento que possa acontecer durante a entrevista ao falar sobre a própria atuação, e/ou expondo sua opinião a respeito do que foi perguntado. Caso isto ocorra as pesquisadoras irão procurar oferecer mais esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, tirar dúvidas que por acaso existam, ou, caso necessário, oferecer apoio psicológico na clínica da universidade a qual pertencem. Já quando se aborda os benefícios, as pesquisadoras se comprometem em: oferecer oportunidade para que o aluno “fale” sobre sua participação na graduação e pós-graduação ou trazendo possíveis dificuldades que considere relevantes a fim de que sejam modificadas e melhorar a atuação como tradutor/intérprete de Libras (TILS) após reflexões em torno dos achados da pesquisa possibilitando a geração de novas práticas que conseqüentemente, trarão um melhor desempenho para o aluno surdo universitário.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa respeita os preceitos da ética, além de se mostrar de grande relevância para comunidade, seja acadêmica ou não. A proposta desse projeto trabalha com questões decorrentes desse acesso que se refere à análise do processo de atuação do tradutor/intérprete de Libras e o exercício dessa atividade no Ensino Superior, a partir do relato dos próprios intérpretes e dos estudantes surdos. Os dados que serão coletados deverão trazer a narrativa dos próprios intérpretes e dos alunos surdos universitários que frequentam aulas interpretadas por profissionais que foram contratados para tal fim o que, certamente, permitirá estar em contato com as demandas que mais os preocupam. Atuar no Ensino Superior exige do intérprete uma boa articulação com os professores das disciplinas, uma formação mais consistente no que se refere ao domínio das duas línguas (língua portuguesa e de sinais) pois ainda hoje a formação desses profissionais se mostra insuficiente.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todas as cartas de anuência foram apresentadas adequadamente, bem como o Termo de Confidencialidade e o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Como não foi relatado na metodologia a faixa etária dos participantes e visto que a população do estudo também irá ser

**Endereço:** Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco C - 3º Andar - Sala 306

**Bairro:** Boa Vista

**CEP:** 50.050-900

**UF:** PE

**Município:** RECIFE

**Telefone:** (81)2119-4041

**Fax:** (81)2119-4004

**E-mail:** cep\_unicap@unicap.br



Continuação do Parecer: 2.866.056

composta por alunos universitários, sugiro inserir o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), que deve ser utilizado em casos que engloba menores de 18 anos. Caso não seja o objeto da pesquisa essa população, sugiro informar na metodologia a faixa etária dos participantes, para assim justificar a não necessidade do TALE.

#### Recomendações:

- Acrescentar o TALE ou delimitar de forma clara no texto, a faixa etária da população que participará do estudo.
- Modificar o cronograma, iniciando a coleta de dados, após a aprovação do CEP. No cronograma atual consta que a pesquisa de campo se iniciará em 16.08.18.

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto apresenta pendências, já que são sugeridas as seguintes modificações:

- Acrescentar o TALE ou delimitar de forma clara no texto, a faixa etária da população que participará do estudo.
- Modificar o cronograma, iniciando a coleta de dados, após a aprovação do CEP, ou seja, outubro (estimativa). No cronograma atual consta que a pesquisa de campo se iniciará em 16.08.18.

#### Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP acompanha o parecer do relator.

#### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1110244.pdf	13/08/2018 14:52:16		Aceito
Brochura Pesquisa	Brochura_pesquisa_.docx	13/08/2018 14:44:20	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_DE_EXECUCAO.docx	13/08/2018 14:38:27	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Orçamento	ORÇAMENTO_DETALHADO_E_FINANCIAMENTO.docx	13/08/2018 14:37:51	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_BROCHURA_INVESTIGADOR_.docx	13/08/2018 14:33:37	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	Modelo_de_Autorizacao_Uso_Imagens_Depoimentos.doc	13/08/2018 14:28:45	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_3_UNIVERSO_.pdf	13/08/2018 14:26:25	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_2_UNICAP_.pdf	13/08/2018	Wanilda Maria Alves	Aceito

**Endereço:** Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco C - 3º Andar - Sala 306

**Bairro:** Boa Vista

**CEP:** 50.050-900

**UF:** PE

**Município:** RECIFE

**Telefone:** (81)2119-4041

**Fax:** (81)2119-4004

**E-mail:** cep\_unicap@unicap.br



Continuação do Parecer: 2.866.056

Outros	Carta_de_anuencia_2_UNICAP_.pdf	14:25:20	Cavalcanti	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_1_UFPE_.pdf	13/08/2018 14:24:33	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	Termo_de_Confidencialidade.docx	13/08/2018 14:18:11	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	ROTEIRO_DESTINADO_AOS_ALUNO S SURDOS UNIVERSITARIOS.docx	13/08/2018 14:16:20	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	ROTEIRO_DESTINADO_AOS_INTeRP RETES DE LIBRAS.docx	13/08/2018 14:15:58	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	declaracao_qualificacao_Debora_Uchoa Carneiro Cardoso.pdf	13/08/2018 14:14:59	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_interprete_.docx	13/08/2018 14:11:29	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ALUNO.docx	13/08/2018 14:11:16	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	Curriculos_Lattes_Debora_Uchoa_Carn eiro Cardoso .pdf	13/08/2018 14:06:03	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Wanilda_Maria_Alves_ Cavalcanti .pdf	13/08/2018 14:04:39	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Debora_Uchoa_Carneir o Cardoso.pdf	13/08/2018 13:57:40	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito

**Situação do Parecer:**

Pendente

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RECIFE, 31 de Agosto de 2018

**Assinado por:**

**Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo  
(Coordenador)**

**Endereço:** Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco C - 3º Andar - Sala 306

**Bairro:** Boa Vista

**CEP:** 50.050-900

**UF:** PE

**Município:** RECIFE

**Telefone:** (81)2119-4041

**Fax:** (81)2119-4004

**E-mail:** cep\_unicap@unicap.br



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LIBRAS x LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO SUPERIOR: RELATOS DE INTÉRPRETES E ALUNOS SURDOS

**Pesquisador:** Wanilda Maria Alves Cavalcanti

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 95806318.6.0000.5206

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE CATOLICA DE PERNABUCO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.898.404

#### **Apresentação do Projeto:**

As pesquisadoras afirmam que a legitimação da profissão do Intérprete de Libras regulamentada pela lei 12.319/10 e a alta demanda decorrente desta regulamentação gerou uma série de questões que precisam ser melhor analisadas em função do que exige o exercício dessa atividade profissional. Nesse sentido, no projeto se pretende analisar o processo de atuação do Intérprete de Libras e o exercício dessa atividade no Ensino Superior, a partir do relato dos intérpretes e dos alunos surdos. Serão empregadas como base teórica deste estudo, autores tais como: Albres (2012), Lacerda e Gurgel (2011), Lacerda e Lopes (2012) Quadros (1997; 2007), Perlin (1998) Pagura (2003), dentre outros e adotada a metodologia qualitativa, descritiva. A pesquisa será realizada em três Instituições de Ensino Superior da cidade do Recife, nos diferentes níveis acadêmicos: Graduação, Especialização e Pós-Graduação Stricto Sensu. Serão utilizados como instrumentos de pesquisa uma entrevista semiestruturada (uma para os tradutor/intérprete de Libras - TILS e outra para estudantes surdos), ambos do Ensino Superior, além de um roteiro de observação de aulas que serão elaborados antecipadamente, seguindo o roteiro de Manzini (2008). As pesquisadoras esperam com este trabalho, contribuir para a formação e, conseqüentemente, para a melhoria da atuação dos profissionais Intérpretes de Libras e, por extensão, o atendimento à comunidade surda.

**Endereço:** Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco C - 3º Andar - Sala 306

**Bairro:** Boa Vista

**CEP:** 50.050-900

**UF:** PE

**Município:** RECIFE

**Telefone:** (81)2119-4041

**Fax:** (81)2119-4004

**E-mail:** cep\_unicap@unicap.br



Continuação do Parecer: 2.898.404

**Objetivo da Pesquisa:**

Analisar o processo de atuação do tradutor/intérprete de Libras e o exercício dessa atividade no Ensino Superior, a partir do relato dos próprios intérpretes e dos estudantes surdos.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos e benefícios foram apresentados de forma clara e objetiva e atendem as questões éticas.

Em relação aos riscos as pesquisadoras afirmam que poderão ser identificados através da ocorrência de algum constrangimento que possa acontecer durante a entrevista ao falar sobre a própria atuação, e/ou expondo sua opinião a respeito do que foi perguntado. Caso isto ocorra as pesquisadoras irão procurar oferecer mais esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, tirar dúvidas que por acaso existam, ou, caso necessário, oferecer apoio psicológico na clínica da universidade a qual pertencem. Já quando se aborda os benefícios, as pesquisadoras se comprometem em: oferecer oportunidade para que o aluno “fale” sobre sua participação na graduação e pós-graduação ou trazendo possíveis dificuldades que considere relevantes a fim de que sejam modificadas e melhorar a atuação como tradutor/intérprete de Libras (TILS) após reflexões em torno dos achados da pesquisa possibilitando a geração de novas práticas que conseqüentemente, trarão um melhor desempenho para o aluno surdo universitário.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa respeita os preceitos da ética, além de se mostrar de grande relevância para comunidade, seja acadêmica ou não. A proposta desse projeto trabalha com questões decorrentes desse acesso que se refere à análise do processo de atuação do tradutor/intérprete de Libras e o exercício dessa atividade no Ensino Superior, a partir do relato dos próprios intérpretes e dos estudantes surdos. Os dados que serão coletados deverão trazer a narrativa dos próprios intérpretes e dos alunos surdos universitários que frequentam aulas interpretadas por profissionais que foram contratados para tal fim o que, certamente, permitirá estar em contato com as demandas que mais os preocupam. Atuar no Ensino Superior exige do intérprete uma boa articulação com os professores das disciplinas, uma formação mais consistente no que se refere ao domínio das duas línguas (língua portuguesa e de sinais) pois ainda hoje a formação desses profissionais se mostra insuficiente.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todas as cartas de anuência foram apresentadas adequadamente, bem como o Termo de Confidencialidade e o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Os pesquisadores na atual versão, deixaram claro a faixa etária dos participantes, justificando assim a não necessidade

**Endereço:** Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco C - 3º Andar - Sala 306

**Bairro:** Boa Vista

**CEP:** 50.050-900

**UF:** PE

**Município:** RECIFE

**Telefone:** (81)2119-4041

**Fax:** (81)2119-4004

**E-mail:** cep\_unicap@unicap.br



Continuação do Parecer: 2.898.404

do TALE.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Todas as sugestões relatadas na versão 1 foram acatadas, o que torna o projeto adequado do ponto de vista ético.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

A coordenação do CEP acompanha o parecer do relator ad referendum

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1110244.pdf	04/09/2018 12:16:55		Aceito
Brochura Pesquisa	Brochura_pesquisa_.docx	13/08/2018 14:44:20	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_DE_EXECUCAO.docx	13/08/2018 14:38:27	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_DETALHADO_E_FINANCIAMENTO.docx	13/08/2018 14:37:51	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_BROCHURA_INVESTIGADOR_.docx	13/08/2018 14:33:37	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	Modelo_de_Autorizacao_Uso_Imagens_Depoimentos.doc	13/08/2018 14:28:45	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_3_UNIVERSO_.pdf	13/08/2018 14:26:25	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_2_UNICAP_.pdf	13/08/2018 14:25:20	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_1_UFPE_.pdf	13/08/2018 14:24:33	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	Termo_de_Confidencialidade.docx	13/08/2018 14:18:11	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	ROTEIRO_DESTINADO_AOS_ALUNOS_SURDOS_UNIVERSITARIOS.docx	13/08/2018 14:16:20	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	ROTEIRO_DESTINADO_AOS_INTERPRETES_DE_LIBRAS.docx	13/08/2018 14:15:58	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	declaracao_qualificacao_Debora_Uchoa_Carneiro_Cardoso.pdf	13/08/2018 14:14:59	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_interprete_.docx	13/08/2018 14:11:29	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE_ALUNO.docx	13/08/2018	Wanilda Maria Alves	Aceito

**Endereço:** Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco C - 3º Andar - Sala 306

**Bairro:** Boa Vista

**CEP:** 50.050-900

**UF:** PE

**Município:** RECIFE

**Telefone:** (81)2119-4041

**Fax:** (81)2119-4004

**E-mail:** cep\_unicap@unicap.br



Continuação do Parecer: 2.898.404

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_ALUNO.docx	14:11:16	Cavalcanti	Aceito
Outros	Curriculos_Lattes_Debora_Uchoa_Carneiro_Cardoso .pdf	13/08/2018 14:06:03	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Wanilda_Maria_Alves_Cavalcanti .pdf	13/08/2018 14:04:39	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Debora_Uchoa_Carneiro_Cardoso.pdf	13/08/2018 13:57:40	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RECIFE, 17 de Setembro de 2018

---

**Assinado por:**  
**Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco C - 3º Andar - Sala 306

**Bairro:** Boa Vista

**CEP:** 50.050-900

**UF:** PE

**Município:** RECIFE

**Telefone:** (81)2119-4041

**Fax:** (81)2119-4004

**E-mail:** cep\_unicap@unicap.br



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LIBRAS x LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO SUPERIOR: RELATOS DE INTÉRPRETES E ALUNOS SURDOS

**Pesquisador:** Wanilda Maria Alves Cavalcanti

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 95806318.6.0000.5206

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE CATOLICA DE PERNABUCO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DA NOTIFICAÇÃO

**Tipo de Notificação:** Envio de Relatório Final

**Detalhe:**

**Justificativa:**

**Data do Envio:** 04/11/2019

**Situação da Notificação:** Parecer Consubstanciado Emitido

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.735.739

#### **Apresentação da Notificação:**

A notificação refere-se ao relatório final do projeto que teve por objetivo a tradução e Interpretação da Libras/ Língua Portuguesa no Ensino Superior: relatos de tradutores/intérpretes e alunos surdos.

#### **Objetivo da Notificação:**

Apresentar, a partir do relatório final, os resultados obtidos na pesquisa que foi realizada em três Instituições de Ensino Superior (IES), contemplando diferentes níveis acadêmicos, a saber: graduação, especialização e pós-graduação stricto sensu.

**Endereço:** Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco G4 - 6º Andar - Sala 609

**Bairro:** Boa Vista

**CEP:** 50.050-900

**UF:** PE

**Município:** RECIFE

**Telefone:** (81)2119-4041

**Fax:** (81)2119-4004

**E-mail:** cep@unicap.br



Continuação do Parecer: 3.735.739

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos e benefícios foram contemplados de maneira adequada.

**Comentários e Considerações sobre a Notificação:**

O relatório apresentou adequadamente os resultados e as conclusões da pesquisa.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos obrigatórios foram apresentados.

**Recomendações:**

Sem recomendações

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências. Relatório final apresentado após o encerramento da pesquisa, totalizando seus resultados.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O CEP acompanha o parecer do relator pela aprovação do Relatório Final.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Envio de Relatório Final	Relatorio_final_do_comite_de_etica_debora_uchoa_carneiro_cardoso .pdf	04/11/2019 15:17:54	Wanilda Maria Alves Cavalcanti	Postado

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RECIFE, 29 de Novembro de 2019

---

**Assinado por:**  
**Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco G4 - 6º Andar - Sala 609  
**Bairro:** Boa Vista **CEP:** 50.050-900  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2119-4041 **Fax:** (81)2119-4004 **E-mail:** cep@unicap.br